

Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Evolução Urbana de Olhão

Sandra Romba

**Mestrado em História da Arte, Especialização em História da
Arte Portuguesa**

2008

Nome: Sandra Isabel Costa Romba

Departamento: Departamento de História, Arqueologia e Património

Orientador: Prof. Doutora Renata Klautau Malcher de Araujo

Co-Orientador: Prof. Doutor José Eduardo Capa Horta Correia

Data: Outubro de 2008

Título da dissertação: *Evolução Urbana de Olhão*

Júri: Presidente - Doutor António Manuel Nunes Rosa Mendes

Vogais - Doutor José Eduardo Capa Horta Correia (co-orientador)

Doutor João Rosa Vieira Caldas

Doutora Renata Klautau Malcher de Araujo (orientadora)

Agradecimentos

Ao Instituto Geográfico Português que ao abrigo do programa FIGIEE, concedeu gratuitamente documentação cartográfica.

Ao Vereador da C.M.O., Sr. João Peres, por ter autorizado o levantamento digital de grande parte das fotografias patentes na dissertação e existentes no Arquivo Histórico Municipal de Olhão.

À Prof. Doutora Renata Malcher de Araujo, Orientadora, e ao Professor Doutor José Eduardo Horta Correia, Co-orientador, pela confiança que depositaram em mim, pelo entusiasmo, pelas visitas a Olhão, pelas sugestões, pela paciência que tiveram comigo.

Ao Prof. Doutor António Manuel Rosa Mendes pelo envolvimento e pela partilha de documentação fundamental para a realização da dissertação.

Ao Prof. Doutor João Vieira Caldas, por ter disponibilizado parte da sua dissertação.

Ao Dr. António Paula Brito Pina, um caso particular de cidadania. Agradeço ainda, pela ajuda na recolha de algumas fotografias e documentação diversa sobre Olhão.

Ao Sr. José Cabaço, funcionário do município de Olhão, de serviço, no Arquivo Histórico Municipal de Olhão, pela gentileza e disponibilidade na recolha da documentação.

À Prof. Margarida Afonso, pela compreensão.

Aos meus pais, Marieta e Francisco e aos meus sogros, Maria e Virgílio pelo carinho que tiveram comigo durante estes anos.

Este trabalho é dedicado
Ao Rui e ao Francisco.

Resumo:

Esta dissertação é o resultado de um estudo sobre a evolução urbana de Olhão (Algarve), durante parte do séc. XVIII, séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX.

Através da investigação de documentação de Arquivo e da análise do tecido urbano, identificou-se o predomínio de campanhas urbanísticas em três áreas, situadas a sul, junto ao mar, a poente, área de cercas e hortas, e a norte, um grande eixo.

Estudou-se as três áreas a partir de uma contextualização histórica e de uma análise da estrutura viária, dos quarteirões, do loteamento e da tipologia do edificado.

Palavras -chave:

Olhão

Algarve

Bairros

Hortas

Passeio Público

Urbano

Abstract: This dissertation is the result of a study on the evolution of urban Olhão (Algarve), during part of the XVIII century, XIX century and first decades of the XX century. Through the research of archive documentation and analysis of the urban structure, identified the predominance of campaigns in three urban areas: the south, near the sea, the west, an area with fences and gardens, and the north, a large axis.

It was studied the three areas from a historical context and an analysis of the road structure, the blocks of division and the type of building.

Key-words:

Olhão

Algarve

Neighborhoods

Garden

Public tour

Urban

Índice

III	Agradecimentos
IV	Dedicatória
V	Resumo/ Abstract
1	Introdução
6	I Parte: O lugar do Olhão e o território
6	O lugar da praia do Olhão
8	A praia do Olhão e a freguesia de S. Sebastião de Quelfes
9	A praia do Olhão e a cidade de Faro
10	A freguesia da praia do Olhão
12	II Parte: O espaço urbano
12	Capítulo I
12	O povoamento da praia do Olhão e da baixa-mar
12	Apresentação e contextualização
14	A ocupação sazonal e a progressiva fixação da população (finais do séc. XVI a 1715)
19	A expansão (1715 - 1808)
23	A reforma política e a reestruturação urbana (1808 - 1916)
24	Análise urbana
24	O Pólo proto-urbano
24	O bairro da Barreta
29	Os eixos
31	Os quarteirões e o loteamento
50	Tipologia do edificado - A casa térrea e o mirante

56	O bairro dos Sete Cotovelos
57	Os eixos
59	Os quarteirões e o loteamento
62	A grande reforma urbana
62	O cais a poente da Alfândega
63	O bairro do moinho da Barreta
66	O bairro do Manuel Lopes e o bairro do Gaibéu
71	O bairro do Pelourinho
73	O cais para venda de peixe, a praça do comércio e a Alfândega
77	A praça do peixe de 1864
80	O cais a nascente da Alfândega
81	Os eixos: A rua do Peti e o bairro dos Arménios
82	Os quarteirões e o loteamento
87	A primeira fábrica de conservas
88	O mercado do peixe e o mercado das verduras
90	Capítulo II
	O povoamento das hortas e das fazendas a poente das Igrejas
90	Apresentação e contextualização
93	A cerca de José Martins Marracho
93	A cerca da fábrica da Igreja
96	A horta de Manuel Luiz
96	O campo da horta de João Filipe
98	A cerca do Ferro
99	A horta do Júdice
101	Análise urbana
101	Os eixos estruturadores do tecido urbano
101	Os eixos de ligação externa
102	A rua de S. Bartolomeu
104	A rua da Soledade

105	O ramal de ligação da vila de Olhão com a estrada de Tavira a Faro
107	Os eixos de ligação Interna
107	A rua Formosa e rua Direita
109	As ruas da cerca do Ferro
111	Outras ruas
113	Os quarteirões
118	O loteamento e a tipologia do edificado
127	Capítulo III
	Da rua da feira ao Passeio Público
127	Apresentação e contextualização
130	A feira
131	O Passeio Público
135	O jardim
139	Análise urbana
139	Os quarteirões
142	Os eixos
144	O loteamento e a tipologia do edificado
159	Conclusão
164	Fontes
164	Fontes manuscritas
166	Obras de consulta
172	Anexo iconográfico

Introdução

Esta dissertação, sobre a Evolução Urbana de Olhão, nasce de uma necessidade premente de estudar um espaço que se apresentava, de certo modo, diferente de outros espaços em redor, e tão próximos, como a cidade Faro e a cidade de Tavira.

Algumas das especificidades de Olhão já tinham sido estudadas por investigadores e curiosos durante o século XX. Dentre os estudiosos locais recordamos aqueles cujos trabalhos se revelaram fundamentais. Francisco Fernandes Lopes¹ realizou um artigo em 1949 sobre Olhão publicado na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, no qual estudou, entre outras questões, a possível origem do mirante. Deu a conhecer ao país e ao mundo um tipo de arquitetura peculiar que se construiu em Olhão.

Antero Nobre² presidente da Câmara de Olhão na década de cinquenta, publicou uma série de pequenas obras dedicadas à História de Olhão culminando com a publicação em 1984 da obra: *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*³. Trata-se de uma obra nascida, sobretudo, da pesquisa em arquivos e bibliotecas durante cerca de quatro décadas.

O tema assumiu relevância a nível nacional pela mão de alguns investigadores. Embora com publicação póstuma, o etnógrafo Leite de Vasconcelos começou a preparar a obra: *Etnografia Portuguesa* a partir de 1929 tendo procedido ao levantamento de dados no Algarve em 1933.

O geógrafo Orlando Ribeiro no livro: *Geografia e Civilização - Temas Portugueses*, cuja primeira edição data de 1961, escreveu o capítulo: “Açoteias de Olhão e telhados de Tavira – Influências orientais na arquitetura urbana”, e, também do mesmo ano, houve a publicação da obra: *Arquitetura Popular em Portugal*, levada a cabo pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos com coordenação do Arquiteto Francisco Keil do Amaral.

Leite de Vasconcelos descreveu o interior das habitações, bem como a função quotidiana das açoteias e dos mirantes.

¹ Era natural de Olhão. Embora sendo médico, notabilizou-se sobretudo como musicólogo, musicógrafo, historiador, filósofo, etnógrafo e inventor. Para informação adicional sobre esta personalidade remetemos para o site da APOS: http://www.olhao.web.pt/Personalidades/francico_fernandes_lopes.htm

² Para informação adicional sobre esta personalidade remetemos para o site da APOS: http://www.olhao.web.pt/Personalidades/antero_nobre.htm

³ Para leitura na íntegra da obra remetemos para o site da APOS: <http://www.olhao.web.pt/Textos/HistoriaBreveOlhao.pdf>

Orlando Ribeiro tentou encontrar um paralelo entre o tipo de cobertura predominante em Olhão, a açoteia, e o clima e procurou fazer a ponte com outros locais, como Ayamonte ou Cádiz em Espanha e Marrocos, em África.

Na obra coordenada por Keil do Amaral, fez-se o levantamento de uma série de questões na óptica do arquiteto, tais como, o sistema construtivo, o tipo de planta, as fachadas e a descrição dos interiores das habitações.

À parte a importância destes estudos, percebemos que a cidade de Olhão era analisada de forma parcelar e isolada, apresentando-se destituída de qualquer contextualização histórica e urbanística em relação a um sem número de cidades e vilas construídas por portugueses ao longo do séc. XVIII.

A discussão do tema Olhão ficou por aqui e acabou por cair no esquecimento da comunidade científica.

Com a chegada do Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia em 1996 à Universidade do Algarve abriram-se novas hipóteses de investigação no âmbito da História da Arte no Algarve.

Surgida a oportunidade de fazer o Mestrado em História da Arte Portuguesa, a escolha do tema para a dissertação não foi difícil. Teria que ser sobre a cidade de Olhão. A intenção era procurar entender as especificidades daquele espaço, o porquê da sua aparente “diferença” em relação aos outros locais. Neste sentido, o que pareceu necessário estudar antes de tudo, foi o próprio processo de formação e evolução do núcleo urbano.

A intenção desta dissertação é portanto, estudar a Evolução Urbana de Olhão.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo intitula-se, o povoamento na praia do Olhão e na baixa-mar, o segundo capítulo intitula-se, o povoamento das hortas e das fazendas a poente das Igrejas, e o terceiro e último capítulo intitula-se, da rua da feira ao Passeio Público.

Em cada um deles se apresenta uma área específica da cidade. No primeiro capítulo estudamos a área situada na antiga praia e na baixa-mar. No segundo capítulo estudamos a área situada entre a atual rua Almirante Reis (antiga rua de S. Bartolomeu) e a atual rua 18 de Junho, cujo limite a poente eram a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Igreja da Nossa Senhora da Soledade. E, por fim, no último capítulo estudamos a área ocupada pela atual avenida da República, antigo Passeio Público.

Embora a descrição acima compreenda a definitiva estruturação do trabalho, de início, a dissertação possuía outros moldes. O primeiro capítulo era o atual segundo, e o atual segundo capítulo era o primeiro. Passamos a explicar: feita a pesquisa de bibliografia diversa sobre Olhão procedemos ao levantamento de todos os dados relacionados com urbanismo presentes no Arquivo Histórico Municipal de Olhão, como por exemplo, a construção e alinhamentos de casas, pedidos de terrenos, edificação das mais diversas obras públicas, calcetamento e reparação de estradas, entre outros.

Concluída a pesquisa de livros de Actas, de Processos de Foros, Processos de Emprazamento, Autos de inauguração de obras, Visitas oficiais e Mapas da população, que abrangia a segunda metade do séc. XVIII, o séc. XIX e início do séc. XX, apurámos que, *grosso modo*, houve três grandes campanhas de ordem pública e privada localizadas nas três áreas apontadas acima.

A primeira área que sobressaiu na documentação de Arquivo constituiu o atual segundo capítulo. Tratava-se de uma série de cercas, hortas e fazendas que foram sendo transformadas, de finais do séc. XVIII até à primeira metade do séc. XIX, em espaços urbanizados. Essa foi a documentação que foi inicialmente trabalhada dando a ver uma interessante dinâmica nos processos de transformação destas áreas.

Terminada a documentação relativa a esta área, uma outra área situada na baixa-mar, começava a surgir. Iniciou-se, desse modo, um novo capítulo, com algumas campanhas de reestruturação urbana durante o séc. XIX, a partir da década de quarenta, com a edificação da Alfândega e da praça (atual Praça Patrão Joaquim Lopes) e com o desenvolvimento de uma zona de comércio e indústria relacionada com a pesca. O processo de reestruturação cessava com a edificação dos atuais mercados do peixe e das verduras inaugurados em 1916.

Apresentada e analisada a nova frente da baixa-mar a partir da fecunda informação encontrada no Arquivo, verificámos que ainda estava por resolver uma questão basilar na dissertação. Como surgiram os bairros da Barreta e dos Sete Cotovelos situados nas traseiras desta nova frente. Como se formaram? Qual o seu papel na evolução urbana de Olhão?

Sobre eles, a documentação textual parecia não ser tão rica, no entanto o espólio fotográfico foi fundamental. O passo seguinte foi então proceder a análise e comparação de estudos de outros investigadores, com a informação contida nos elementos visuais em nosso poder (mapas e fotografias). Com efeito, para além da

recolha dos dados de Arquivo, a realização do presente trabalho dependeu em muito da observação, comparação e análise dos diferentes elementos visuais.

Concluída a análise e a comparação dos elementos acima apontados, escreveu-se sobre uma eventual ocupação e expansão da praia do Olhão que remontaria ao séc. XVII e a sua expansão durante o séc. XVIII. Apercebemo-nos então, dado a ordem cronológica, que a disposição dos capítulos teria que ser alterada e que teríamos de começar pelo povoamento da praia do Olhão.

Por fim, o terceiro capítulo, o qual apresentava uma área que também remontava ao séc. XVIII mas cujo processo de desenvolvimento ocorreu sobretudo a partir da segunda metade do séc. XIX até às primeiras décadas do séc. XX. Inserido numa perspectiva iluminista e romântica, houve pela parte dos responsáveis autárquicos uma nova atitude política de ordenamento, embelezamento e de saneamento do espaço público da vila.

No entanto, quando estávamos prestes a concluir a dissertação chegou-nos às mãos um excelente artigo de Alberto Iria, historiador e bibliotecário⁴, realizado na década de cinquenta do séc. XX. O artigo: “O Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração”, expõe dois pontos fundamentais para o presente estudo. Faz o levantamento das casas construídas na praia do Olhão a partir de 1715, ano em que a Rainha autorizou a construção da primeira casa. E conduz-nos para o que a comunidade intelectual, sobretudo escritores e poetas, redigiram sobre a arquitetura existente em Olhão durante as primeiras décadas do séc. XX.

O artigo revelou-se crucial para uma reconstituição datada do processo de ocupação e expansão do pequeno pólo urbano situado na praia, e permitiu-nos entender o aparecimento e expansão dos mirantes, fatos elementares para o estudo da Evolução Urbana de Olhão.

Este último dado ilustra um pouco a dificuldade que tivemos na elaboração da dissertação. Se inicialmente pensámos que teríamos alguns problemas em conseguir

⁴ Trabalha primeiro na Biblioteca Nacional da Ajuda e posteriormente na Biblioteca e Arquivo da então Assembleia Nacional (1941-46) e, finalmente, no Arquivo Histórico-Colonial, mais tarde rebaptizado Arquivo Ultramarino, de que será director durante cerca de 30 anos. Para mais informação sobre esta personalidade consultar o site da APOS: http://www.olhao.web.pt/Personalidades/alberto_iria.htm

dados sobre o tema, assim que começamos o levantamento de documentação no Arquivo Histórico Municipal de Olhão (A.H.M.O.), e nos foi facultado o arquivo digital de imagens da mesma cidade, percebemos que o nosso maior problema seria, por um lado, gerir tanta informação em bruto, e, por outro lado, tratar essa mesma informação sob o ponto de vista urbanístico.

Optou-se por estudar as áreas que mais vezes vinham referenciadas na documentação de arquivo. Percebemos que houve datas específicas para a realização de campanhas nas três áreas. Muito dificilmente havia a concomitância entre elas, sendo que o motivo, patente em diversas Actas de Sessões de Câmara para tal ocorrência, era claramente orçamental.

Um sem número de informações acerca de ruas, casas, cercas, hortas, tiveram que ficar de fora do presente trabalho, por uma questão de cumprimento de normas que uma dissertação tem que respeitar. Notámos ainda que houve alguns indivíduos que construíram casas nas diferentes áreas e era importante estudar o seu contributo na expansão urbana.

Novas possibilidades de estudo ficam, deste modo, em aberto, na perspectiva de serem estudadas brevemente.

I Parte

O lugar do Olhão e o território

O lugar da praia do Olhão

A costa portuguesa possui uma morfologia variada. Compondo-se de “extensos areais com enormes arribas e com costa baixa mas rochosa, assumindo um papel fundamental os cabos que a ponteiam [...] e as inúmeras reentrâncias, das quais se destacam os estuários dos principais rios, as “rias” Formosa e de Aveiro”⁵.

São locais abrigados dos ventos fortes, da invasão do mar, onde havia boas condições para a passagem e atracagem dos barcos, permitindo, desse modo, a atividade da pesca.

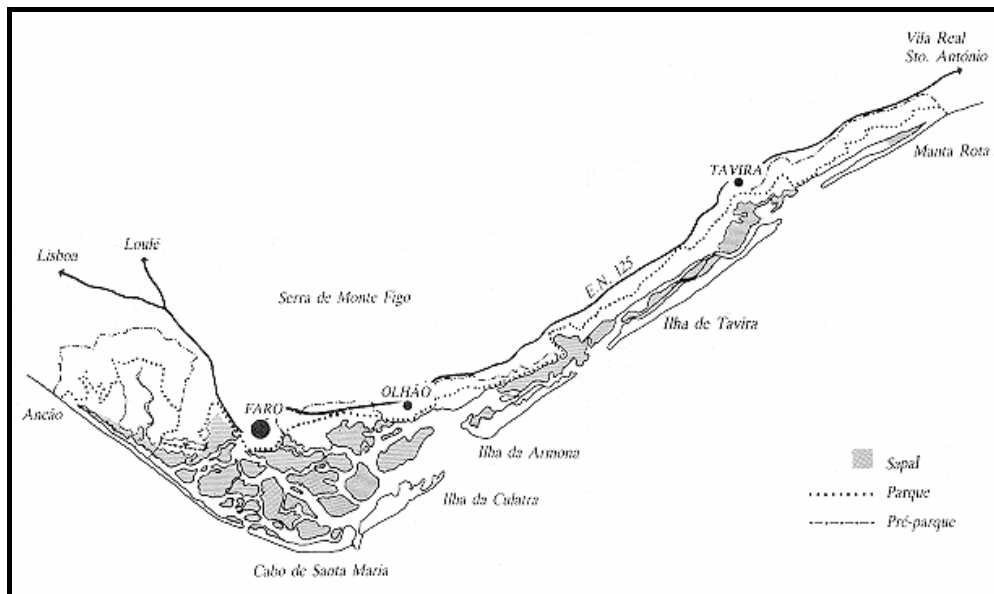


fig. 1 Mapa da ria Formosa

Foi, portanto, na atual ria Formosa, que surgiu a praia do Olhão, situada numa planície de “hua praya, nas margens de hum braço do mar oceano, o qual faz frente ao Sul, e se estende de Levante a Ponente: Nenhuma povoação se descobre d'elle, e só confina pelo Levante, e Norte com fazendas da freguesia de São Sebastião de Quelfes, meya legoa distante deste lugar, e pelo Ponente com fazendas da freguesia de São

⁵ BRITO, Raquel Soeiro de, 1994, p.180.

Bartholomeu de Pixão, que dista também meya legoa deste povo, e pelo Sul com o mar oceano”⁶.

Os primeiros habitantes foram pescadores oriundos da cidade de Faro⁷ “os quais, atraídos também pela magnífica água da Olham, ali teriam passado a fazer aguada, ou caldeirada como ainda agora se diz na pitoresca linguagem dos marítimos olhanenses, ao prepararem-se para sair a única barra que então permitia a comunicação entre a ria e o mar”⁸.

Na praia, os pescadores começaram a construir um pequeno aglomerado de cabanas num sítio rodeado por vinhedos e figueirais, onde “uma olham ou grande fonte natural, de água pura e magnífica, jorrava contínua e abundantemente.”⁹

É possível que o processo de ocupação da praia do Olhão tenha sido semelhante em relação ao contexto nacional. Num primeiro momento as praias terão sido ocupadas sazonalmente, na época da pesca e só mais tarde as populações terão se estabelecido definitivamente, surgindo, aqui e ali, pequenos aglomerados.

As populações abrigavam-se e guardavam os materiais necessários para a prática da pesca nas cabanas construídas com materiais precários. Terminada a pesca regressavam aos seus locais de origem onde haviam deixado as suas casas.

Nesta primeira fase a pesca poderá ter surgido como um complemento de subsistência face à prática da agricultura. O sucesso da atividade da pesca terá levado a uma progressiva fixação da população nas praias.

Não devemos descurar uma outra realidade existente à data. Recorde-se o caso de Monte Gordo onde se procedeu a uma importação de mão-de-obra pesqueira oriunda de Ílhavo e Aveiro para o local, uma vez que estavam mais familiarizados com um tipo de pesca mais produtivo, a xávega.

Uma das consequências da fixação da população foi a substituição das cabanas por casas de pedra e cal e a expansão dos pequenos aglomerados que mais tarde deram lugar ao nascimento de algumas freguesias.

⁶ Memórias Paroquiais de 1758 escritas pelo prior de Olhão, Dr. Sebastião de Sousa. O documento está publicado na íntegra no artigo: “O Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração [...]” de Alberto Iria.

⁷ “Eu El-Rei faço saber que os Mareantes do Lugar de Olhão, que dista da Cidade de Faro mais de uma légua; Me representaram por sua petição, que sendo aquele Lugar no seu princípio fundado com poucos pescadores da mesma Cidade [...]”. Documento sobre a decisão régia da separação dos pescadores de Olhão do Compromisso Marítimo de Faro retirado de LAPA, Albino, *A «Sempre Moira»*, pp. 34-36. Documento consultado e transcrito na íntegra pelo autor na Casa dos Pescadores (Compromisso Marítimo) no “Livro de Todas as Ordens, Privilégios, Alvarás, Provisoens e mais Coisas” (1767).

⁸ NOBRE, Antero, p. 16, 2008, (edição on-line) <http://www.olhao.web.pt/Textos/HistoriaBreveOlhao.pdf>

⁹ NOBRE, Antero, p. 16, 2008, (edição on-line) <http://www.olhao.web.pt/Textos/HistoriaBreveOlhao.pdf>

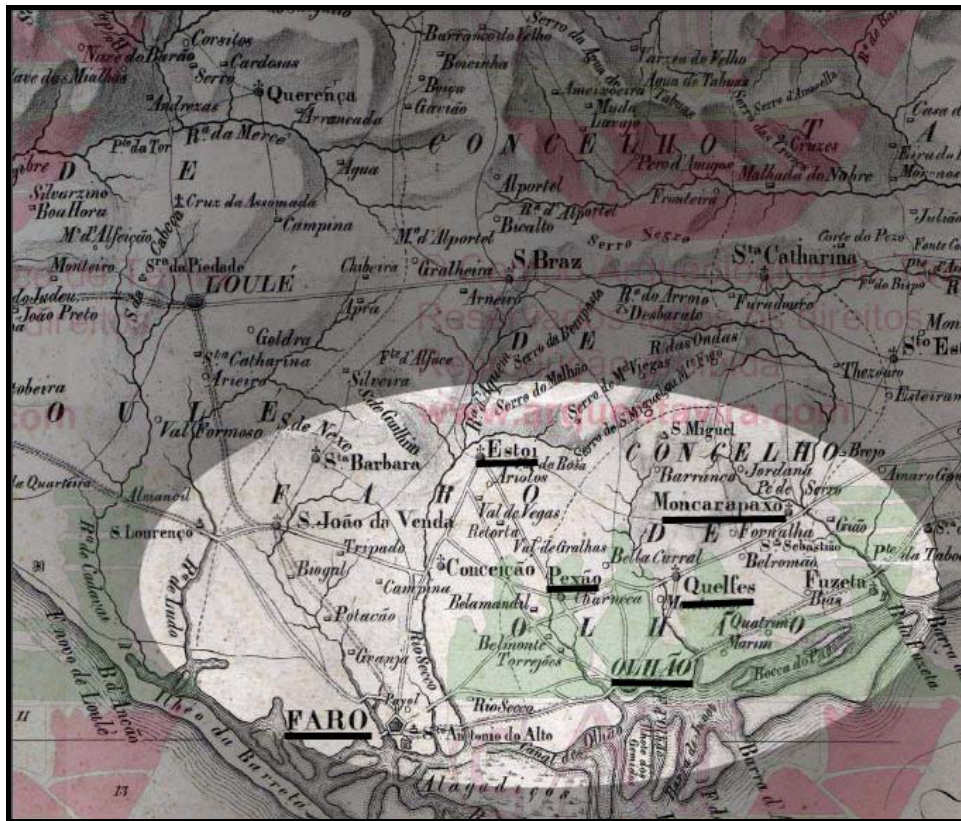


fig. 2 Parte da Carta Corográfica do Reino do Algarve, de João da Silva Lopes de 1842 (fonte: <http://www.arkeotavira.com/Mapas/SilvaLopes/index.html>)

A praia do Olhão e a freguesia de S. Sebastião de Quelfes

Segundo a descrição do prior de Olhão Dr. Sebastião de Sousa feita em 1758, a praia do Olhão estava à mesma distância da freguesia de São Sebastião de Quelfes e da freguesia de São Bartolomeu de Pechão, mas o local que estabeleceu uma relação directa, inicialmente, com Olhão foi sem dúvida, Quelfes.

Quelfes caracteriza-se pelos “montes, herdades e casas nobres que se espalham de forma diversa, constituindo uma freguesia rural onde predominavam as vinhas, figueiras, alfarrobeiras, amendoeiras, limoeiros e laranjeiras e onde correm alguns ribeiros”¹⁰.

Os habitantes da Praia do Olhão ficaram a pertencer à freguesia de Quelfes quando esta foi desanexada da freguesia de S. Pedro em Faro. No entanto, continuaram a

¹⁰ MATEUS, Isa “A Igreja de S. Sebastião de Quelfes”, in *Anais do Município de Faro*, 2000, p. 229.

fazer parte da Confraria do Compromisso Marítimo na Igreja de S. Pedro onde possuíam um altar.

A proximidade com Quelfes fez com que frequentassem a Igreja de S. Sebastião para a realização das diversas festas litúrgicas, bem como no encontro semanal na missa dominical, ou através dos sacramentos ministrados pela Igreja a cada indivíduo.

Embora se tenha considerado até há pouco tempo que a freguesia de Quelfes tinha obtido a desanexação da freguesia de São Pedro de Faro em 1614, a data é agora considerada tardia à luz dos últimos documentos que apontam uma data anterior. Segundo as Visitações da Ordem de Santiago, Quelfes aparece como freguesia em 1518¹¹, bem como, a freguesia de S. Bartolomeu de Pechão, a freguesia de S. Martinho de Estoi, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição e a freguesia de Moncarapacho, esta última ainda no séc. XV.

A praia do Olhão e a cidade de Faro

A população da praia do Olhão pertenceu à Província e Bispado do Algarve e ao termo da cidade de Faro, da qual dista uma légua.

A relação entre Olhão e Faro terá começado assim que uns pescadores oriundos de Faro, após terem passado algumas temporadas na praia do Olhão, acabaram por se estabelecer, ali definitivamente à revelia da Câmara de Faro.

Embora consideremos que a ocupação da praia do Olhão seja anterior à segunda metade do séc. XVII, no mesmo período, a costa Algarvia é alvo do curso dos mouros, dificultando a residência nas costas ou lugares próximos de praias de fácil desembarque.¹² A construção da Fortaleza de S. Lourenço, entre os anos de 1653-54, próxima da praia do Olhão, é testemunho de uma atitude de defesa da costa algarvia. Aos poucos restabeleceu-se a confiança e nasceram uma série de locais ao longo da costa algarvia, contra a vontade das Câmaras, que perdem, desse modo, o monopólio das pescas.

Ferragudo nasceu como aglomerado de cabanas de pescadores, por volta de 1688 e desenvolveu-se face a Vila Nova de Portimão. Em Quarteira no ano de 1745 os

¹¹ MATEUS, Isa, 2000, p. 231.

¹² MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1660-1773*, p. 83.

pescadores instalavam-se apenas no Verão em choças de palha e junco. Em Monte Gordo pescadores catalães instalaram-se na praia e viviam em cabanas¹³. Na Fuzeta, em 1758 também existiam inúmeros pescadores a viverem em cabanas que perduraram até à segunda metade do séc. XIX¹⁴.

O caso de maior sucesso destas ocupações foi certamente o de Olhão. Através do contrabando e da atividade piscatória na costa e no alto mar, fugiam ao controlo da Câmara de Faro fazendo-lhe frente em diversas situações políticas.

Sobre este assunto Rosa Mendes chama a atenção para a distinção entre a oligarquia fareense e a “fortíssima coesão identitária”¹⁵ olhanense.

A freguesia da praia do Olhão

No ano de 1695, por Provisão do Bispo do Algarve D. Simão da Gama, a praia do Olhão passou a freguesia. Os seus limites eram o aglomerado de cabanas situadas na praia, a Igreja primitiva de Nossa Senhora do Rosário (atual Igreja da Soledade), que passava a Igreja Paroquial, o moinho do Sobrado a levante e o moinho da Barreta a poente.

Em 1698, três anos depois de se ter criado a freguesia, foi colocada a primeira pedra na nova Igreja Paroquial, a atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário, pois a Igreja primitiva tornava-se pequena para receber os fiéis. Em 1715 a nova Igreja foi aberta ao público.

A 8 de Junho de 1722 efetuou-se uma nova demarcação dos limites da freguesia. O limite a norte deixava de ser a Igreja primitiva e passava a ser o poço, situado mais a norte, que antes fazia parte da freguesia de S. Sebastião de Quelfes.

Apenas em 1808 houve nova alteração na freguesia. Em 15 de Novembro do referido ano, como prova da gratidão do Príncipe Regente D. João, pela revolta do povo do lugar do Olhão contra as tropas francesas e pela ida de alguns tripulantes no Caíque Bom Sucesso ao Brasil, para transmitir a notícia da expulsão dos franceses do território algarvio, foi criada a vila do Olhão da Restauração.

¹³ MAGALHÃES, Joaquim Romero, ob cit., p.114.

¹⁴ VASCONCELOS, Leite de, 1975, p.280.

¹⁵ MENDES, Rosa, 2008, p.4

Este acontecimento representou a independência que a população do lugar do Olhão há muito ambicionava.

Porém, de Vila apenas possuíam o nome, porque na realidade não tinham Câmara Municipal e continuavam a fazer parte do Termo de Faro. Descontentes com a situação, a população, representada pelo Compromisso Marítimo de Olhão, procurou defender os seus direitos junto do Príncipe Regente. Pretendiam a nomeação de um Juiz de Fora; a incorporação das Freguesias de S. Sebastião de Quelfes e de S. Bartolomeu de Pechão, as quais pertenciam ao Termo de Faro e a incorporação da povoação da Fuzeta, que fazia parte da Freguesia de Moncarapacho, mas pertencia ao Termo de Tavira.

Em 1826, o Conselho do Governo, sob o reinado de D. Pedro IV ainda no Brasil, concretizou os pedidos da população da praia do Olhão, com a clara oposição da Câmara de Faro que se negava a entregar o que pertencia ao novo Termo.

Com as guerras liberais pelo meio, a situação voltava a ser discutida em 1834 com nova reivindicação dos direitos concedidos à população de Olhão. Em 1835 parte do problema ficou solucionado. A freguesia de Moncarapacho passou a integrar o Termo de Olhão. Um ano depois, em 1836, a Câmara de Olhão tomou definitivamente a posse do Termo da sua vila, de que faziam parte as freguesias de Olhão, de Pechão, de Quelfes e parte da freguesia de Moncarapacho.

Decorridas algumas décadas, no ano de 1874, procedeu-se a uma revisão da divisão judicial em Portugal. Esse acontecimento administrativo levou à constituição definitiva do concelho de Olhão com as atuais cinco freguesias. A freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Olhão, a freguesia de Nossa Senhora da Graça de Moncarapacho, a freguesia de S. Sebastião de Quelfes, a freguesia de S. Bartolomeu de Pechão e a freguesia de Nossa Senhora do Carmo da Fuzeta¹⁶.

¹⁶Informação retirada da obra de Antero NOBRE no seguinte endereço electrónico:
<http://www.olhao.web.pt/Textos/HistoriaBreveOlhao.pdf> p.71.

II Parte O espaço urbano

Capítulo I

O povoamento da praia do Olhão e da baixa-mar

Apresentação e contextualização

A abundância de espécies piscícolas e as condições geográficas (a proximidade com a barra e o fato de a praia estar protegida pelas diversas ilhas que faziam a separação entre o mar e a ria) terão conduzido a uma rápida ocupação da praia do Olhão.

Pela importância descritiva que é feita do local no ano de 1758, embora de data posterior à ocupação inicial, procedemos à transcrição do seguinte texto:

Que Este Lugar hé o porto de mar com mayor Barra, que se acha em toda esta Província, e por ella entrão fazenda para os Mercadores da Cidade de Faro. [...]. Depois de entrarem as embarçoens da Barra para dentro, pode estar no dito canal athe trezentas, sem perigo algum. [...] As embarçoens, que mais frequentão esta Barra, são Inglezas, e Olandezas, que vem carregar figos, passas, amêndoas, vinhos, azeyte, e cortissa, as quais costumão vir carregadas de trigo, e mais fazendas de ropas, ferro, e madeyras. Também entrão muytas Setias de Espanha, e Cathalunha, que vem carregar de Atum no tempo das armaçoens, e peyxe seco, e salgado.¹⁷

¹⁷ Memória Paroquial do Prior Dr. Sebastião de Sousa com data de 20 de Abril de 1758, citado por IRIA, Alberto in “O Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração [...]”



fig. 3 Parte do *Mapa da divisão das vigairarias e paróquias do Algarve* (sem data), com as respectivas paróquias, no qual podemos observar que a Barra de Faro estava mais próxima de Olhão do que de Faro¹⁸.

Para o povoamento da praia do Olhão consideramos a existência de 3 fases. A primeira fase caracterizou-se pela ocupação sazonal e pela progressiva fixação da população, cuja data inicial rondará os finais do séc. XVI; a segunda fase diz respeito à expansão da área habitacional da praia que terá ocorrido a partir de 1715, e a terceira fase correspondeu à reestruturação da frente para o mar que terá ocorrido sobretudo a partir das primeiras décadas do séc. XIX.

¹⁸Imagem retirada do site:

http://ttonline.dgarq.gov.pt/Dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=dtematico.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=ImageView.tcl&dsqDb=Imagens&dsqImage=TES06\TT-MR-1-49_1_c0001.jpg

A ocupação sazonal e a progressiva fixação da população (finais do séc. XVI a 1715)

A praia do Olhão foi povoada desde o início por pescadores da cidade de Faro que se deslocavam periodicamente a este lugar para exercerem a atividade da pesca¹⁹.

A descrição que Frei João de S. José faz do Reino do Algarve no ano de 1577 é um bom ponto de partida para entendermos o que eram essas ocupações sazonais²⁰. Diz respeito à pescaria do Atum que sucedia também noutras praias do Algarve: “Acode a ela grande soma²¹ de pescadores de todo o Algarve com suas mulheres, filhos e outra chusma e fazem suas cabanas por toda a costa, onde estão as armações e continuamente acode a eles toda a gente comarcã a lhe trazer todo o mantimento, e refresco necessário, [...] De maneira que cada armação, parece hua Feira”.

Dado o carácter sazonal, os materiais utilizados na construção das cabanas eram precários, como por exemplo, o junco existente no local (figs. 5,6 e 7). Trata-se de uma tipologia que predominou no sotavento algarvio. As cabanas eram construídas em filas simétricas de 15 a 20 cabanas, e nalguns casos, isoladas, possuíam 6 a 8 metros²².

²⁰ MAGALHÃES, Joaquim Romero, ob. cit., p. 82.

²¹ Segundo VASCONCELOS, Leite de, os arraiais aglomeravam 90 a 100 famílias de pescadores, in “Etnografia Portuguesa”, vol. VI, 1975, p.279.

²² VASCONCELOS, Leite de, ob. cit., p.279.

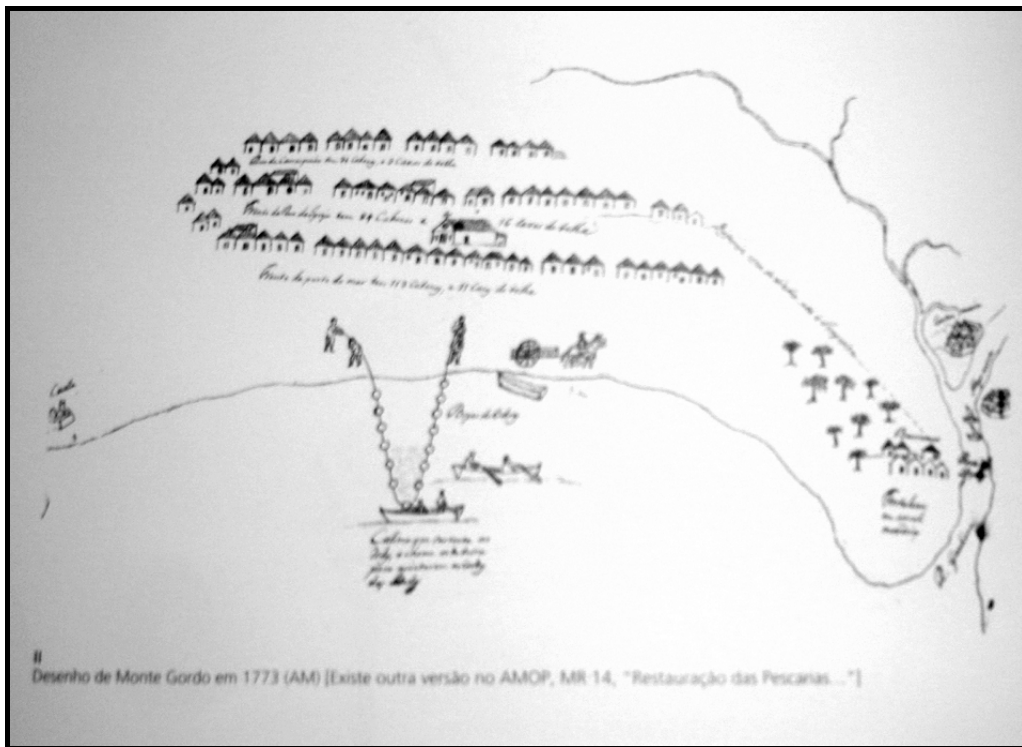


fig. 4 Desenho de Monte Gordo em 1773²³

Para a progressiva fixação da população terão contribuído fatores diversos, tais como a existência de uma fonte de água potável e fatores de ordem fiscal. Segundo Rosa Mendes os pescadores na praia do Olhão “atormentados pelo implacável fisco, quanto mais longe da autoridade administrativa local [Faro], melhor”²⁴.

²³ A imagem foi retirada da seguinte obra: CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, FAUP Publicações, Porto, 1997, p. 456.

²⁴ MENDES, Rosa, 2008, p.3.



fig. 5 Cabanas situadas na praia de Faro. (década de 40 do séc. XX)²⁵

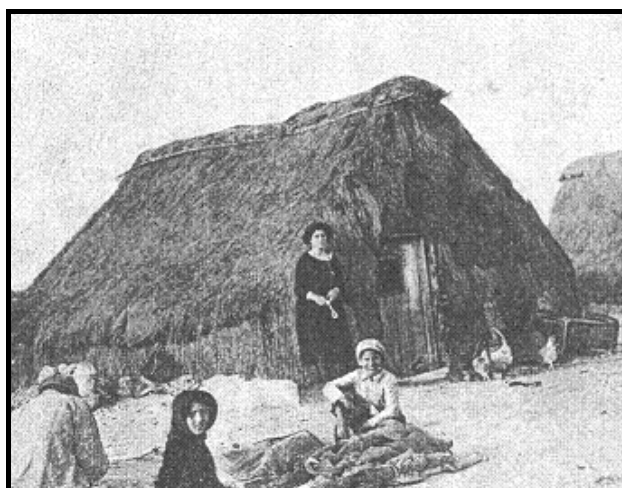


fig. 6 Cabanas situadas na praia de Monte Gordo²⁶.

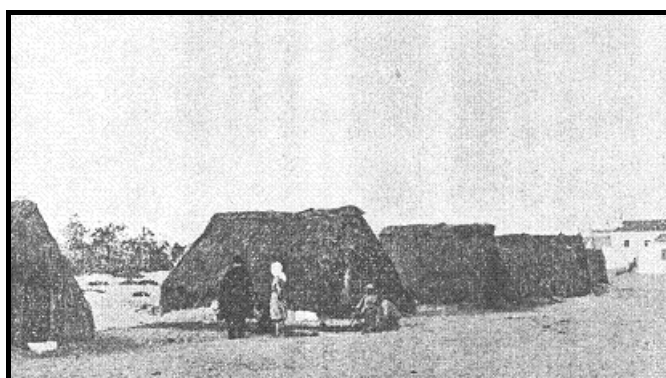


fig. 7 Cabanas em Monte Gordo em fila com habitação de pedra e cal em segundo plano²⁷.

²⁵ Fotografia retirada de PASSOS, José Manuel da Silva, *O Bilhete Ilustrado e a história urbana do Algarve*, 1995, p.137.

²⁶ Imagem retirada de VASCONCELOS, Leite de, ob. cit.

²⁷ Imagem retirada de VASCONCELOS, Leite de, ob. cit.

A pequena comunidade estabeleceu-se definitivamente na praia. As cabanas deixaram de ser uma residência sazonal e passaram a ser uma residência fixa. Assistiu-se ao despoletar de um pólo proto-urbano (fig.8).

Este pólo constituiu-se de dois bairros, o da Barreta e o dos Sete Cotovelos e de uma Igreja situada uns metros mais acima, a Igreja primitiva da Nossa Senhora do Rosário edificada nas primeiras décadas do séc. XVII.

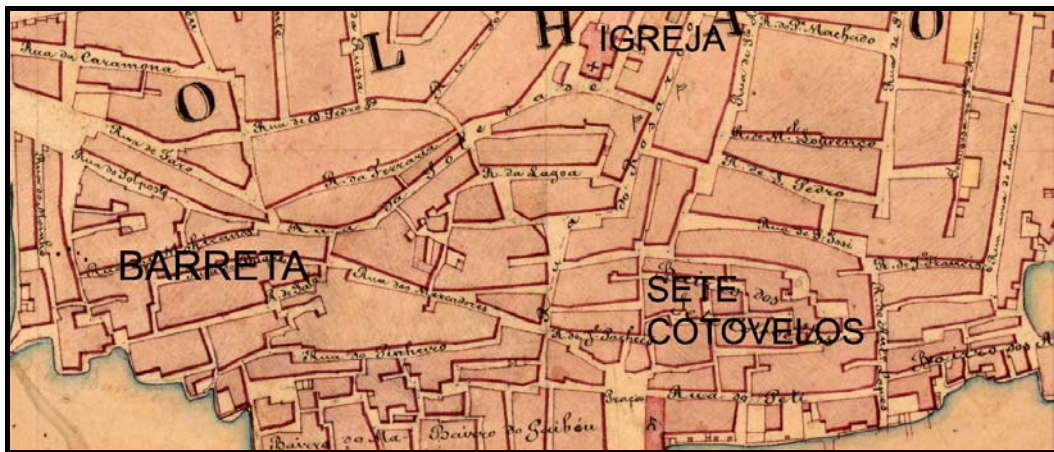


fig. 8 Em cima, ao centro a Igreja primitiva de Nossa Senhora do Rosário (atual Igreja da Soledade). À esquerda o bairro da Barreta e à direita o bairro dos Sete Cotovelos. (mapa I.G.P.)

É interessante a observação de Leite de Vasconcelos relativamente ao uso do termo bairro que teria sido aplicado também noutras localidades com características semelhantes às de Olhão. Como é o caso de Monte Gordo, em que a maioria dos habitantes se dedicavam à pesca e alguns “dos pescadores viviam num areal, afastado da praia, em cabanas de colmo. A um grupo de cabanas chamam Bairro.”²⁸

A população teria assentado arraiais a partir de finais do séc. XVI e início do séc. XVII. A anterior datação está relacionada com os seguintes acontecimentos.

Datam da primeira década do séc. XVII os documentos mais antigos que referem a existência de uma capela de Nossa Senhora do Rosário na praia do Olhão (atual Igreja da Soledade). Para existir a capela teria que haver uma população residente. Mais tarde, no ano de 1654, em Conselho de Guerra realizado na cidade de Faro, discutia-se o fato de os moradores da praia do Olhão não pagarem imposto sobre o que pescavam. Acontecimento esse que terá levado à queima das cabanas. Todavia

²⁸ VASCONCELOS, Leite de, ob. cit., p.282.

parecia que os moradores da praia do Olhão não constituíam perigo para a cidade de Faro, “porque aquilo é uma habitação de pescadores pobres que pela comodidade de terem os seus barcos perto do mar [...] escolheram aquele local”²⁹.

Por volta da segunda metade do séc. XVII, a construção da Fortaleza de S. Lourenço possibilitou a criação de um ambiente mais seguro para a expansão do povoamento da praia, cujos moradores se viam livres da ameaça dos corsários mouriscos. J. Fernandes Mascarenhas encontrou no Arquivo Nacional da Torre do Tombo documentos referentes à Confraria de Nossa Senhora do Rosário datadas de 1660-1664. As informações faziam menção a eleições e a contas da Confraria efetuadas na Igreja de S. Sebastião de Quelfes, a cuja freguesia a praia do Olhão pertencia, bem como algumas receitas referentes a ramos, o que significa que a Confraria realizava procissões no lugar de Olhão. O mesmo investigador transcreveu da documentação acima mencionada um casamento realizado na década de noventa do mesmo século na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, cujos noivos e pais eram todos naturais e moradores na praia do Olhão³⁰.

O crescimento devia ser tal que, em 1680, a Câmara de Faro proibiu a construção de cabanas na praia do Olhão sob pena de serem queimadas³¹. No entanto, apesar desta ameaça da Câmara de Faro face aos moradores da praia do Olhão, o número³² de cabanas continuou a aumentar e em 11 de Junho de 1695 o lugar de Olhão passou a freguesia por provisão do Bispo do Algarve, D. Simão da Gama, na qual ficaram a pertencer “todos os moradores que atualmente são e ao diante forem na dita praia do Olhão”, bem como os dois moinhos, um a levante e outro a poente³³.

Fora dos limites da freguesia de Olhão situavam-se os campos e as cercas com terrenos de cultivo com os seus tanques e poços de água potável, nos quais se praticava uma atividade complementar à pesca e fundamental para a subsistência da população, a agricultura. Estabeleceram-se, desta forma as condições para a evolução do lugar.

²⁹ MAGALHÃES, Joaquim Romero, ob. cit. p. 112.

³⁰ MASCARENHAS, J. Fernandes in *Acerca da antiguidade das freguesias de Quelfes e Pechão e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Olhão e sua primitiva confraria*, 1987, pp. 6-14.

³¹ MAGALHÃES, Joaquim Romero, ob. cit. p. 113.

³² Segundo NOBRE, Antero in *A População Olhanense. Sua Origem e evolução*. A partir de um artigo de Alberto Iria [“Como nasceu Olhão” in *Gazeta de Olhão*, nº 23, de 13-03-1952], o número de cabanas teria passado de 30 em 1680 para 150 em 1695. Nobre considerou a média de 5 pessoas por cada fogo o que totalizava 150 habitantes em 1680 e 750 habitantes em 1695, p.11.

³³ NOBRE, Antero in *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, 1984, pp. 27-28.

A expansão (1715 - 1808)

Três anos passados após a criação da freguesia iniciou-se a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. A primeira pedra foi solenemente depositada a 4 de Junho de 1698 e em 1715 com as obras por concluir, a Igreja abriu ao culto. O edifício estava situado na extremidade norte do povoado, num amplo terreiro que no século XVIII assumia importância de principal praça da povoação.

A par desta inauguração, ainda em 1715, outro acontecimento provocou uma verdadeira transformação urbana na praia do Olhão, fundamental para a sua expansão. João Pereira, de profissão mareante, requereu à Rainha autorização para construção de uma morada de casas, alegando como causa primeira os incêndios que ocorriam na praia. Este fenómeno estava também relacionado com a existência de um número considerável de cabanas construídas com colmo e outros materiais facilmente inflamáveis³⁴.

Trata-se, possivelmente, do requerimento mais antigo para construção de casas. A Rainha, responsável máxima pela cidade de Faro e pelo seu termo, onde Olhão se incluía, autorizou o requerimento em causa e considerou importante que se construíssem mais casas. No mesmo documento ficou declarado que o Almojarife da Portagem de Faro teria de cobrar vinte réis por uma vara de comprimento e uma vara de largura.

A Câmara de Faro, dependente da Casa da Rainha, viu-se assim impossibilitada de recusar os inúmeros requerimentos que se seguiram para construção de casas na praia.

A estes fatos, acrescenta-se-lhe outros elementos divulgados por Alberto Iria. São cerca de trinta requerimentos de moradores na praia do Olhão feitos à Rainha, para autorização de construção de casas entre os anos de 1715 a 1740³⁵. No entanto, consideramos a possibilidade de que apenas parte dos proprietários terão efetuado o respetivo requerimento e que tantos outros terão construído à revelia de qualquer espécie de controlo. Refira-se ainda que alguns dos requerimentos dizem respeito às mesmas habitações. São pedidos de aumento do número de varas de modo a

³⁴Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria da Casa das Senhoras Rainhas, L^o 6, fl. 293 v^o., in Alberto Iria "Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração [...]".

³⁵ Alberto Iria in "Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração" (Subsídios para a história de mareantes e pescadores do Algarve)", Mensário das Casas do Povo, 1955-1956.

ampliarem as suas casas. Mesmo que os trinta requerimentos correspondessem a trinta habitações situadas na Barreta, restaria imenso espaço por ocupar.

A comprovar o que acima frisámos está o fato de que em 1722 houve a necessidade de se proceder a uma nova demarcação da freguesia, a qual se expandiria para noroeste, norte e nordeste em direcção às hortas e às cercas e cujos limites aumentavam grandemente³⁶.

Para o aumento da densidade populacional contribuíram diversos fatores entre os quais enumeramos os seguintes: as novas condições de habitabilidade e de segurança obtidas nas casas construídas em alvenaria, e a possibilidade de algumas casas terem sido construídas à revelia de qualquer requerimento, tal como referimos acima. Acrescente-se-lhe o fato de Olhão, em finais do séc. XVIII e no séc. XIX, ser “o mais importante centro piscatório algarvio e também o mais especializado na pesca do alto”³⁷, fenómeno motivado pelas boas condições do local e pelos bons resultados da pesca³⁸. Entre 1780 e 1790 as últimas cabanas teriam desaparecido³⁹.

Para entendermos esta fase torna-se fundamental conhecermos o papel desempenhado pelos mareantes, cujo grupo compreendia os pescadores propriamente ditos, os donos dos barcos, e por exemplo, os calafates e os carpinteiros da ribeira que exerciam a sua função em terra mas possuíam os mesmos privilégios do restante grupo. O poder económico e social desta corporação não deve ser descurado. Foram os impulsionadores, os agentes da expansão do lugar de Olhão.

³⁶ “Além do Vigário Geral do Bispado, que era então o Dr. Manuel de Souza Teixeira, assistiram também à segunda demarcação da área da freguesia do Olhão, em 1722, os Padres Dr. José da Silva Maciel, Francisco Ribeiro e Manuel Gomes Correia, respectivamente párocos de Pechão, Quelfes e Olhão, e ainda o Escrivão da Câmara Eclesiástica, que lavrou o respectivo termo. Ataíde de Oliveira, que parece ter visto esse termo ou auto, transcreve dele, na sua *Monografia do Concelho de Olhão da Restauração*, o seguinte trecho, que reproduzimos aqui por conter os limites exactos com que então ficou a freguesia: “Deitando uma linha direita desde o moinho da parte do Levante, que hoje possuem Manuel Viegas da Baixa-mar, António Mendes Mestre e outros até um cabeço que fica por cima do poço d’esse lugar, onde se pôs um marco; e dali outra linha direita até à porta de Manuel Machado, e desta parte outra linha direita até ao monte de Bartholomeu Martins, ficando dentro deste círculo o dito monte, como a dita horta e o dito poço, e os ditos dois moinhos de que faz menção a Visita, como também outro moinho que é de Manuel Ribeiro de Miranda e do dito Manuel Machado, e todos os moradores da praia; pertencendo tudo o que fica fora do círculo a Pechão e a Quelfes, com exceção da casa da dita Brites Gonçalves, desabitada agora, mas que pode ser de futuro habitada a qual, embora esteja fora do círculo, ficará pertencendo à Freguesia do Olhão ””, citado por NOBRE, Antero, in <http://www.olhao.web.pt/Textos/HistoriaBreveOlhao.pdf>

³⁷ CAVACO, Carminda in *O Algarve Oriental – As Vilas, o Campo e o Mar*, vol.2, 1976, p. 250.

³⁸ Padre António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, t. III (Lisboa, 1712), p. 17 citado por Alberto Iria in “Compromisso Marítimo [...]”

³⁹ RIBEIRO, Orlando, in “Açoteias de Olhão e telhados de Tavira – Influências orientais na arquitetura urbana”, *Geografia e Civilização – Temas Portugueses*, 1992, p.72.

Estavam integrados no Compromisso Marítimo de Faro, cuja Confraria pertencia à Igreja de S. Pedro, onde possuíam um altar ⁴⁰. Mas o Compromisso e a Câmara de Faro não estavam interessados em reconhecer o valor deste grupo e revelavam essa conduta face aos interesses dos mareantes. Não permitindo a construção de cabanas para além das que já existiam e ameaçando através de incêndios. Do mesmo modo, vetavam os consecutivos requerimentos levados a cabo antes de 1715, para construção de casas de pedra e cal na praia.

Na verdade, os mareantes colaboravam com mais de trezentos mil réis por ano para a Confraria da cidade e esse fato foi fundamental para que o Compromisso Marítimo de Faro não concordasse com a separação e criação de um Compromisso no lugar de Olhão⁴¹. Segundo os próprios mareantes “nenhuma função exercitavam [...] na mesma Igreja, nem nela se sepultavam nem lhe chegavam as esmolas e tudo cediam em benefício dos de Faro; [...] pagando-se com o seu dinheiro a um médico, e a um Boticário de tudo se experimentava pela distância, falta no lugar aonde morriam muitos e principalmente os pobres por não haver Médico, [...] o que tudo teriam, tendo Confraria no lugar [...]”⁴².

A separação oficial dos mareantes de Olhão do Compromisso Marítimo de Faro acabou por suceder apenas em 1765, ano em que a totalidade das receitas passaria a ser direcionada para Olhão.

De referir que o seu contributo monetário havia iniciado em finais do séc. XVII com a construção da atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário, tal como comprova a lápide na fachada, do lado da torre, com a seguinte inscrição: *À custa dos homens do mar deste povo se faz este templo novo no tempo que só havião umas palhotas em que vivião. Primeiro fundamento 1698. Quer o pescador pobre quer os proprietários dos barcos terão contribuído para a construção da nova Igreja e na gestão do Compromisso, mas estes últimos terão tido um papel preponderante.*

⁴⁰ Em 1577, quando a sede de Bispado foi transferida de Silves para Faro, a Colegiada da Ordem de Santiago, situada na Igreja de Santa Maria, passou para a Igreja de S. Pedro. Trata-se de uma Igreja edificada à custa dos mareantes em homenagem ao seu protetor.

⁴¹ “[...] Suplicaram havia anos licença para separarem da Casa do Compromisso e Confraria do Corpo Santo da dita Cidade, e erigiram com os mesmos Privilégios outra na sua Paróquia Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que fabricaram, e trataram com decência e asseio, à sua custa, e nela passam todas as funções, **e as razões, que os motivavam a fazer esta Suplica fora as de que concorrendo para a Confraria com mais de trezentos mil réis em cada ano; desta despesa, não recebiam utilidade alguma, por que gastando-se na Fábrica da Igreja de São Pedro e em enterros e esmolas e tudo cediam em benefício dos de Faro;**” [*Livro de todas as Ordens, Privilégios, Alvarás, Provisões e mais Coisas, 1767*] citado por LAPA, Albino, ob. cit., pp. 34-35.

⁴² LAPA, Albino, ob. cit. p.35.

A própria localização do edifício do Compromisso Marítimo é outro indicador da importância desta classe social. Situado no terreiro, espaço onde desembocavam os principais eixos e onde se localizavam os principais equipamentos públicos e religiosos, houve uma vontade civil em assumir a responsabilidade da governação do lugar. Na área mais nobre da freguesia, no meio das igrejas, de frente para a Igreja Matriz e de costas para a Igreja Primitiva, o edifício do Compromisso Marítimo (fig.9) estabeleceu o ponto de viragem para a expansão do lugar para norte.

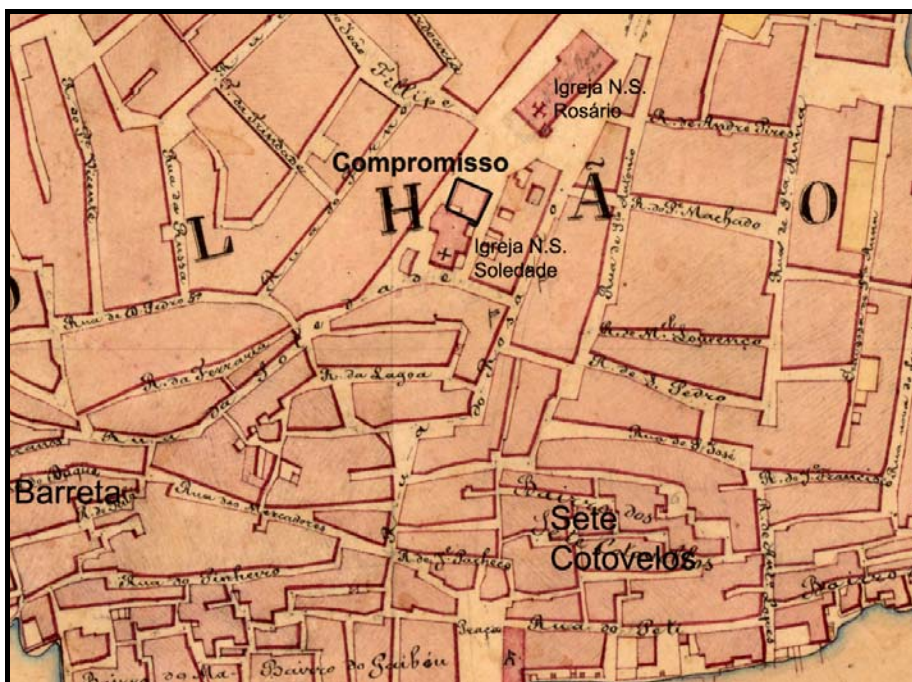


fig. 9 Localização do Compromisso Marítimo de Olhão. A sul, nas traseiras do Compromisso a Igreja de Nossa Senhora da Soledade, e a norte, a seguir ao largo, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. (mapa I.G.P.)

A reforma política e a reestruturação urbana (1808- 1916)

Apresentadas as áreas de expansão e os seus protagonistas atentemo-nos na apresentação da 3ª fase que representa o culminar do empenho revelado pelos Mareantes, sobretudo a partir de finais da década de quarenta do séc. XIX, numa nova conjuntura política em Olhão, que desde 1808 passara de lugar à vila.

Esta expansão caracterizou-se em traços gerais pela criação de uma área industrial na frente da baixa-mar. Num primeiro momento junto ao bairro da Barreta, criando outros bairros a sul, o bairro do Manuel Lopes e o bairro do Gaibéu, e mais tarde na parte a sul e a nascente do bairro dos Sete Cotovelos.

Procedeu-se a uma série de aterros promovidos pela Câmara e levados a cabo por particulares que possuíam casas e armazéns junto à ria, de forma a alinharem os edifícios e construírem os cais, impedindo desse modo que o mar pusesse a população em risco. Uma nova frente, sinónimo da evolução económica que a vila estava a ser alvo, passou a constituir uma das entradas principais, tendo em conta as relações comerciais realizadas aqui. Propunha-se uma campanha urbanística que protagonizasse essa realidade.

Desenvolveu-se uma frente constituída por armazéns, fábricas de cariz artesanal (fabrico manual de anzóis, fabrico de redes, cordame, olarias e louças finas, extração de sal, trabalhos de empreita e esparto, e destilação de figos) e estaleiros de construção naval.

Análise urbana

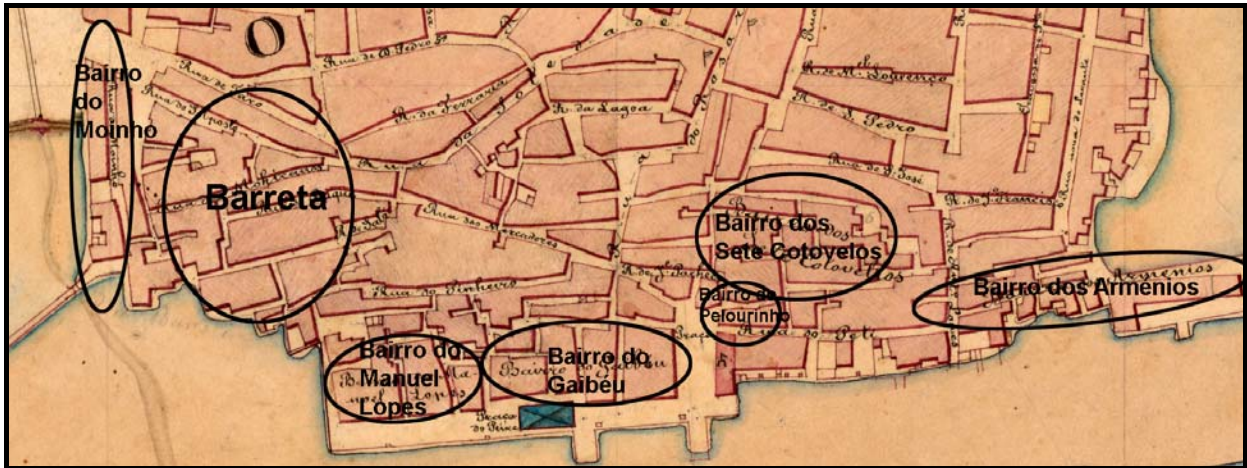


fig. 10 Identificação geral dos bairros .(mapa I.G.P.)

Após a apresentação e contextualização dos principais acontecimentos ocorridos na praia do Olhão, importa perceber como foi traçado o processo de evolução urbana no respetivo local, desde a construção das primeiras cabanas originando o aparecimento dos primeiros bairros, até ao culminar de uma frente urbana de cariz comercial/industrial.

O pólo proto-urbano

O bairro da Barreta

A primeira área a estudar é a Barreta. Está situada na parte mais a poente do que consideramos ser a praia do Olhão e foi o local que reuniu as melhores condições para a fixação dos pescadores.

Verificámos que o termo: “Barreta” está patente Na *Carta Corográfica do Reino do Algarve*, de João da Silva Lopes de 1842, na parte poente das ilhas-barreira junto a Faro. O ilhéu e a barra possuem o mesmo nome (fig. 11).

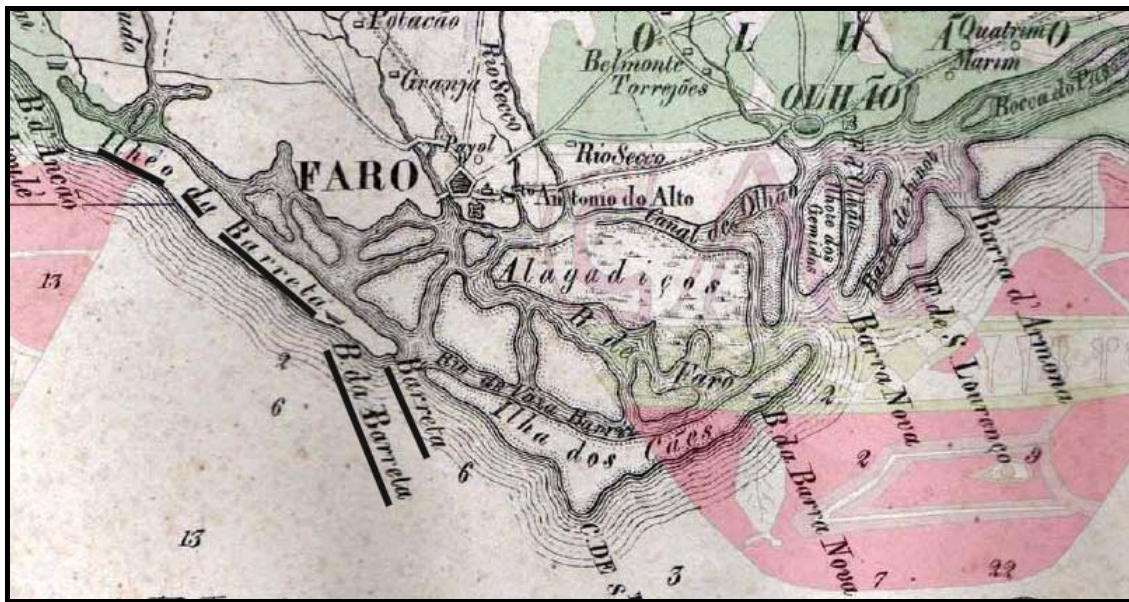


fig. 11 Parte da Carta Corográfica do Reino do Algarve de 1842, onde observámos a existência da toponímia: Barreta. (fonte: <http://www.arkeotavira.com/Mapas/SilvaLopes/index.html>)

Desconhecemos se existe alguma ligação entre os dois locais. Sabendo que os primeiros habitantes da praia do Olhão são de Faro, poder-se-á ter dado o caso de terem sido originários da Barreta de Faro e de colocarem o mesmo nome ao novo local de ocupação? Deixamos a dúvida.

Na documentação de arquivo foi possível confirmar que os documentos mais antigos, de finais do séc. XVII e princípios do séc. XVIII se referem ao local como “praia do Olhão”. Só a partir da década de quarenta do séc. XIX é que nalgumas Actas se menciona o local como “sítio da Barreta”, “lugar da Barreta”, “Prainhas da Barreta” e “Bairro da Barreta”. No entanto, noutros documentos, tais como a *Estatística da População de 1868* e o *Rol de Confessados de 1887*, sobre os quais fizemos uma leitura do número de fogos existentes em cada bairro e/ou rua e não encontramos nenhuma menção ao termo em oposição à maioria dos bairros, cujos nomes estão especificados. Em sua substituição estão designadas as ruas que se estruturaram na Barreta e em seu redor: rua do Pinheiro, rua do Salá, rua dos Micanos, rua do Duque e rua do Sol-posto.

Por fim, numa leitura mais pormenorizada no levantamento topográfico realizado entre 1871 a 1873 (fig. 12) a única referência escrita / legendada sobre o local é feita em jeito

de apontamento, escrito a lápis, ao contrário dos restantes bairros que estão devidamente sublinhados. O termo é ainda atribuído ao moinho e ao respetivo esteiro (fig. 13).



fig. 12 A referência ao bairro da Barreta no levantamento topográfico realizado entre 1871 e 1873, foi escrito a lápis num canto (passámos por cima para se ver melhor). (mapa I.G.P.)



fig. 13 Neste excerto do levantamento de 1871/3 pudemos observar que o termo Barreta foi aplicado ao moinho e ao esteiro do mesmo moinho, elementos juntos ao bairro. (mapa I.G.P.)

À parte a questão toponímica importa analisar outros dados fundamentais para o estudo urbano do bairro. Procurámos delimitar o bairro tomando como pontos de referência os eixos, os principais equipamentos, as barreiras naturais e as barreiras físicas que se estruturaram em seu redor em meados do séc. XVII (fig.14). Os eixos são a rua de S. Bartolomeu (1), a rua de Faro (2) e a rua da Soledade (3). Os equipamentos são a Igreja primitiva (4) e o moinho da Barreta (5). As barreiras naturais são o mar a sul e a este e as barreiras físicas são as cercas e as hortas a norte.

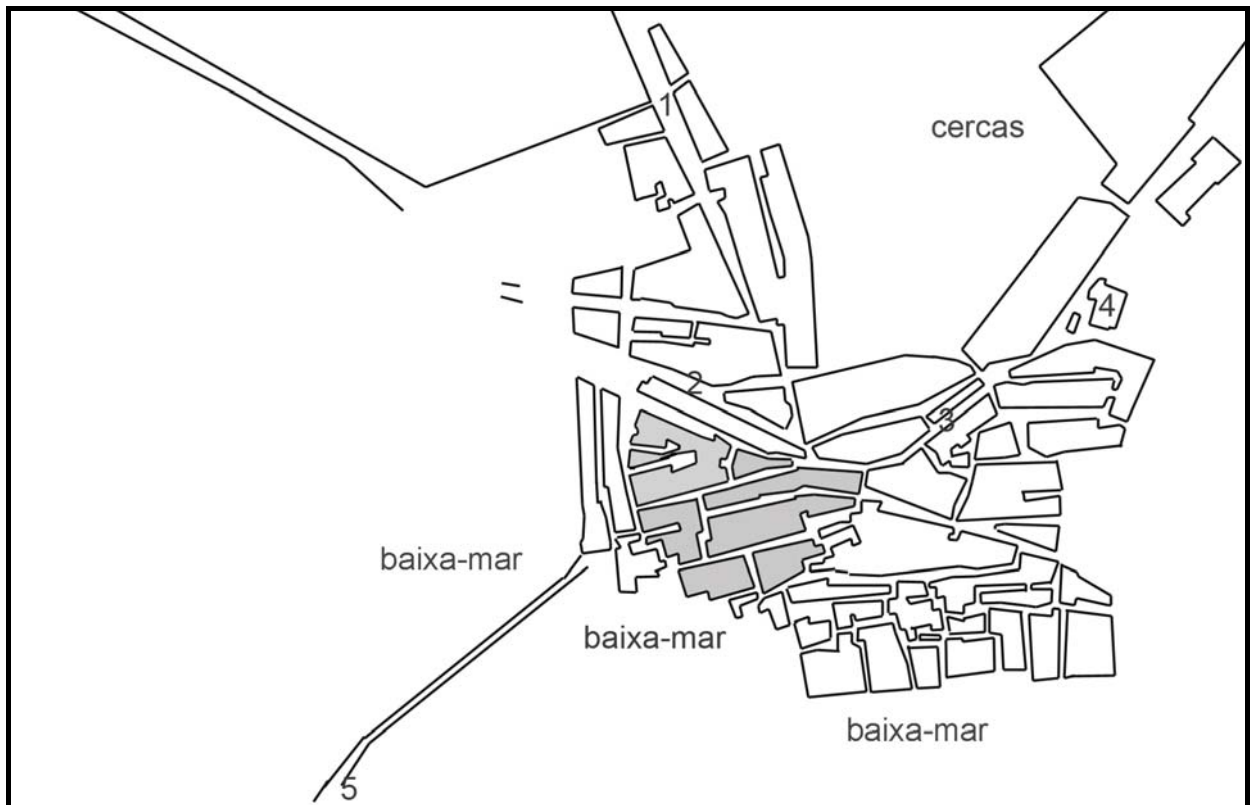


fig. 14 Principais eixos e equipamentos externos ao bairro da Barreta (grosso modo corresponde à área com quarteirões a cinzento). Eixos: rua de S. Bartolomeu (1), rua de Faro (2), e rua da Soledade (3). Equipamentos: Igreja primitiva (4) e moinho da Barreta (5). (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

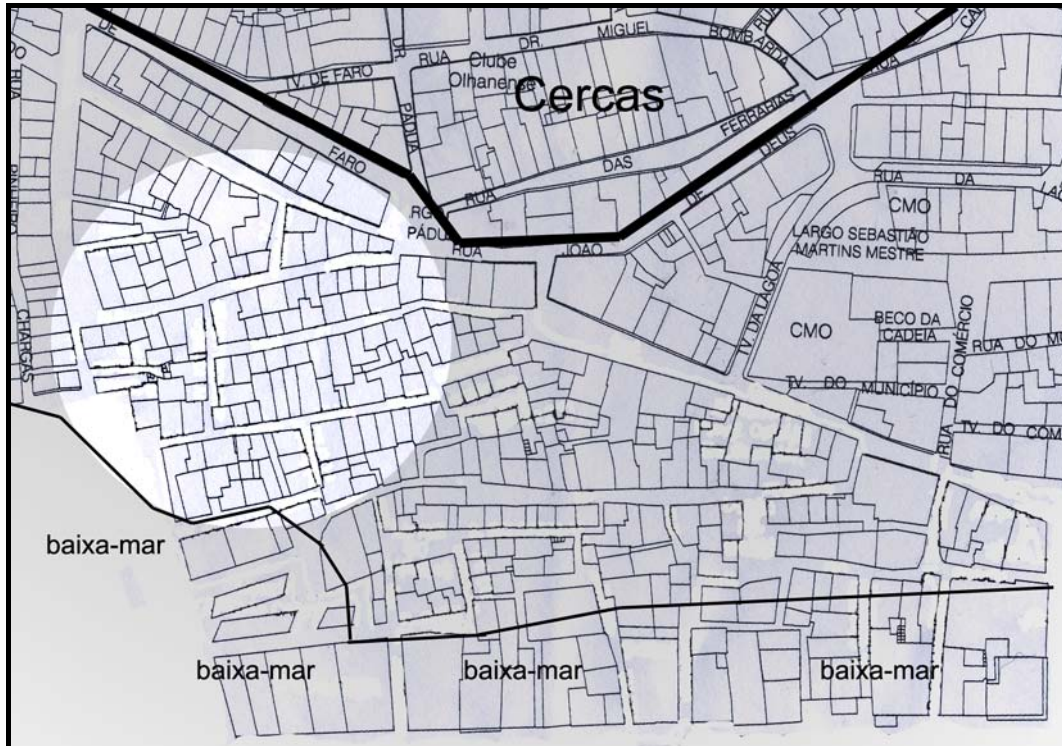


fig. 15 Possível delimitação do bairro da Barreta. (mapa C.M.O. 2002)

Localizados os principais equipamentos, tentámos recriar a área. A parte sul e poente eram baixa-mar, ou seja, terrenos arenosos e alagadiços. A parte norte compunha-se de cercas e hortas. No centro estava situado o bairro que acabou por desenvolver uma estrutura urbana singular. A comprová-lo apresenta-se uma análise que incide sobre os principais eixos, os quarteirões e por fim o loteamento.



fig. 16 Parte do levantamento levado a cabo entre 1871/3 onde pudemos observar as ruas e as travessas pertencentes ao bairro da Barreta, bem como as que se constituíram em seu redor. (mapa I.G.P.)

Os eixos

Observámos que alguns dos eixos que se estruturaram no interior do bairro estabelecem um traçado regular entre si com orientação sudoeste – nordeste.

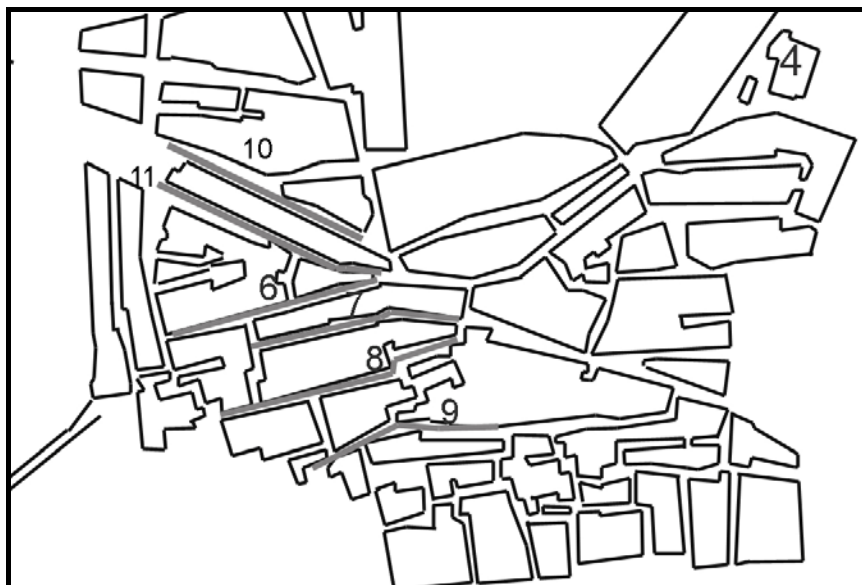


fig. 17 Principais eixos internos do bairro da Barreta: rua dos Mohicanos (6), rua do Duque (7), a rua do Salá e atual rua Patrão Joaquim Lopes (8) e a rua do Pinheiro (9). Dois eixos exteriores: rua de Faro (10) e rua do Solposto (11). (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

A rua dos Mohicanos parece constituir a centralidade do bairro, uma vez que faz a ligação entre o moinho e a Igreja primitiva, equipamentos mais antigos (fig.18). No que concerne ao termo Mohicanos verificámos que esta designação surgiu representada no levantamento topográfico de 1871/3. Na restante toponímia da época e na atual transcreve-se: Micanos, termo correspondente ao nome de uma família que se estabeleceu, logo de início, na praia do Olhão. Data de 1728 um requerimento de Vicente Martins Micano que quis “fabricar huas casas na mesma Praja”⁴³.

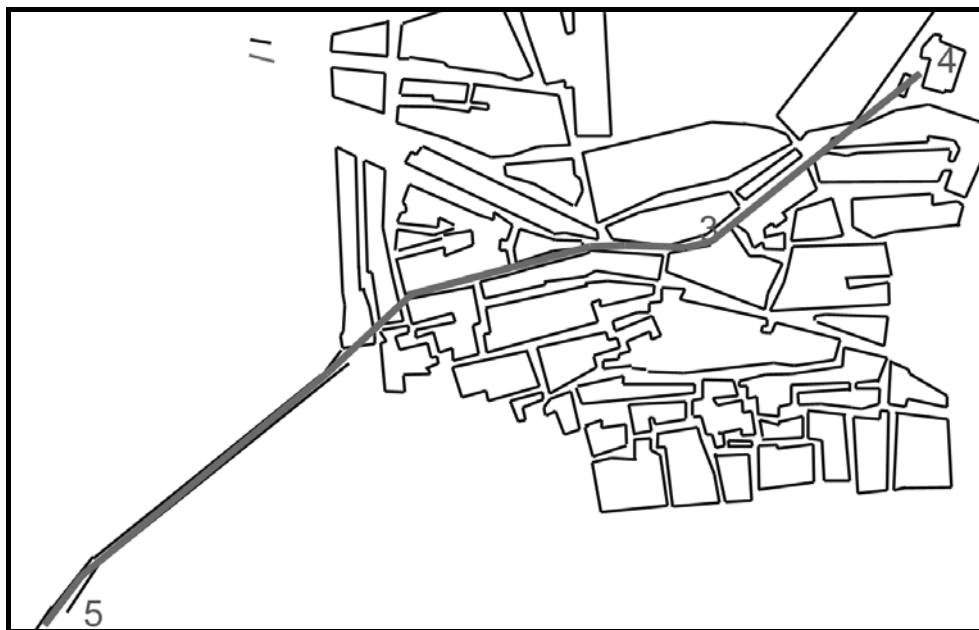


fig. 18 A rua dos Mohicanos (parte central da linha cinzenta), a rua da Soledade (3), a Igreja primitiva (4) e o moinho da Barreta (5). (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

Grande parte dos eixos apresentados na fig. 17 possui uma largura semelhante à exceção da rua de Faro e da rua do Solposto. Consideramos que são eixos exteriores ao bairro. Inicialmente poderá não ter havido o quarteirão ao centro das duas ruas. Talvez se tenha configurado um grande eixo ou mesmo um terreiro, cuja circulação de pessoas e mercadorias em direcção a Faro fosse maior.

⁴³ A.N.T.T., Chancelaria da Casa das Senhoras Rainhas, L.º 7, fl.191 v.º, citado por Alberto Iria in “O Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração”, (Subsídios para a história de mareantes e pescadores do Algarve), Mensário das Casas do Povo, 1955-1956.

«figura» uniforme no exterior, sempre com a justificação de se manter *a mesma formosura da terra e a mesma largura das ruas.*»⁴⁵

Na constituição dos quarteirões, alguns com forma retangular, houve dados interessantes a apontar, tais como, as frentes das casas estão direccionadas para as ruas e os fundos estão situados no interior do quarteirão (fig. 19). Nas frentes predominou um ritmo de fachadas de porta-janela e a moldura dos vãos tem uma ornamentação simples (figs. 20 e 21). Os pouco casos existentes revelam vãos em cantaria. Contudo não pudemos afirmar que tenham vigorado ou não dado a adulteração que a maioria das habitações têm sido alvo.

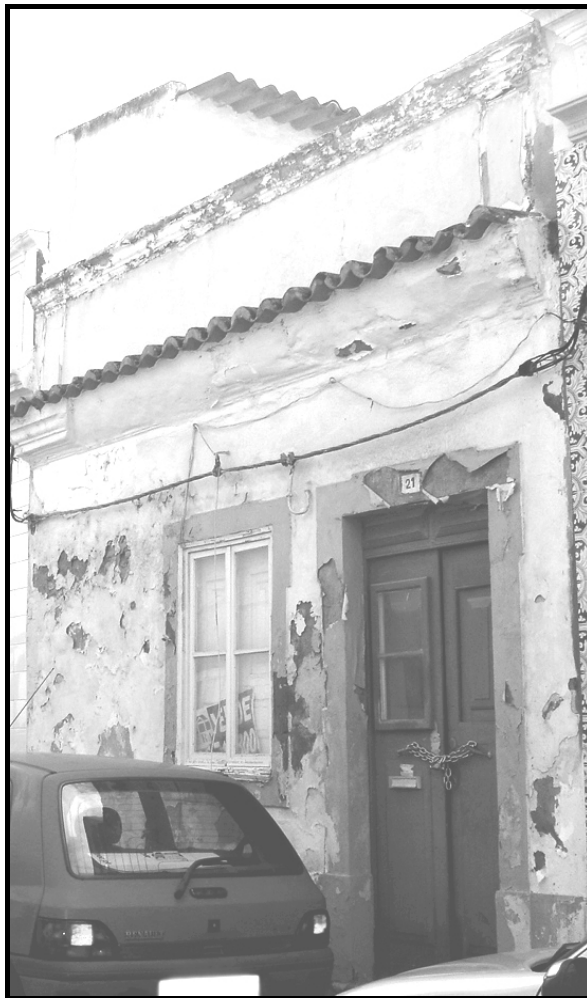


fig. 20 Casa térrea na rua do Solposto. (foto de autor 2008)

⁴⁵ CORREIA, José Eduardo Horta, “A importância da Arquitetura de Programa na História do Urbanismo Português”, V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, Universidade do Algarve, 2001,p.164.



fig. 21 Casa térrea na rua dos Micanos. (foto de autor 2008)

A existência deste tipo de características na estrutura urbana diverge dos conceitos comumente divulgados ao longo do séc. XX por alguns investigadores que relacionavam a Barreta e os bairros mais antigos de Olhão com imagens de traçados irregulares e sinuosos, com becos e casas construídas na mesma irregularidade das cabanas. Estamos cientes que grande parte das cabanas não terá sido disposta de forma irregular e aleatória. Relembre-se o caso de Monte Gordo já apresentado (figs. 22 e 23). Embora as duas praias possuíssem condições topográficas distintas, a de Olhão era pequena e constituía-se de diversos sapais e a de Monte Gordo era um extenso areal, a capacidade de ocupação e desenvolvimento urbano nos dois locais poderá ter sido semelhante, tal como em tantos outros locais que se desenvolveram junto ao mar e não só. Procurava-se a vigência de um traçado regular, com as frentes das casas e das cabanas viradas para o mar.

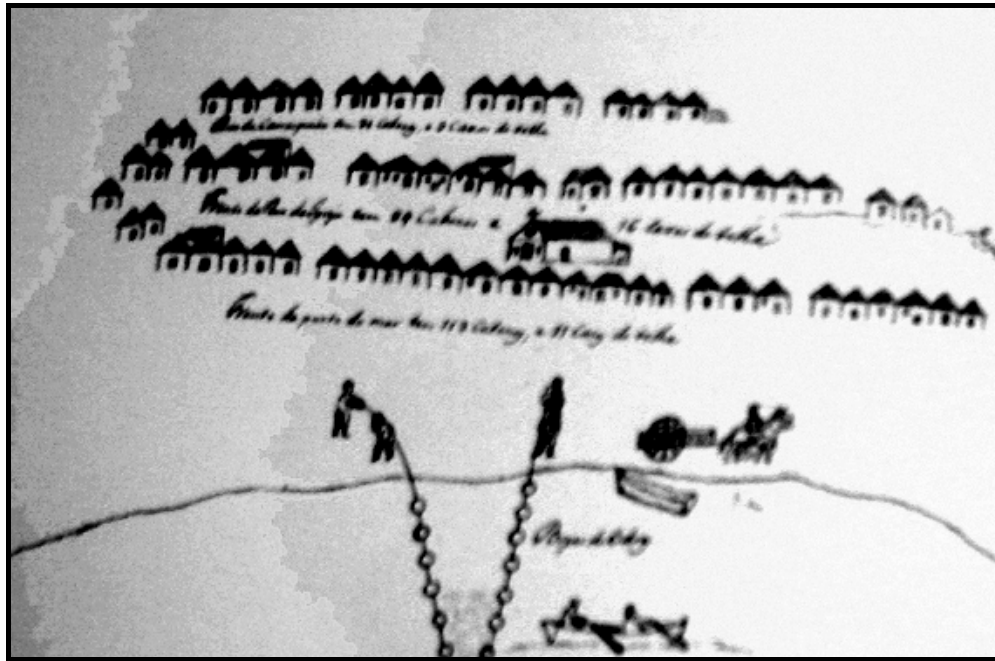


fig. 22 Desenho de Monte Gordo de 1773 com a disposição das cabanas e das “casas de telha”⁴⁶.



fig. 23 Fotografia de Monte Gordo em 1937⁴⁷.

⁴⁶ A imagem foi retirada da seguinte obra: CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, FAUP Publicações, Porto, 1997, p. 456.

⁴⁷ A imagem foi retirada do seguinte endereço electrónico: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=508022>

Considera-se que houve, com o despontar das primeiras cabanas, a capacidade de estabelecer um lugar constituído por um traçado urbano regular. Atente-se no caso de Monte Gordo e no levantamento etnográfico que Leite de Vasconcelos fez.

Foi assim possível a constituição de alguns quarteirões retangulares, marcados por um tipo de loteamento uniforme e pelo predomínio de habitações com algumas medidas normalizadas. No entanto, este cenário modificou-se levando a comunidade de estudiosos a ver a irregularidade como especificidade da Barreta afirmando que as casas teriam sido dispostas na mesma irregularidade das cabanas.

Datamos este fenómeno como posterior à expansão inicial da praia. Poderá estar relacionado com uma grande procura de imóveis por parte da população e terá levado à ocupação de espaços que anteriormente eram terreiros, espaços de circulação, para onde davam os principais eixos exteriores, a rua de S. Bartolomeu e rua de Faro e a rua da Soledade, que fazia a ligação com a Igreja e com a Estrada de Quelfes (fig. 24). Nalguns remates de quarteirões aferiu-se uma série de becos e travessas de traçado irregular, originados pela composição de alguns lotes (figs.24 e 25).

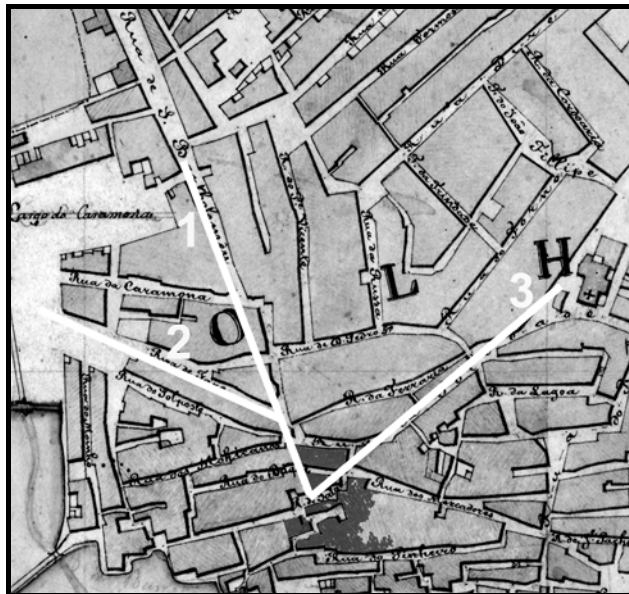


fig. 24 Rua de S. Bartolomeu (1), rua de Faro (2) e rua da Soledade (3). A mancha a escuro representa a área irregular (mapa I.G.P.)



fig. 25 Apontamento geral da área onde se verificou o encontro de diversos quarteirões e houve uma difícil solução do seu entorno. Rua de S. Bartolomeu (1), rua de Faro (2) e rua da Soledade (mapa C.M.O. 2002)



fig. 26 Pormenor da área anterior. A tracejado o provável prolongamento da rua de S. Bartolomeu. (mapa C.M.O. 2002)

Observe-se com atenção o pormenor da área representada na fig. 26. O quarteirão (a) sofreu uma ampliação despropositada de lotes com outras características. As dimensões são maiores; as frentes dão para uma rua e os fundos dão para outra rua. São elementos não coincidentes com o tipo de loteamento predominante neste quarteirão, onde as frentes acompanham toda a extensão do quarteirão e os fundos situam-se no seu interior. As faces poentes dos três quarteirões (a, b e d) são regulares. Fato que estará relacionado com a expansão inicial do Bairro. A divisão entre parte regular e parte irregular dos quarteirões coincide com um provável prolongamento da rua de S. Bartolomeu até à praia.

No que diz respeito a um estudo mais pormenorizado acerca do loteamento aferimos o seguinte. A partir do levantamento de dados referentes à construção de casas entre 1715 e 1740, grande parte dos lotes possuía uma média de 5 varas de frente por 15 varas de fundo com forma retangular, donde a sua maior especificidade foi a flexibilidade evolutiva.

Num espaço caracterizado pelos seus apertados limites e pouco propício a expansões estabeleceu-se um elevado número de lotes, fato que resultou, posteriormente, num tipo de arquitetura “local olhanense, genuína, inerudita”, tal como Francisco Fernandes Lopes a definiu⁴⁸.

Através da leitura e análise dos diversos requerimentos de autorização para construção de casas apurámos que enquanto houve terreno livre na praia e em redor, optou-se por solicitar, sempre que o proprietário considerasse conveniente, o aumento de varas para juntar ao seu lote. De seguida se apontam alguns argumentos apresentados pelos proprietários à Rainha: “pera mais conveniência e larguesa dellas”⁴⁹, “junto as casas em que vivia estava hum baldio em que queria fabricar hua casa”⁵⁰ e um outro

⁴⁸ Partes deste artigo foram publicadas na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIX. O original é um folheto intitulado *Olhão, terra de mistério, de mareantes e de mirantes*, Olhão s.d., publicado na Revista *Portugal d'Aquém e dalém mar* (1952) com data aposta de 1945. O documento pode ser lido na íntegra no site da A.P.O.S.: http://www.olhao.web.pt/Personalidades/TextosFFL/Olhão_Vila_unica.htm

⁴⁹ A.N.T.T., *Chancelaria da Casa das Senhoras Rainhas*, L^o 7, fl.135, citado por Alberto Iria in “O Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração”, (Subsídios para a história de mareantes e pescadores do Algarve), Mensário das Casas do Povo, 1955-1956.

⁵⁰ A.N.T.T., *Chancelaria da Casa das Senhoras Rainhas*, L^o 7, fl.226, citado por Alberto Iria in “O Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração”, (Subsídios para a história de mareantes e pescadores do Algarve), Mensário das Casas do Povo, 1955-1956.

proprietário revelava que “possuía no dito lugar hua cabana de seis varas e necessitava de mais cinco varas pegado ao cham da dita cabana”⁵¹.

Muito possivelmente a partir da segunda metade do séc. XVIII, data coincidente com o aumento da população, verificou-se o seguinte acontecimento na estrutura evolutiva do loteamento. Enquanto houve terreno baldio por ocupar, o número de lotes foi crescendo. O lote compreendia uma parte de área construída, a habitação, “a morada de casas para sua vivenda e habitação”, tal como referia João Pereira no requerimento que fez à Rainha em 1715, e de uma parte não construída, o quintal. As casas eram a casa de fora, divisão mais importante, onde se situava a entrada principal e para onde se passava para outras casas, como por exemplo a cozinha e nalguns casos uma alcova, espaço para dormir. Quando não havia alcova a casa de fora também servia de espaço para dormir. A cozinha situava-se nos fundos e resumia-se a uma espécie de pequena bancada a um canto com uma chaminé onde se fazia o fogo. O pequeno quintal murado funcionava como área de serviços da habitação. Nele se executava tarefas relacionadas com a atividade pesqueira e tarefas relacionadas com a dinâmica quotidiana familiar (higiene, criação de animais domésticos, pequena horta quando o terreno e dimensão do quintal o permitia).

Certamente também haviam casas com dimensões menores e sem quintal em que a casa de entrada seria também espaço para dormir com um espaço ao fundo para cozinhar. O acesso à açoteia fazia-se por uma escada situada na cozinha. O pangaio era a pequena estrutura em alvenaria que fazia a ligação entre o interior e o exterior.

A partir de meados do séc. XIX houve de novo um pico ascendente na densidade demográfica e talvez nesse momento possamos situar o seguinte fenómeno. Os quintais existentes na maioria dos lotes murados e alinhados, terão deixado de existir para neles se acrescentar outras divisões da casa, outros anexos ou a construção de outras casas independentes para alugar, perspetivando, desse modo, a sua rentabilização. Alguns proprietários passariam a residir noutras ruas mais “nobres” e deixariam as pequenas habitações para algumas famílias que chegavam do campo à procura de melhores condições de vida num lugar que crescia de dia para dia.

⁵¹ A.N.T.T., *Chancelaria da Casa das Senhoras Rainhas*, L^o 7, fl.119 v^o, citado por Alberto Iria in “O Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração”, (Subsídios para a história de mareantes e pescadores do Algarve), Mensário das Casas do Povo, 1955-1956.

Lembramos, todavia, que o processo evolutivo do lote se processou de acordo com a necessidade do seu proprietário, e o fator necessidade estava dependente de outros fatores tão importantes como os económicos. Inerente a este processo estava implícito a dinâmica orgânica de cada lote. Iniciadas em 1715, houve habitações que se terão concluído rapidamente, outras terão percorrido o séc. XIX e o séc. XX.

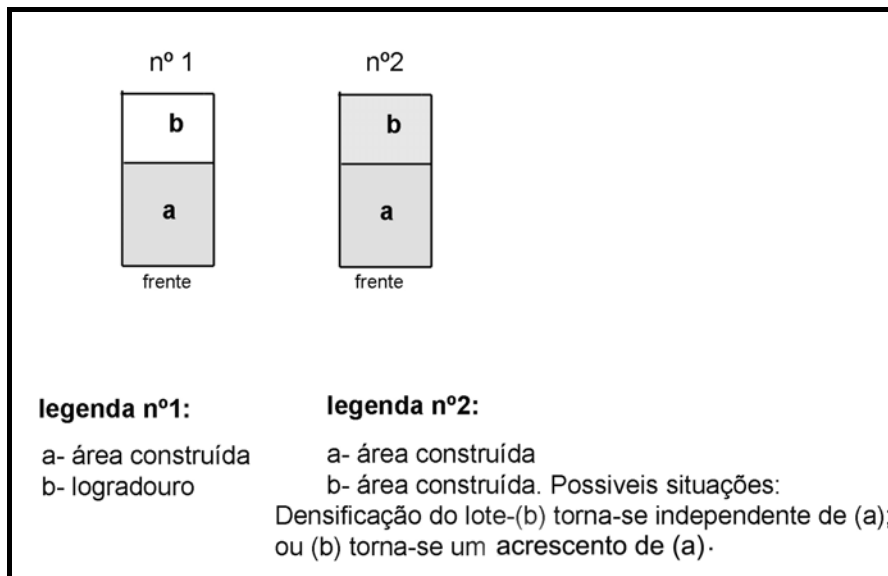


fig. 27 Este esquema representa o que terá acontecido na maioria dos lotes.

Face a este cenário e a partir dos estudos efetuados consideramos que as ruas e grande parte dos quarteirões mantiveram a mesma estrutura. Apenas a composição do lote foi alterado.

Mas atentemo-nos na análise da evolução do lote. Quando os proprietários se confrontaram com o lote ocupado na sua totalidade com área construída, e, de alguma forma se viram impedidos de ocupar mais área pública, a expansão teve que ocorrer na vertical, tendo-se procedido à construção dos mirantes, que constituíam uma nova parte da casa. No entanto põe-se uma questão: Que tipo de cobertura existia e qual a sua capacidade para suportar um piso?

Embora não possamos afirmar qual o tipo de cobertura que predominava nas casas térreas do bairro da Barreta porque já não restam provas, podemos deixar algumas hipóteses de estudo. Quando começou a haver uma relação comercial entre os

pescadores de Olhão e as cidades costeiras do Norte de África, como por exemplo Larache, cidade onde as açoteias eram comuns, inúmeras cabanas já tinham passado a casas de pedra e cal com cobertura de telhado de duas águas ou telhado de tesouro. Não descuramos, todavia a possibilidade de terem coexistido mais do que um tipo de cobertura. Refira-se um requerimento de 1722, de um proprietário que pretendia edificar um moinho para moer trigo, cevadas e centeio situado na praia, cuja cláusula reiterava “não impedir o tirar o barro do dito esteiro a quem quizer fabricar telha, ladrilho ou qualquer louça”⁵². A telha servia para a cobertura dos telhados e o ladrilho servia para o revestimento do chão no interior da casa, mas também para o revestimento das abóbadas existentes nas açoteias.

Por último, verificámos que também houve habitações com telhado de tesouro colocado nas casas mais importantes, a casa de fora. As restantes casas (alcovas e cozinha) formavam uma açoteia, em que cada casa possuía uma abóbada de perfil esférico, fenómeno detectado pela ligeira elevação do pavimento. Segundo Vieira Caldas, o uso deste tipo de abóbada é um fenómeno datável de finais do séc. XIX e princípios do séc. XX⁵³.

⁵² A.N.T.T., *Chancelaria da Casa das Senhoras Rainhas*, Lº 7, fl.71, citado por Alberto IRIA in “O Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração”, (Subsídios para a história de mareantes e pescadores do Algarve), Mensário das Casas do Povo, 1955-1956.

⁵³ CALDAS, João Vieira, *A Arquitetura Rural do Antigo Regime no Algarve*, Dissertação de Doutoramento, (policopiado), 2007, p.211.



fig. 28 As setas apontam para o arranque de uma abóbada numa divisão de uma casa em ruínas na travessa dos Micanos. (foto de autor 2008)



fig. 29 Casa térrea com cobertura de telhado de tesouro na rua da Verdade, junto à Barreta. (foto de autor 2008)

Retomando, de novo, o texto de João Vieira Caldas, “Independentemente da sua origem, estes telhados [os de tesouro] podem ter sido utilizados em Olhão desde que as cabanas dos pescadores começaram a ser substituídas por casas de pedra e cal certamente com mais razão que a cobertura em açoteia. Os modelos estavam nas cidades mais próximas, Faro e Tavira, e o conhecimento construtivo também.”⁵⁴

A questão de um piso superior sobre a casa térrea mantinha-se. Em 1961 um grupo de arquitetos decidiu inventariar a arquitetura popular no nosso país e estiveram em Olhão. No entanto, a área inventariada foi aquela que está situada a poente das Igrejas (vide capítulo II) e não a área mais antiga, aquela que nos encontramos a estudar neste capítulo.

Os autores da *Arquitetura Popular em Portugal* deixaram patente que em Olhão se verificava um outro tipo de construção generalizado. Pensamos que se referiam ao

⁵⁴ CALDAS, João Vieira, *A Arquitetura Rural do Antigo Regime no Algarve*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), 2007, p. 225.

bairro da Barreta, o qual se constituía por habitações semelhantes aquelas que caracterizaram, mas onde se sobrepôs “em ampliações posteriores, um andar para habitação e sobre este um mirante” adaptando-se “um tipo de construção mais leve, com divisórias de madeira e pavimentos superiores constituídos por ladrilhos assentes sobre vigotas de madeira, sistema conhecido pelo nome de *dormentes*”⁵⁵. Assim se justificava o processo estrutural de transformação das casas térreas em casas com um piso superior.

Deixamos ainda outras dúvidas. Na eventualidade de o bairro da Barreta ser constituído sobretudo por pescadores pobres, não seria mais económico a construção de uma cobertura em telhado em vez de uma cobertura em abóbada? E, por outro lado, tendo em conta a reduzida dimensão do lote e o pouco espaço existente nas ruas, a açoteia não iria ocupar o papel fundamental anteriormente ocupado pelo quintal?

⁵⁵ AA.VV., *Arquitetura Popular em Portugal*, vol. 3, 1988, p. 203.



fig. 30 Casa térrea de função comercial, com cobertura de telhado em pleno séc. XX. Trata-se de uma tipologia semelhante à cabana. Está situada no extremo de um quarteirão entre as ruas dos Micanos (à esquerda) e do Solposto (à direita). (A.H.M.O.)



fig. 31 A mesma habitação na atualidade com formas lineares e forrada a azulejo. Embora a transformação tenha sido realizada em pleno séc. XX, testemunha a passagem de uma habitação térrea com cobertura total em telha para a arquitetura conhecida como “cubista”. Não pretendemos com isto afirmar que terá sido o processo mais utilizado (foto de autor 2008).



fig. 32 Fachada de uma habitação térrea situada na rua Patrão Joaquim Lopes com vãos em cantaria e ritmo de porta-janela-janela. A platibanda possui beiral do telhado. Dado que poderá indicar que numa anterior campanha de obras a casa teria telhado. (foto de autor 2008)

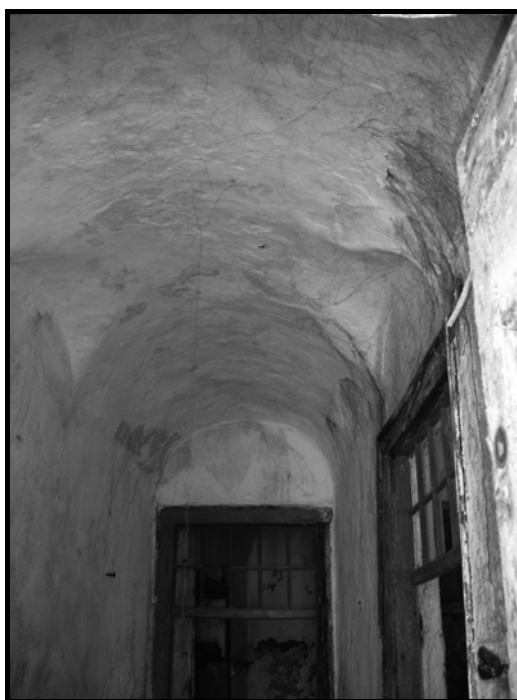


fig. 33 Corredor da habitação anteriormente apresentada. A cobertura é feita com abóbada. A cozinha situava-se no fundo do corredor. (foto de autor 2008)



fig. 34 Parte da casa de fora onde pudemos observar uma das pontas da abóbada repuxadas para baixo, fato que indica tratar-se de uma abóbada de perfil esférico. (foto de autor 2008)



fig. 35 Casa térrea de “risca ao meio” com mirante na rua dos Micanos (foto de autor 2008)



fig. 36 Parte lateral do lote situado na travessa da rua dos Micanos. (foto de autor 2008)



fig. 37 Vista aérea do lote. (A.H.M.O.)

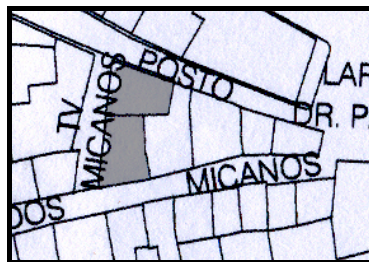


fig. 38 Localização do lote anteriormente apresentado. (mapa C.M.O. 2002)

As imagens anteriores correspondem a um lote situado numa das ruas principais da Barreta, a rua dos Micanos, e serve de exemplo para o que temos vindo a afirmar que a grande característica do lote é a sua flexibilidade evolutiva ao longo de dois séculos. Desconhecendo em particular a história deste lote as nossas observações partem sobretudo da interpretação das imagens. Estabelecemos duas hipóteses de estudo. Hipótese A: O lote compreende duas habitações com entradas principais para as ruas e entradas de serviços na travessa; Hipótese B: O lote corresponde a quatro habitações correspondendo cada porta a uma entrada. Ambas as hipóteses são possíveis de existir. Visto de cima o lote constitui-se de dois volumes que lembram dois cubos. Os fundos, inicialmente quintais, tem agora dois pisos. A fachada com ritmo de vão janela-porta-janela, casa de “risca ao meio”, poderá indicar uma última campanha

de obras situada entre o final do séc. XIX e princípio do séc. XX que terá integrado também a construção do mirante. O mesmo tipo de ornamentação neoclássica foi utilizado na platibanda da fachada térrea e na platibanda da fachada do mirante. A platibanda ganha protagonismo com as suas espécies de métopas num dos cantos do lote (fig.35). São trabalhos de massa que indicam algum desafogo económico por parte do proprietário.



fig. 39 Exemplo de duas casas térreas com ritmos diferentes de vãos. (rc)

Tipologia do Edificado - A casa térrea e o mirante

No que diz respeito ao tipo de arquitetura utilizada neste bairro, para além do que apontámos atrás, o termo comumente divulgado foi o de “arquitetura cubista” e sobre este termo muito se tem dito e redito. O que aqui se apresenta é uma leitura feita com base nos diversos estudos publicados sobretudo a partir da década de quarenta do séc. XX, por Francisco Fernandes Lopes, Alberto Iria e Orlando Ribeiro, juntamente com a investigação por nós levada a cabo.

O termo “cubista” foi utilizado para designar este tipo de arquitetura a partir da segunda década do séc. XX. Em 1924, Raul Brandão no livro: *Os Pescadores*, refere-se a Olhão da seguinte forma: “Cubos, linhas geométricas, luz animal que estremece e vibra [...]”; um ano depois, José Dias Sancho, escreveu que: “Vista do alto duma açoteia a arquitetura de Olhão surpreende-nos pelo seu aspecto bizarro, __ aglomerados de superfícies brancas e polidas chocam-se, interceptam-se, sobrepõem-se, embaralham-se a capricho, como cubos de cartão”, terminando com a frase: “A vila cubista, Olhão!”; Em 1927, Aquilino Ribeiro, no *Guia de Portugal*, esclarece: “Vila cubista chamaram a Olhão, e, de fato, a *vol d’oiseau*, parece a casaria projectar-se duma tela de Picasso para ludíbrio dos olhos afeitos à ordem objectiva das três dimensões. Dum prédio para o outro as açoteias e fachadas imbricam-se, acavalam-se, sobrepõem-se, desarticulam-se, anuladas pela brancura e pela miragem as leis da perspectiva e do volume. São milhares de cubos em equilíbrio instável, paradoxal, absurdo, como cantarias duma Babel [...]”

A adoção do termo “cubista”, a partir da década de vinte do séc. XX, foi feita sob o ponto de vista da forma e da imagem.

Do ponto de vista teórico, o movimento cubista abraçava outras intenções, as quais não se revelam neste tipo de arquitetura. Não se pretende com isto desvalorizar o tipo de arquitetura utilizada originalmente nos bairros, mas pelo contrário, individualizá-la e estudá-la no seu contexto particular, o qual temos vindo a deslindar.

Um movimento artístico surgido durante a primeira década do séc. XX, com Picasso e Braque em Paris, não deverá estar relacionado com uma arquitetura de cariz popular e espontânea de longa duração, que foi sendo elaborada de acordo com as necessidades da população, a partir de 1715.

As descrições vêm ao encontro do que temos vindo a afirmar. Atente-se, novamente, sobre alguns excertos acima apontados: “aglomerados de superfícies brancas”, “chocam-se, interceptam-se, sobrepõem-se, embaralham-se [...] como cubos de cartão”, “imbricam-se, acavalam-se, sobrepõem-se, desarticulam-se” “cubos em equilíbrio instável, paradoxal”. Certamente as descrições foram feitas tendo como campo de visão os inúmeros mirantes e açoteias. E, sob esse ponto de vista, revelou-se um lugar edificado de forma caótica, um amontoado de pequenas habitações que se sobrepuseram aos pisos térreos.



fig. 40 Fotografia aérea da Barreta. Os mirantes foram substituídos por pequenas divisões com cobertura de zinco. O cenário é caótico. (A.H.M.O.)

Pudemos assegurar que este tipo de arquitetura se fundamenta em duas situações. Por um lado, a casa térrea com uma tipologia de casa urbana corrente de medidas normalizadas, cobertura de telha ou abóboda e ritmo de fachadas que variava entre janela-porta, janela-janela-porta e janela-porta-janela, formulário em vigor em grande parte das cidades portuguesas a partir de setecentos e oitocentos. E, por outro lado, a casa, comumente designada por mirante, situada no piso superior com um tipo de cobertura utilizado em diversos pontos no Algarve, a açoteia.



Apesar das imagens anteriormente apresentadas continuamos até à data a crer que o mirante terá surgido ainda em meados do séc. XIX nos bairros da baixa-mar, como um acrescento da pequena casa térrea e também acrescento da área exterior.

No entanto, tal como aconteceu com as chaminés no Algarve, que desempenham um papel ornamental e que simbolizavam o prestígio e a vaidade dos proprietários, através dos mirantes os habitantes dos bairros criaram uma linguagem própria que os distinguiu das demais localidades. Verificámos ainda que os mirantes mais imponentes dentro dos bairros da baixa-mar são os que se situavam no bairro dos Sete Cotovelos. Este tipo de equipamento funcional pode ter sido usado também como equipamento ornamentado à moda neoclássica, revelando alguns proprietários mais endinheirados face a um tipo de arquitetura corrente.

O bairro dos Sete Cotovelos



fig. 42 O bairro dos Sete Cotovelos representado no levantamento realizado entre 1871/3. (mapa I.G.P.)

Ao contrário da Barreta, o bairro dos Sete Cotovelos está identificado de forma bem clara no levantamento topográfico realizado entre 1871 a 1873, embora não pormenorize os nomes das ruas.

Na *Estatística da população da Vila de Olhão de 1868* o bairro possuía 82 fogos e estava situado, entre a rua de José Pacheco e a rua da Casa do Peti. No *Rol de Confessados de 1887* possuía 106 fogos em conjunto com a rua de José Pacheco e estava situado entre a rua do Rosário e a rua do Peti.

Os eixos

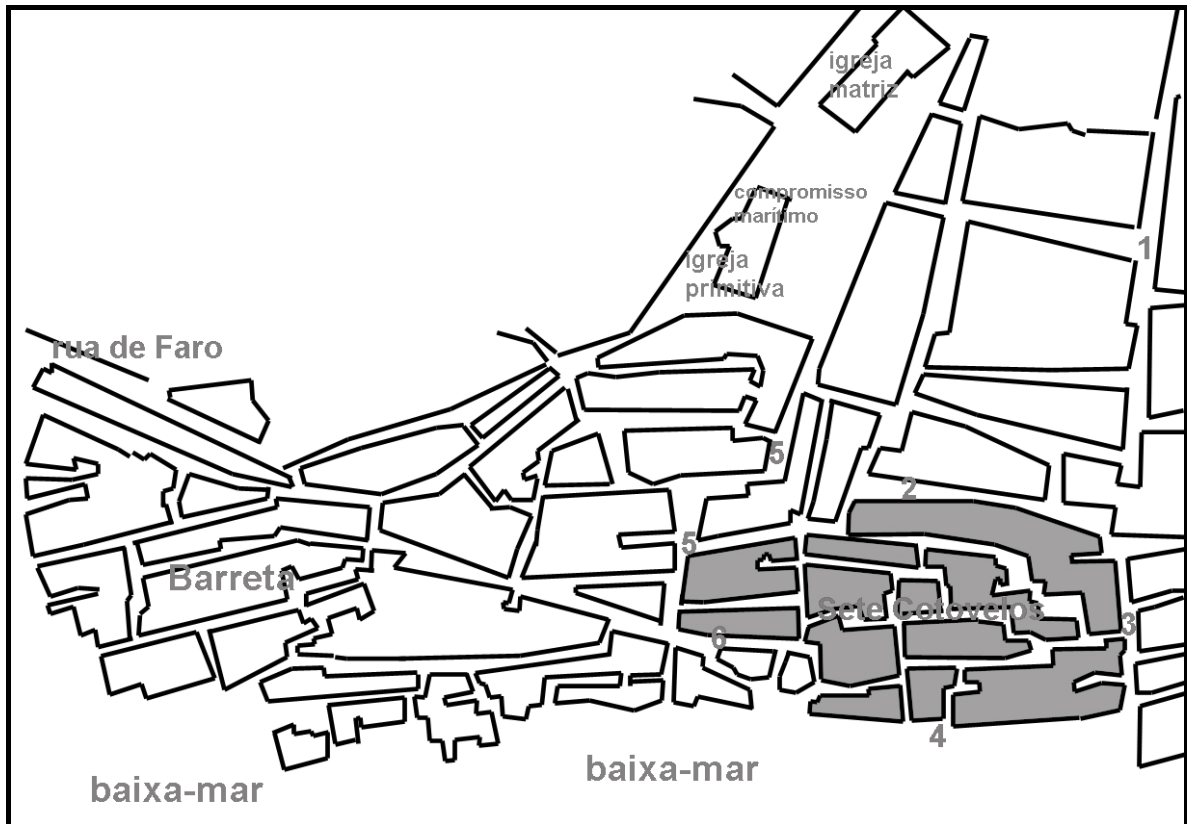


fig. 43 Panorâmica geral do bairro dos Sete Cotovelos. A delimitar o bairro estão os seguintes eixos: rua de S. José (2), rua António Lopes (3), rua do Peti (4), rua do Rosário (5) e rua de José Pacheco (6). (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

O bairro estava delimitado a norte pela rua das Lavadeiras (1) e pela rua de S. José (2), a sul pela rua do Peti (4) a este pela rua António Lopes (3) e a oeste pela rua do Rosário (5) e pela rua de José Pacheco (6).

Ao contrário do que aconteceu na Barreta em que a delimitação da estrutura urbana do bairro se tornou mais evidente pelas discrepâncias espaciais existentes em redor, a delimitação do bairro dos Sete Cotovelos se tornou mais difícil dado que a sua forma está mais coerente com o entorno. No entanto, através da observação da forma urbana constatámos que a rua do Rosário e a rua de Santo António, eixos claramente lineares assim que se cruzam com alguns quarteirões do bairro denotam alterações. Este fato poderá ter a ver com um dado: os quarteirões poderão ser anteriores aos eixos.

Consideramos também a possibilidade de alguns eixos, sobretudo a rua do Peti (4), serem posteriores à génese do bairro e que os seus limites, tal como na Barreta possam também ser naturais, a sul e a este a baixa-mar e a norte o sapal.



fig. 44 Alterações da rua do Rosário e da rua de Santo António, quando se cruzam com o bairro dos Sete Cotovelos. (esquema realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

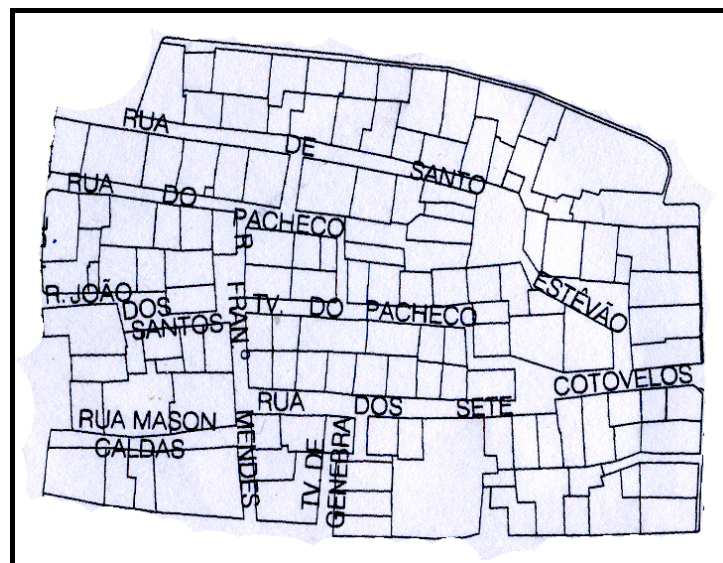


fig. 45 Toponímia atual dos eixos situados no interior do bairro. (C.M.O. 2002)

No entanto as diferenças entre os dois bairros acrescenta-se com outros pormenores. Enquanto na Barreta os eixos possuem um traçado mais regular e respeitam uma orientação sudoeste - nordeste, nos Sete Cotovelos os eixos possuem um traçado menos regular e possuem uma orientação este – oeste.

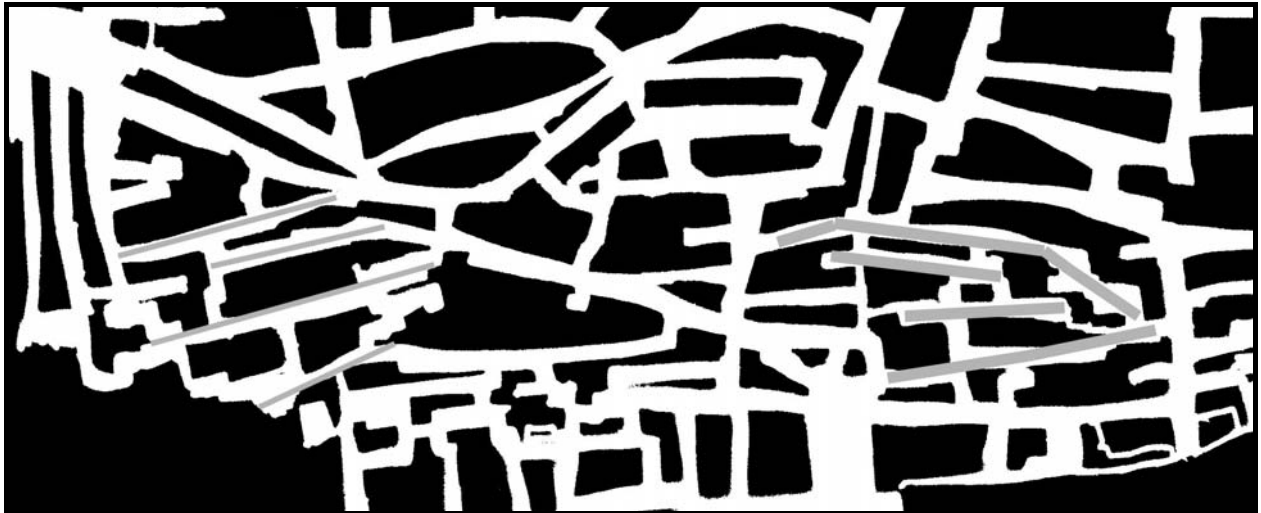


fig. 46 Comparação entre os eixos do bairro da Barreta (à esquerda) e os eixos do bairro dos Sete Cotovelos (à direita). (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

Os quarteirões e o loteamento

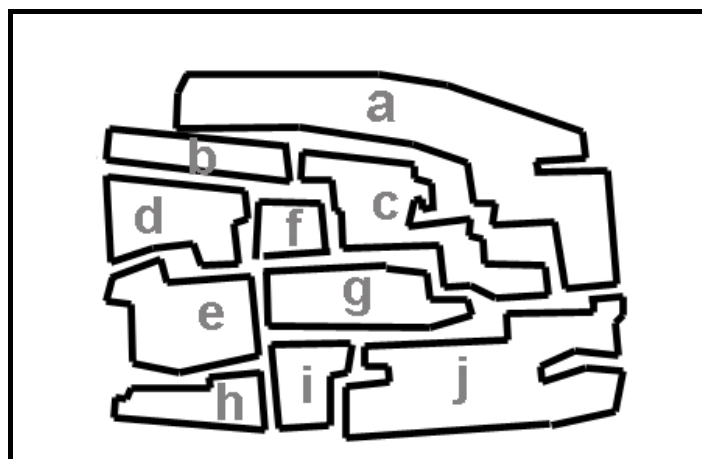


fig. 47 Identificação dos quarteirões do bairro dos Sete Cotovelos. (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

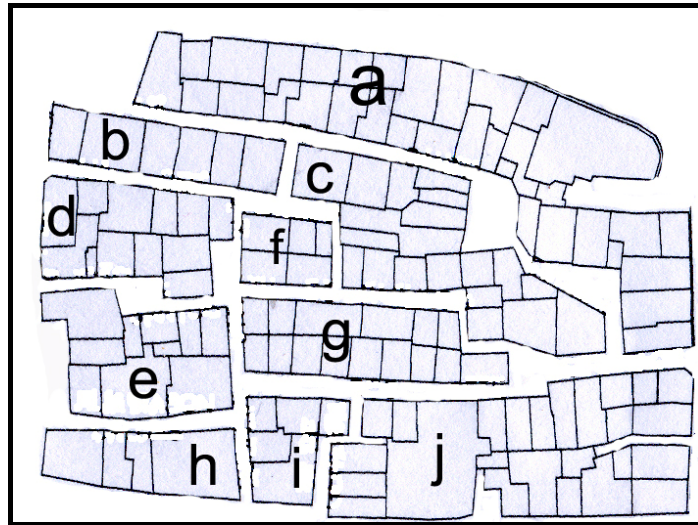


fig. 48 Identificação do loteamento do bairro dos Sete Cotovelos. (mapa C.M.O. 2002)

Apresentadas as imagens dos quarteirões e do loteamento do bairro dos Sete Cotovelos pudemos assegurar a existência de algumas semelhanças e também de algumas diferenças em relação à Barreta. No caso dos quarteirões, embora não tão extensos como os da Barreta, desenham-se também com formas e dimensões diversas. As frentes maiores dos quarteirões, de maior comprimento, são paralelas à baixa-mar e, nalguns casos os fundos dão para o interior do quarteirão.

Por outro lado, ao contrário da Barreta, os lotes do bairro dos Sete Cotovelos têm dimensões maiores e forma regular sem grandes modificações ao longo do tempo, parecendo existir nalguns casos uma modulação dos lotes (quarteirões **b**, **g** e parte de **c**).

A densidade do loteamento e da população da Barreta é claramente superior em relação ao bairro dos Sete Cotovelos. Embora se trate de dois bairros com caráter habitacional consideramos que respondem a diferentes necessidades sociais. Na Barreta procurou-se rentabilizar ao máximo o pequeno lote através da sua subdivisão originando diversas fracções. Fato que, possivelmente, estaria relacionado com o elevado número do agregado familiar e com uma situação económica carenciada. Por outro lado, no bairro dos Sete Cotovelos não se deu uma subdivisão com estas características, embora se tenha verificado a construção de um primeiro piso com cobertura de açoteia criando no edifício uma fachada única. Os vãos, quer em massa ou cantaria, são mais ornamentados, com decoração profusamente vegetalista.

É possível que se tratasse de um bairro cujos moradores possuísem maior poder económico. Com a evolução urbana do lugar o bairro acabou por agregar no seu entorno equipamentos importantes, tais como a Praça do Comércio com a Alfândega.

Apresentados e analisados os dois bairros principais, questionámo-nos acerca da sua localização extrema. Francisco Fernandes Lopes afirmou no seu artigo escrito no ano de 1945: “ há um século a linha da praia vinha ainda pelo fundo da atual praça Patrão Joaquim Lopes, onde o peixe se vendia sobre a areia, prolongando-se até aos dois Bairros extremos”. Pormenorize-se a informação relativa ao limite da linha da praia no início do séc. XIX: da rua do Gaibéu passando pelo fundo da Praça onde se situa a Alfândega e pela rua do Peti atual Alexandre Herculano. Se em meados do séc. XIX a linha da praia tinha esses limites quando se procedeu ao povoamento inicial essa linha chegaria mais a norte. Curioso foi termos dado conta da toponímia, rua da Lagoa, designação que pode constituir a prova desse elemento natural. Analisando o traçado de alguns eixos, a datação de alguns edifícios e a toponímia, admitimos a hipótese de ter sido uma lagoa o elemento natural que terá justificado a separação dos bairros.

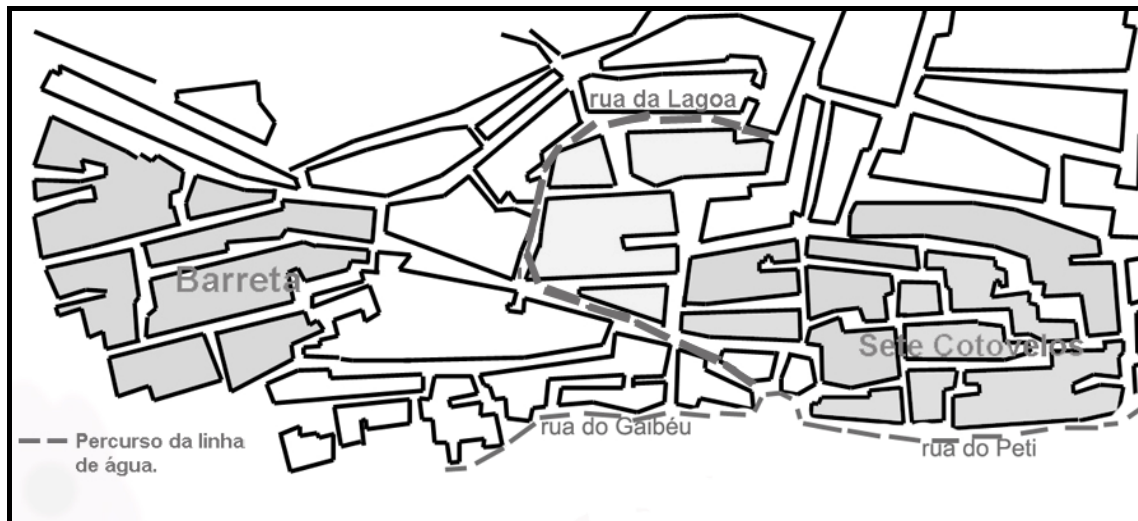


fig. 49 Os limites da praia no início do séc. XIX chegavam aos eixos traçados posteriormente, rua do Gaibéu e rua do Peti. (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

A grande reforma urbana

O cais a poente da Alfândega

O desenvolvimento urbanístico da baixa-mar assentou na realização de inúmeros aterros onde se estabeleceu uma nova área de edificações antes ocupada pelo mar e por terrenos alagadiços. Este acontecimento poderá situar-se em inícios do séc. XIX, mais precisamente a partir do momento em que Olhão se tornou vila no ano de 1808. Tratou-se de um fenómeno relacionado com um contínuo aumento da população, fruto dos bons resultados da pesca costeira, e do abastecimento de pescado fresco para o interior do Algarve e do Baixo Alentejo, e da salga e seca do peixe, que era exportado para alguns portos portugueses e estrangeiros, nomeadamente no Sul de Espanha e na Costa africana.

A partir da investigação de documentação de arquivo podemos afirmar que a evolução se deu de poente para nascente e originou outros equipamentos urbanísticos com outra dinâmica urbana, tais como bairros habitacionais com uma vertente industrial, com características diferentes dos anteriores, como foram exemplo num primeiro momento o bairro do Moinho da Barreta, o bairro do Manuel Lopes e o bairro do Gaibéu, uma Praça, uma Alfândega, o bairro do Pelourinho e o bairro dos Arménios.

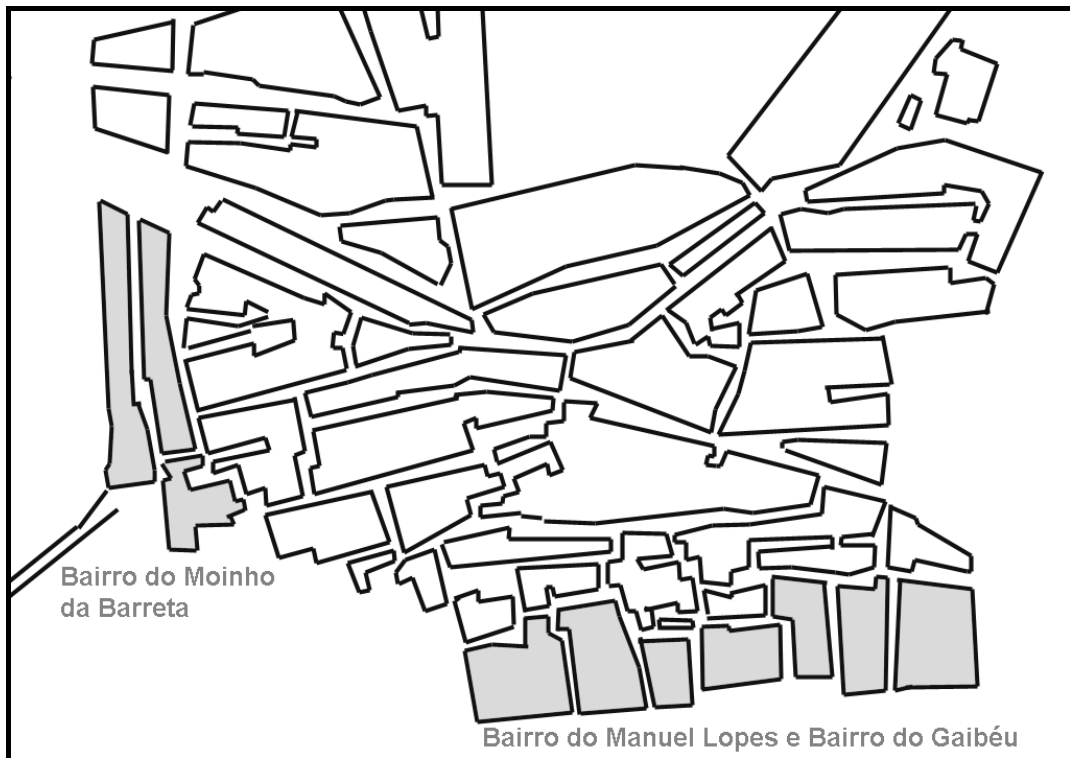


fig. 50 Bairros criados e reestruturados a partir da segunda metade do séc. XIX, junto ao bairro da Barreta. (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

O bairro do Moinho da Barreta

No bairro do Moinho da Barreta preponderou a componente habitacional. Do ponto de vista estrutural observámos que os quarteirões possuem orientação contrária aos da Barreta. As faces maiores dos quarteirões respeitam a orientação nascente-poente e as faces menores seguem a orientação norte-sul.



fig. 51 Antiga rua do Moinho da Barreta. Fotografia possivelmente das primeiras décadas do séc. XX. (A.H.M.O.)

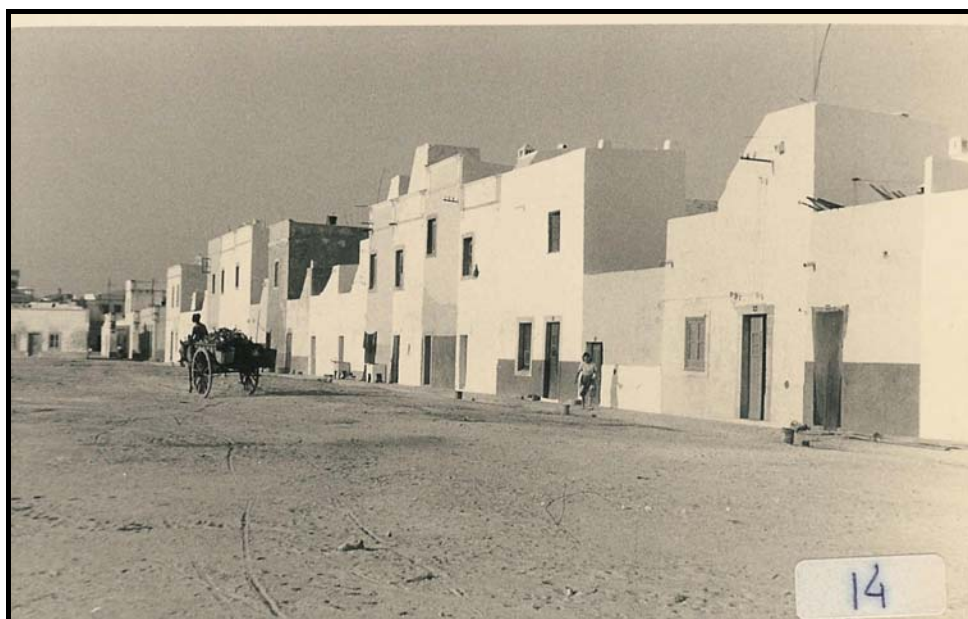


fig. 52 Fundos das casas térreas com cobertura de telhado situados na fotografia anterior. Atual rua do Moinho da Barreta (A.H.M.O.).

Atente-se na observação da evolução do lote neste bairro. O lote ter-se-á constituído de habitação térrea com cobertura de telhado na frente e de quintal murado nos fundos. No entanto, grande parte dos lotes sofreu uma subdivisão. Nalguns casos procurou-se a sua rentabilização e noutros casos houve uma ampliação da habitação unifamiliar, perspetivando, desse modo, uma habitação com áreas novas e maiores. O quintal murado rapidamente evoluiu para área construída chegando a ter dois e três pisos, fato possível dado a utilização do betão em pleno séc. XX. As açoteias passam a desempenhar algumas das funções que anteriormente cabiam aos quintais.



fig. 53 Frente de lote situado na antiga rua do bairro do Moinho. (foto de autor 2008)



fig. 54 Fundos do lote anterior. (foto de autor 2008)

O bairro do Manuel Lopes e o bairro do Gaibéu

O bairro do Manuel Lopes e o bairro do Gaibéu são contemporâneos do bairro do Moinho. Distinguiam-se deste último pela vertente industrial / comercial. Aferimos ainda que a densidade do tecido, o traçado das ruas e dos lotes, a malha e a tipologia dos edifícios se alteraram significativamente. O tecido urbano passou a ser menos denso, os lotes a possuir uma maior dimensão e as ruas junto à baixa-mar passaram a ter um traçado mais regular e uma orientação perpendicular à baixa-mar, diferente dos eixos mais antigos da área.

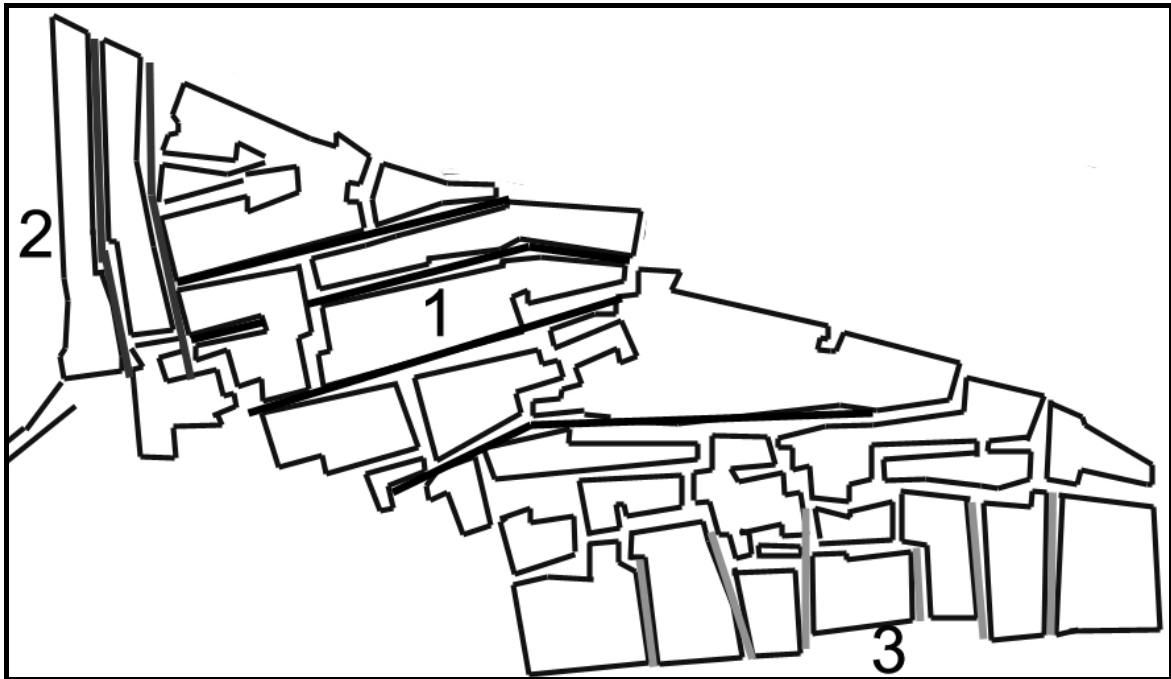


fig. 55 A orientação dos primeiros eixos, sudoeste - nordeste (1), no bairro da Barreta é diferente da orientação, norte-sul, dos eixos criados no séc. XIX (2 e 3) no bairro do Moinho e nova frente urbana. (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)



fig. 56 Estaleiros de construção naval situados junto à Barreta. O primeiro era propriedade do mestre João da Carma e o segundo era propriedade dos irmãos e mestres José e António da Graça. (fotos do A.H.M.O.)

Constituíram-se estaleiros de construções de barcos e pequenas indústrias de carácter artesanal.

Remontam à segunda metade do séc. XIX alguns alinhamentos e concessões de terrenos a particulares que possuíam lojas, casas e armazéns na parte mais a poente junto ao bairro do Moinho da Barreta. Um dos primeiros proprietários foi José Maria de Pádua. As concessões de terrenos podiam implicar a abertura de ruas por parte dos

particulares. A partir destes dados podemos afirmar que os cais não eram apenas construídos na frente a sul mas também a poente.

A transformação urbanística teve como promotores a Câmara, por um lado e os proprietários e negociantes, por outro lado. Estes últimos, a partir de finais da década de cinquenta de oitocentos revelaram interesse em fazer modificações nos seus armazéns e casas requerendo, à entidade competente, a Câmara, as concessões de terrenos necessárias criando uma frente regular com as fachadas destes edifícios civis. Para além da parte sul, toda a área envolvente dos bairros antigos foi alvo de diversas campanhas de renovação urbanística, como foi o caso da rua de Faro situada a norte do bairro da Barreta. Trata-se de um eixo que foi objecto de um prolongamento para nascente, para a rua dos Mercadores, tendo em conta a construção da Alfândega a partir da década de quarenta de oitocentos no terreiro que se assumiria mais tarde como Praça do Comércio.



fig. 57 O traçado da rua de Faro (1) prolongou-se pela rua dos Mercadores (2) até à Praça do Comércio (área retangular à direita). (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)



fig. 58 O loteamento da rua dos Mercadores, atualmente rua Teófilo de Braga. (mapa C.M.O.)

Como o próprio nome indica, a rua dos Mercadores estava vocacionada para o comércio e no ano de 1855 era uma rua de grande movimento, muito trânsito “e passagem para a Praça e para a Alfândega”⁵⁶. Refira-se que a rua possui um quarteirão de grandes dimensões em relação aos restantes e os lotes possuem dimensões consideráveis e compunham-se de habitações com dois pisos. No piso térreo exercia-se a atividade comercial e no piso superior situava-se a residência.



fig. 59 À esquerda, a frente do quarteirão da rua dos Mercadores (atual rua Teófilo Braga) e à direita, as traseiras do mesmo quarteirão (rua do Pinheiro). A tipologia e volumetria das habitações e dos eixos são diferentes (fotos de autor 2007).

⁵⁶ Livro de Actas nº 6, f. 65, Acta da sessão extraordinária de 23 de Abril de 1855.

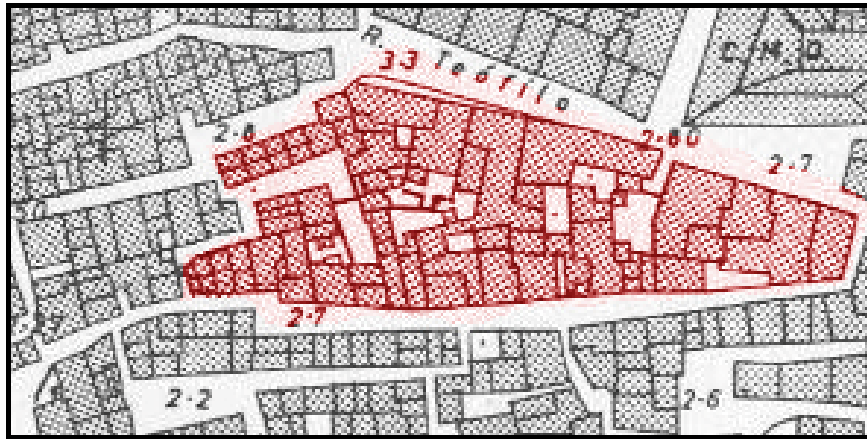


fig. 60 O quarteirão de grandes dimensões representa uma nova política de urbanismo da Câmara a partir de meados do séc. XIX. (mapa C.M.O.)

O bairro da Barreta foi cercado por outro tipo de estruturas urbanas. O bairro que tinha como função a residência dos marítimos mais pobres acabou por desenvolver um mecanismo de segregação espacial, passando a corresponder a um velho núcleo habitacional, para onde davam as traseiras das fábricas a sul e das casas de comércio a norte.

Para podermos entender a transformação urbanística que se pretendia levar a cabo na vila, importa analisar outro dado fundamental, a questão sanitária. A Câmara fazia face a problemas graves relacionados com a limpeza e o mau estado das ruas. Para piorar a situação na década de trinta de oitocentos enfrentou a propagação da *Cholera morbus*. “Tendo como causa determinante uma bactéria [...], os efeitos da cólera podiam ser potenciados por certos fatores coadjuvantes – as deficientes condições higiénicas das ruas e das casas de habitação, a ‘viciação do ar’, a utilização de água imprópria”⁵⁷. Na leitura das Actas das Sessões de Câmara tivemos a oportunidade de apontar dados que fundamentam a ausência de infraestruturas básicas de saneamento. O peixe era vendido nas ruas junto às portas das casas dos pescadores. Alguns habitantes possuíam pocilgas, com porcos nos quintais e os dejetos eram despejados nas valetas das ruas, travessas e becos. Existia uma estrumeira pública situada em local exterior à vila, no alto do Pau Bolado e havia outras estrumeiras localizadas em propriedades particulares. O mau estado da praia e a ausência de um matadouro eram problemas que a Câmara procurava responder em 1848. Passados cinco anos, o

⁵⁷ CASCÃO, Rui, “Demografia e sociedade” in *História de Portugal*, vol. V, dir. José Mattoso, 1993, p.431.

Cemitério civil fora do perímetro urbano tornou-se, por fim uma realidade e, em 1855, após a visita de um Delegado de Saúde da Comarca à vila para referenciar os problemas sanitários, verificou-se que estes continuavam a ser os mesmos: a falta de limpeza das ruas, das praças e das travessas, a questão das pocilgas junto às habitações, bem como a necessidade do afastamento da povoação das oficinas de azeite de peixe.

Não obstante, foi um problema que se arrastou pelo séc. XX. Em 1912, segundo palavras do Presidente de Câmara de então, a vila continuava em péssimas condições higiénicas, sentindo-se a necessidade premente de uma canalização de esgotos e de águas.

O bairro do Pelourinho

A par dos bairros criados com cariz comercial/industrial como foram os bairros do Manuel Lopes e do Gaibéu situados juntos à baixa-mar, outro bairro aparentemente com menos importância para a evolução urbana da vila surgiu a sul do bairro dos Sete Cotovelos.

Nos dois documentos referentes ao Recenseamento da População de 1868 e de 1887 o bairro do Pelourinho apareceu discriminado no primeiro ano com 29 fogos e no segundo ano juntamente com a rua do Peti possuía 46 fogos. Comparando com o número de fogos que a rua do Peti tinha em 1887 pudemos afirmar que a evolução do bairro manteve-se praticamente igual. Situado na atual rua Major Xavier Caldas, a sua designação deve-se ao fato de as Sessões de Câmara terem sido realizadas numa casa nesta rua a partir das primeiras décadas do séc. XIX. De referir que se desconhece a existência de um Pelourinho propriamente dito⁵⁸.

Olhão tornou-se vila no ano de 1808 não por razões de evolução urbana mas pela revolta da população contra os franceses e sua expulsão de Olhão e arredores, bem como, pelo fato de mareantes do Compromisso Marítimo se terem deslocado ao Brasil no caíque *Bom Sucesso* avisar o príncipe da boa nova. Em sinal de gratidão o príncipe

⁵⁸ Em Acta de Sessão Ordinária de 12 de Fevereiro de 1896 alguns nomes das ruas foram alterados. A rua do Pelourinho passou a designar-se rua Major Caldas Xavier. [Livro nº10 de Actas, f.94v a f.95v]. Antero Nobre considera o seguinte: “A palavra *pelourinho*, usada por João da Rosa na sua *Lembrança* ou memória dos acontecimentos de 16 de Junho de 1808, levou Ataíde de Oliveira, e na sua esteira outros autores, a afirmarem ter existido em Olhão um pelourinho, o que não é verdade, [...] bastando dizer que a principal está no fato dos pelourinhos serem já então apenas um símbolo municipal e Olhão, no tempo dos franceses, não ser ainda Vila e sim uma simples aldeia, embora populacional e economicamente importante. *Pelourinho* chamavam então os olhanenses à cadeia, como já anteriormente notara Alberto Iria [...]” A informação foi retirada do seguinte site: <http://www.olhao.web.pt/Textos/HistoriaBreveOlhao.pdf>

regente D. João VI elevou o lugar de Olhão a vila de Olhão da Restauração, concedendo-lhe os mesmos privilégios, liberdades e isenções das vilas mais notáveis de Portugal. Porém só em Alvará de 20 de Abril de 1826, já com D. Pedro IV, a Câmara foi criada com três vereadores, um Escrivão, um Procurador do Concelho e um Juiz de Fora. Em 7 de Outubro do mesmo ano num Auto de Vereação e Posse ponderou-se sobre a necessidade de se designar um local para a Praça do Pelourinho e o local para o edifício para a casa do Conselho e Câmara e Cadeia.



fig. 61 Localização do bairro do Pelourinho.(mapa I.G.P.)

Em 1826, as sessões da Câmara realizavam-se na residência do Doutor Juiz de Fora cujo endereço não está mencionado⁵⁹. Em 1834 as sessões situavam-se nas casas do “Capitão Vasco Fernandez na Rua do Peti”⁶⁰ e até ao ano de 1841 as sessões foram realizadas em três habitações alugadas a particulares.

Perante os dados apresentados consideramos que a área correspondente ao bairro/rua do Pelourinho e rua do Peti remontará a inícios do séc. XIX sendo contemporâneo dos outros bairros (o do Moinho da Barreta, o do Manuel Lopes e o do Gaibéu).

⁵⁹ Livro nº 1 de Actas, f. 11 v e 12, Auto de Vereação e Posse. “Ano do Nascimento de Nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte e seis [...]”

⁶⁰ Livro nº 1 de Actas, f. 179 v e 180, Sessão de 24 de Agosto de 1834.



fig. 62 Panorâmica da frente da baixa-mar cujo início de construção a poente da Alfândega remonta à década de quarenta do séc. XIX. (mapa I.G.P.)

O cais para venda de peixe, a Praça do Comércio e a Alfândega

A instituição de um cais para praça e venda de peixe e outros géneros como pólo centralizador dos interesses económicos da vila começou a desenhar-se como uma possível realidade nas Sessões da Câmara em 1841⁶¹. No entanto, a Câmara procurou estabelecer outros mecanismos de controlo sobre o que se vendia no Terreiro Público contratando Rendeiros de medidagem, que de alguma forma tentavam, pois nem sempre conseguiam, controlar a venda de trigo e outros géneros no respetivo terreiro⁶². Todavia, a Câmara não possuía os meios para a concretização da totalidade do projecto e apenas parte do cais foi construído⁶³. A coroar este primeiro arranque urbanístico esteve a criação da Alfândega em 28 de Junho de 1842. A Alfândega foi edificada no cais originando uma Praça, que viria a ser identificada como Praça do Comércio.

Em 1851 foi criada a dita “praça do peixe”⁶⁴. Importa reter que o termo “praça do peixe” se referia a um espaço aberto onde se autorizava a comercialização de produtos. Quanto muito poderia possuir uma cobertura. Apenas em 1857 foi publicada a postura ou regulamento para os comerciantes procederem a venda de peixe, hortaliça, fruta, pão e louça no referido local⁶⁵. Esta primeira praça do peixe estaria situada no cais

⁶¹ Livro nº 4 de Actas, f. 47 e 47 v, Acta da sessão de 25 de Maio de 1841.

⁶² Livro nº 4 de Actas, f. 24 v, Acta da sessão de 2 de Janeiro de 1841. Os Rendeiros possuíam funções semelhantes aos fiscais, ficavam responsáveis pela atribuição de uma renda ou taxa a quem possuísse negócios na vila. A Câmara dava conhecimento anualmente, em praça pública, dos diversos Rendeiros que iria necessitar. O processo desenrolava-se da seguinte forma: a Câmara lançava um valor para a obtenção do cargo. Quem propusesse um valor superior, próximo ou igual ao lançado pela Câmara ficava com o cargo.

⁶³ Livro nº 4 de Actas, f. 52 v, Acta da sessão de 9 de Julho 1841.

⁶⁴ Livro nº 6 de Actas, f. 9 v e f. 10. Acta da sessão de 5 de Maio de 1852.

⁶⁵ Livro nº 6 de Actas, f. 114, “Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e sete aos nove de Novembro [...]” Foi publicada a Tabela das taxas dos lugares da Praça, na qual não se vendia

entre a Praça da Alfândega e a nova praça do peixe que seria construída em 1864 (fig. 63). A rampa (A)⁶⁶ estava mais próxima da Alfândega. Mais tarde seria construída outra rampa (B) e a rampa (A) passava a ser designada por rampa velha.

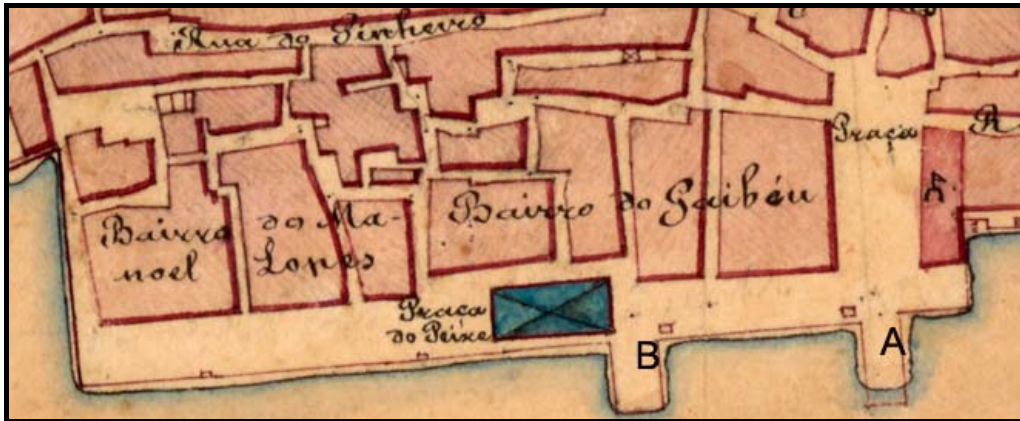


fig. 63 As rampas do cais a poente. A rampa (B) foi construída quando se levou a cabo a construção da futura praça do peixe. A construção da rampa (A) é anterior à (B), dado que a rampa (A) passou a ser designada por rampa velha quando a rampa (B) foi construída. (mapa I.G.P.)

Atentemo-nos agora sobre o edifício da Alfândega. Compõe-se de três frentes. A frente principal dá para a Praça. As duas frentes laterais, com menores dimensões face à principal, davam uma para a rua do Peti, a norte e a outra para a ria, a sul. As traseiras davam para uma área que ainda estava por reestruturar.

Verificámos também que as fachadas laterais da Alfândega, com três vãos, possuem dimensão superior em relação às fachadas principais dos edifícios da baixa-mar, os quais têm um a dois vãos. Evidencia-se desse modo dos restantes.

somente peixe. Estava dividida em três partes de Nascente a Poente: “a parte do lado do Sul será para a venda do peixe; a do centro para mariscos e murraça; a do Norte para hortaliça, frutos, pão e carne.”

⁶⁶Na Acta de Sessão de 19 de Julho de 1865 onde se faz referência à rampa edificada no lado nascente da Praça do peixe de 1864, a outra rampa vem descrita como rampa velha: “Tratou-se também da rampa velha para se ver se conviria que se lhe desse forma da meia laranja e se assentou em a deixar ficar por ora como está.” Livro nº 7 de Actas, f. 55 e 55 v.



fig. 64 Fotografia, possivelmente, das primeiras décadas do séc. XX do edifício da Alfândega. No canto inferior direito as pedras indiciam um possível aterro do cais a nascente. (A.H.M.O.).



fig. 65 A fotografia aérea revela a dimensão do edifício da Alfândega face ao conjunto. Alterámos a foto para podermos reconstituir a realidade urbanística da baixa-mar do início da segunda metade do séc. XIX na parte a nascente. (A.H.M.O.)

A fig. 64 deixa antever um dado curioso. O edifício da Alfândega parece ter uma continuidade formal num outro edifício do outro lado da rua do Peti. Os vãos, a varanda e a cornija são semelhantes.

Embora não tenhamos imagens, da parte situada a poente da Alfândega, anteriores a esta campanha urbanística, apontamos para que possuísse as mesmas características da frente a nascente da Praça do Comércio, tal como podemos observar no levantamento realizado entre 1871/3.

A Câmara, entidade promotora e responsável pela campanha urbanística, apresentava aos proprietários que requeressem concessões de terrenos ou alinhamentos de casas algumas normas que deveriam respeitar, tais como, a construção de um cais com calçada com dez varas até ao mar, situado em frente de cada edifício e a concessão de vinte e cinco varas de cantaria para que a Câmara construísse o restante cais.

Junto à Praça alguns alinhamentos de casas e armazéns de particulares tomaram como medida de alinhamento o cais de Domingos da Graça, o qual deve ter sido um dos primeiros proprietários a concluir o seu cais.

A título de exemplo, deixamos aqui patente um caso que representa o que ocorreu grande parte das vezes. João dos Reis Peixe Rei, negociante com loja pediu uma porção de terreno junto da Praça da vila em 1857 para edificar um armazém e uma casa nobre que ocupariam duas frentes, uma frente para a Praça e a outra frente para a ria. A construção de uma parte do cais ficava sob sua responsabilidade. No entanto, passados sete anos ainda não tinha feito o aterro nem o cais da parte que lhe correspondia⁶⁷.

Pensamos que este tipo de situação aconteceu devido a uma má gestão da parte camarária que, embora avisasse os proprietários, permitia que estes protelassem sucessivamente a conclusão das obras de interesse público. Todavia, a frente a poente praticamente ficou alinhada num prazo de duas décadas (de 1850 a 1870) (fig. 66).

⁶⁷ Livro nº 7 de Actas, f. 33 e 33 v, Acta da sessão de 2 de Novembro de 1864.

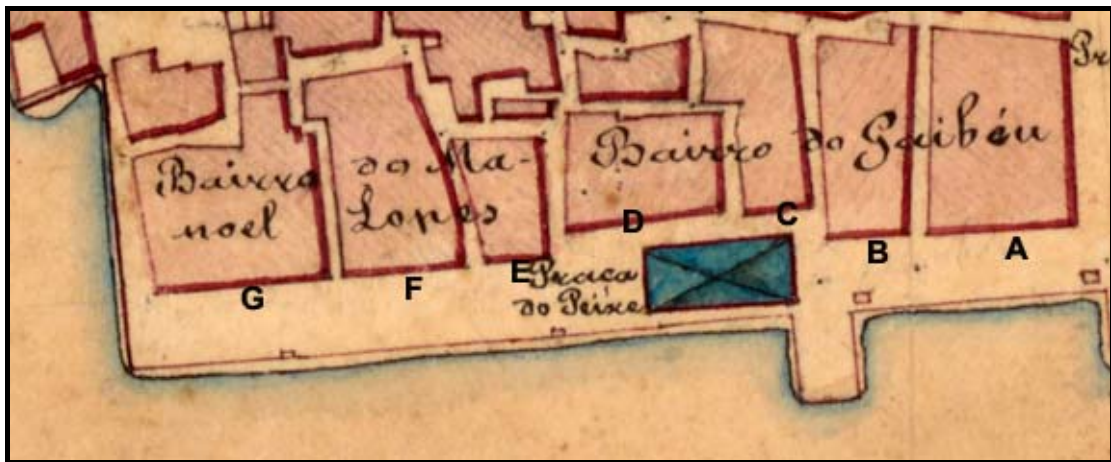


fig. 66 Os quartelões da frente dos bairros da baixa-mar (mapa I.G.P.).



fig. 67 Através desta fotografia tirada antes dos mercados do peixe e da hortalça serem construídos, fato acontecido entre 1912 e 1916, foi possível identificarmos os quartelões, bem como reconhecer a praça do Peixe cujo contrato de construção data de 1864. (A.H.M.O.)

A praça do peixe de 1864

Após o alinhamento de alguns lotes a poente e da conclusão da Praça e da Alfândega, uma nova campanha se iniciou em maio de 1864 quando a Câmara recebeu quatro propostas para construção de uma praça para venda de peixe porque a existente era insuficiente.

A decisão do Vice-Presidente João Lúcio Pereira foi a favor da proposta de Domingos do Ó da Graça, um grande proprietário que aceitou as condições impostas pela Câmara. Dada a importância do documento transcrevemo-lo aqui na sua totalidade:

“fazer à sua custa a nova praça do lado do Poente da que existe com quarenta e oito metros de comprimento de Nascente – Poente e dezanove metros e sete decímetros de largura de Norte – Sul; abrir em terreno seu pela parte de terra da mesma praça uma rua que não teria menos de três metros de

largura, a qual comunica com a rua do Gaibéu e finalmente demolir do seu prédio situado na praça atualmente existente tanto quanto fosse necessário para que o mesmo prédio ficasse em perfeito alinhamento com os edifícios de João dos Reis Peixe Rei, Miguel Seriol e os armazéns que se acham na mesma linha. Porém que passando todo o domínio e direitos à nova praça e rua abertos à custa dele Domingos do Ó da Graça para esta Câmara logo que as mesmas praça e rua estivessem concluídas, sem que ele dito Domingos do Ó da Graça ficasse competindo qualquer privilégio ou direitos sobre os referidos praça e rua, senão os que ficassem pertencendo a qualquer habitante deste Concelho, ou estranho; e sendo certo que grandes eram os prejuízos e despesas que fazia já com a feitura da praça e abertura da rua nova em terreno seu e à sua custa, como com a demolição de uma parte considerável do seu prédio, pretendia que, como única compensação, esta Câmara lhe garantisse que pelo espaço de trinta anos a nova praça feita à custa dele Domingos do Ó da Graça seria o local exclusivo para a venda e desembarque do peixe de toda e qualquer qualidade [...] sem que a Câmara despendesse coisa alguma para uma necessidade tão reconhecida e sentida nesta Vila [...]”⁶⁸

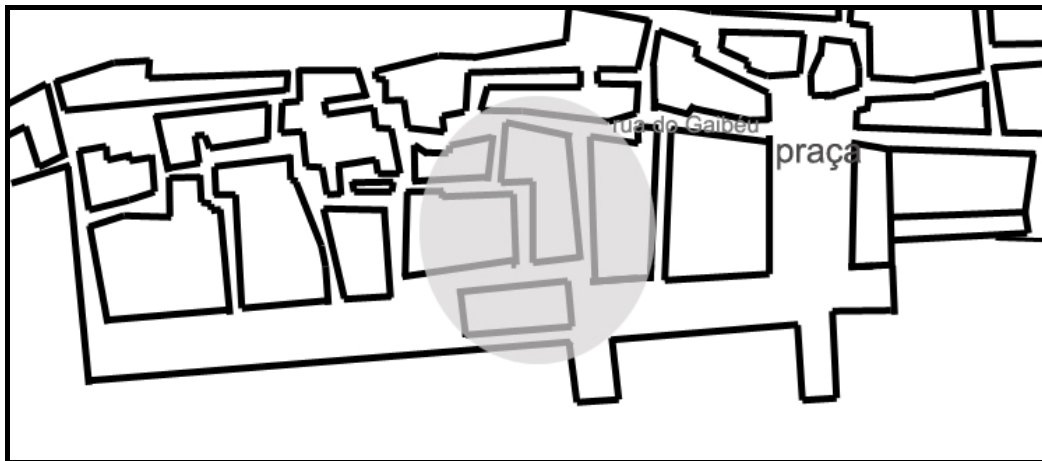


fig. 68 Área que foi modificada a partir de 1864. (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

⁶⁸ Livro nº 7 de Actas, f.17 v, “Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e quatro no primeiro dia do mês de Junho [...]”

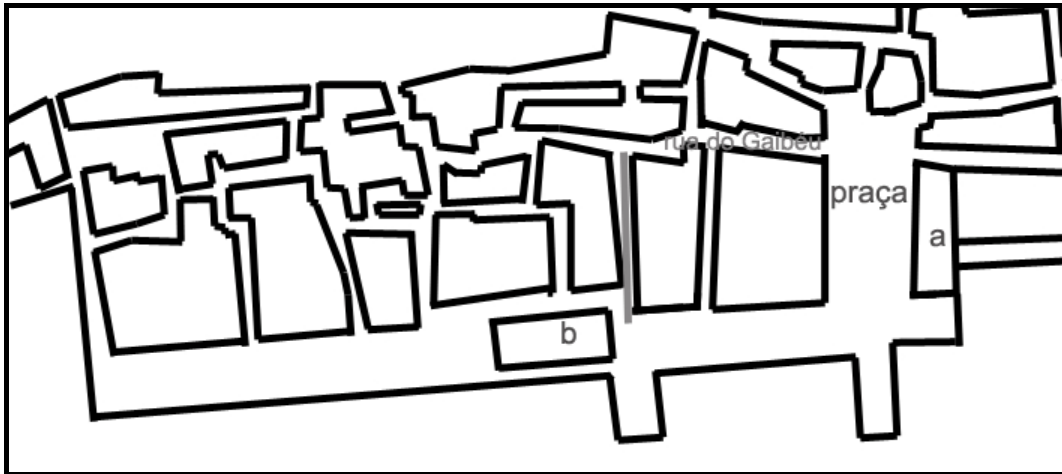


fig. 69 O traço a cinzento representa a rua nova que fazia ligação com a rua do Gaibéu. À direita na praça está situada a Alfândega (a) e à esquerda está situada a nova praça do peixe (b). (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

Fazia parte do projecto a construção de uma rampa (B) (fig.63) a nascente da praça do peixe, “porque assim ficava o outro lado mais desembaraçado e as cavalgadas que ali se carregarem, tem melhor e mais pronta saída pela rua que foi aberta por Domingos do Ó da Graça⁶⁹.

Para a execução deste projecto a Câmara não requereu autorização às entidades responsáveis dando a entender que se tratou de um negócio caseiro entre a Câmara e o grande proprietário. No entanto, pouco tempo depois acabou por ser notificada através um Ofício do Delegado da Intendência para declarar se tinha dado a autorização para a obra. A Câmara optou por não responder ao mesmo Delegado⁷⁰. Passados dois meses, em agosto, a Câmara foi de novo notificada desta vez com dois ofícios, um do Governo Civil e outro do Ministério do Reino, ambos exigindo explicações sobre a construção da nova praça para o peixe⁷¹. O Governo Civil recomendou que se ouvisse a Autoridade da Marinha e o Diretor das Obras Públicas. A Câmara acabou por concordar.

Em 1866 a Câmara, através de uma representação a Sua Majestade, obtém autorização para a construção de um cais desde o moinho do Sobrado até ao moinho da Barreta em alinhamento com os cais das praças do comércio e do peixe⁷². No

⁶⁹ A obra do Telheiro da nova praça do peixe foi entregue a João Baptista Pepe em Outubro de 1865.

⁷⁰ Livro nº 7, f. 19 v, Acta da sessão de 15 de Junho de 1864.

⁷¹ f. 28 e 28 v Acta da sessão de 3 de Agosto de 1864.

⁷² Livro nº 7 de Actas, f. 75 v, Acta da sessão de 18 de Abril de 1866: “Auto das obrigações a que se submete a Câmara Municipal para mandar construir um cais ou muro de resguardo no local e segundo a respectiva planta, que

entanto alguns proprietários com prédios do lado poente da nova praça do peixe ainda não tinham realizado as obras necessárias. Apontamos para que nesse ano o cais da baixa-mar fosse da praça do peixe à praça do comércio.

O Cais a nascente da Alfândega

Em 1871 a área terá aumentado um pouco mais. A área situada a nascente da Alfândega foi a última a ser reestruturada datando de 1883 o auto de adjudicação da mão-de-obra de alvenaria e da cantaria para o cais desde o extremo da praça do comércio até ao beco do Mariquita.



fig. 70 O cais da baixa-mar à data de 1871/3, data em que foi feito o mapa. (mapa I.G.P.)

abrigo a povoação das inundações provenientes das grandes marés – 1866 Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de Mil oitocentos e sessenta e seis aos cinco dias do mês de Julho do dito ano, nesta Cidade de Faro e na Casa em que se acha estabelecida a Intendência da Marinha, [...] a licença que requereu em dezoito de Abril do corrente ano para mandar construir um paredão e cais, no local e segundo a respectiva planta, rubricada pelo Conselheiro Director da Primeira Direcção da mesma secretaria de Estado.

[...] para a Câmara Municipal da Vila de Olhão levar a efeito a indicada construção em vista das disposições expressas na dita Portaria de que a mesma Câmara houve prévio conhecimento, tinha por isso submeter-se e obrigar-se ao fiel cumprimento das seguintes condições. Primeiro: Não fazer obra alguma que não seja das designadas na dita planta, nem por qualquer outro modo incorrer nas disposições proibitivas [...]"

Os eixos: A rua do Peti e o bairro dos Arménios

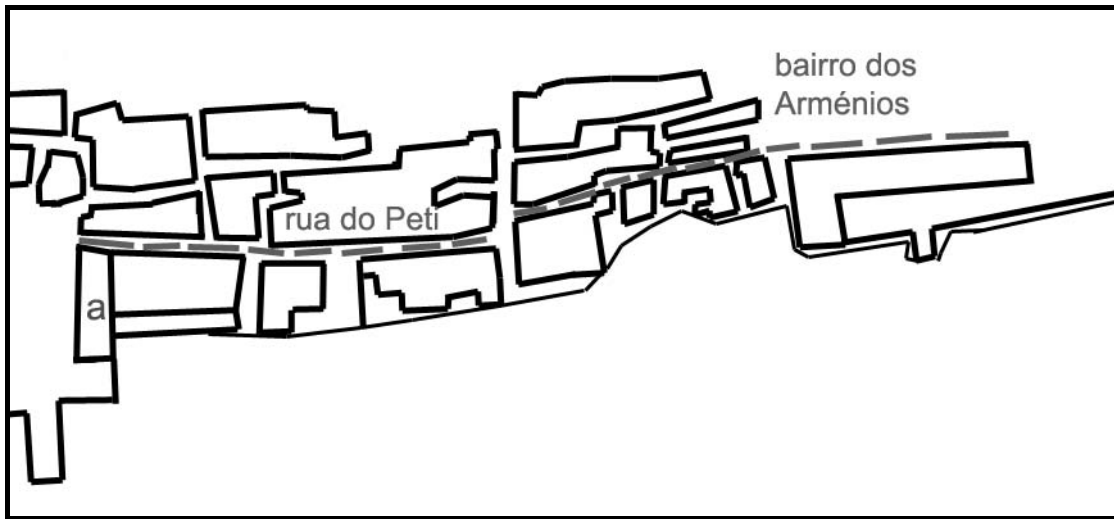


fig. 71 A rua do Peti (tracejado à esquerda) e o bairro dos Arménios (tracejado à direita) constituíram-se como eixos fundamentais paralelos à baixa-mar. (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

Nesta parte da baixa-mar importa destacar dois eixos, a rua do Peti e o bairro dos Arménios. Ambos se desenvolveram num traçado paralelo ao mar, à imagem dos outros eixos situados a poente da Alfândega, ocupando uma nova área a sul. A rua do Peti desenvolveu-se a Sul do bairro dos Sete Cotovelos. O bairro dos Arménios, bairro oitocentista, contemporâneo daqueles que se constituíram a poente, bairro do Manuel Lopes e bairro do Gaibéu, surgiu numa área nova da vila.

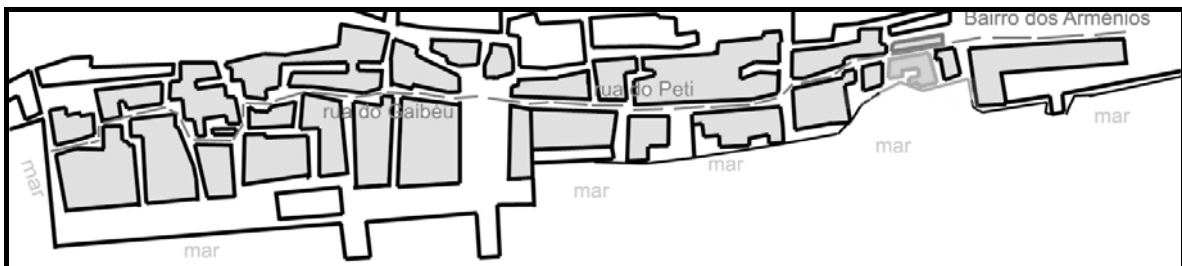


fig. 72 A rua do Peti, o bairro dos Arménios, a par de outros eixos que se constituíram a poente da Alfândega, como a rua do Gaibéu, compõem um grande eixo paralelo ao mar. (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

A referência mais antiga que encontramos em relação à rua do Peti data do ano de 1834 e nela ficamos a saber que na respetiva rua existiam as casas do “Capitão Vasco Fernandez [...]”⁷³ local onde se realizavam as sessões de Câmara. A partir deste dado levantamos os seguintes pontos. As sessões realizavam-se em habitações com alguma dimensão e porte. A este fato soma-se outro: a casa era propriedade de um Capitão. Na rua também residiram outros proprietários e negociantes, levando a crer que a rua assumisse algum caráter burguês / capitalista, a par do que havíamos dito acerca do bairro dos Sete Cotovelos, situado a norte da rua do Peti e do bairro dos Arménios. Algumas das habitações que se constituíram nos quarteirões a norte da rua do Peti, possuíam um primeiro piso com janelas de sacada e açoteia.

No que diz respeito ao número de fogos construídos na rua do Peti, verificámos na leitura de dados de Estatística da População, relativos ao ano de 1868, que o eixo estava denominado por rua da Casa do Peti e possuía 19 fogos. Na comparação deste dado com a observação do mapa de 1871/3 constatámos que a dimensão dos quarteirões não sofreu muitas alterações. Se partirmos da premissa que a evolução desta área foi feita de norte para sul, usurpando espaço ao mar, depreendemos que os quarteirões situados a norte foram anteriores aos quarteirões situados a sul.

Neste sentido, pode considerar-se a hipótese que a maioria dos 19 fogos se localizasse nos quarteirões a norte.

Os quarteirões e o loteamento

Os primeiros lotes foram alinhados a partir de 1876, no entanto a maioria só ocorreu a partir da década de oitenta. Tratava-se de puxar as antigas traseiras irregulares até à linha do cais da Alfândega de modo a criar uma frente única.

Confrontando as fotografias de arquivo com os diferentes dados cartográficos vimos que grande parte dos lotes, de forma retangular e com cobertura de abóbada, possuía uma função industrial. Serviam inicialmente de armazéns. Nalguns casos estabeleceu-se uma única fachada colectiva e, noutros casos, procedeu-se à sua individualização através do trabalho de massa na ornamentação da platibanda.

⁷³ Livro nº 1 de Actas, f. 179 v e 180, Sessão de 24 de Agosto de 1834.



fig. 73 Frente de armazéns edificados a partir de finais de setenta de oitocentos. (A.H.M.O.)

As frentes maiores dos quarteirões davam para a rua do Peti e para o bairro dos Arménios. As traseiras davam directamente para a praia onde havia ancoradouros particulares. O processo de reestruturação originou uma transformação da paisagem urbana. Em finais do séc. XIX a rua do Peti e em seguida o bairro dos Arménios deixaram de possuir a importância de um eixo com funções comerciais e com duas frentes transpondo-se essa realidade para a nova frente do cais da baixa-mar (fig.74). A partir do início do séc. XX alguns dos lotes passaram a partilhar de uma função comercial e de uma função habitacional. Alguns proprietários optaram por construir um primeiro piso sobre o armazém para habitação. São casas que revelavam um certo porte financeiro dado a utilização de janelas de sacada e o trabalho de massa utilizado nas platibandas e nas molduras dos vãos. Parte das casas ocupavam a totalidade do lote e outras deixavam algum espaço livre para açoteia.



fig. 74 Orientação do loteamento situado na parte sul da rua do Peti e do bairro dos Arménios à data do levantamento do presente mapa: 1871/3 (mapa I.G.P.)

Assim que se foram concluindo os alinhamentos e começou a haver uma maior utilização dos novos cais, as frentes dos quarteirões foram passando a fundos e os anteriores fundos passaram a frentes. Este acontecimento provocou uma outra

dinâmica no local. Em finais do séc. XIX a rua do Peti e em seguida o bairro dos Arménios deixaram de possuir a importância de um eixo de dinâmica comercial e industrial com duas frentes, passando a nova frente a ser o cais da baixa-mar.

A partir do séc. XX alguns lotes também sofreram alterações. Procedeu-se à construção de primeiros pisos de habitações com janelas de sacada. Algumas habitações cobriam a totalidade do lote, outras deixavam parte para açoteia.

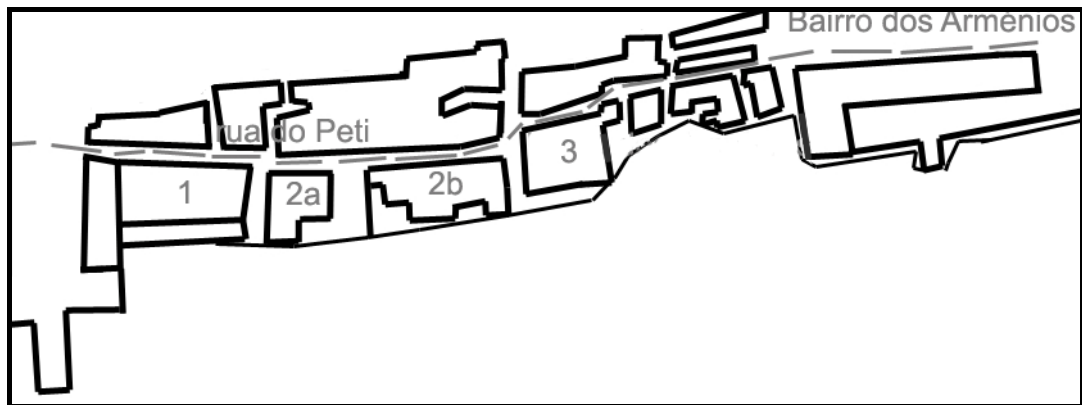


fig. 75 Identificação dos quarteirões da rua do Peti e do bairro dos Arménios. (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)



fig. 76 Imagem correspondente ao primeiro quarteirão, no qual está situada a Alfândega (a). A fotografia é das primeiras décadas do séc. XX. (A.H.M.O.)

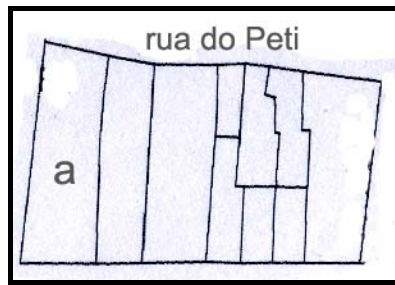


fig. 77 Imagem correspondente ao quarteirão (1) de forma retangular, com respetiva divisão de lotes. O lote (a) pertence à Alfândega. (mapa C.M.O. 2002)

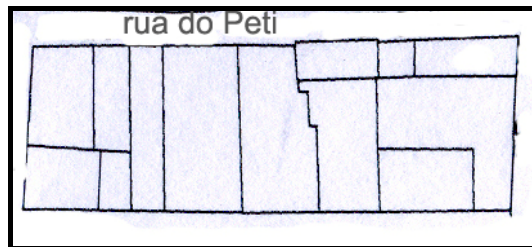


fig. 78 A imagem corresponde ao segundo quarteirão (2a e 2b) de forma retangular alongada. Apenas houve acrescentos nos lotes situados nos extremos dos quarteirões. (mapa C.M.O. 2002)



fig. 79 Fotografia onde se pode ver o quarteirão (3). Alguns dos armazéns começam a ter cobertura de quatro águas. Aos poucos começavam a surgir as habitações com primeiro piso que deixavam antever alguns pormenores de poderio económico, tais como, as janelas de sacada com moldura profusamente decorada e as platibandas ornamentadas. (A.H.M.O.)



fig. 80 Quarteirão (3) com representação do loteamento. (mapa C.M.O.)

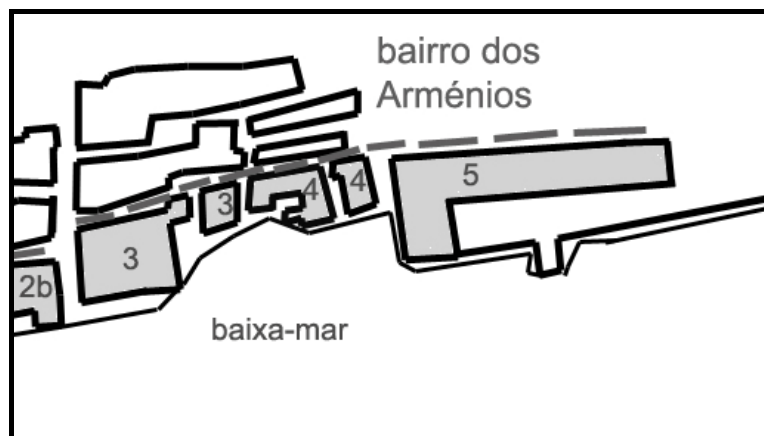


fig. 81 Esquema da configuração dos quarteirões pertencentes ao bairro dos Arménios. (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

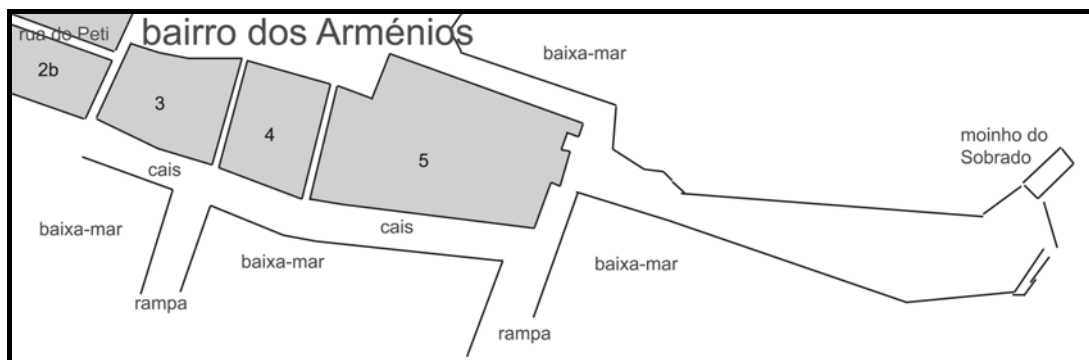


fig. 82 Esquema da configuração dos quarteirões pertencentes ao bairro dos Arménios. (O esquema foi realizado a partir de uma fotografia aérea tirada possivelmente na década de trinta do séc. XX.)

Os quarteirões do bairro dos Arménios possuem forma retangular e a sua evolução ocorreu sobretudo já em finais do séc. XIX com a ocupação de alguns lotes unificando, desse modo os quarteirões (figs. 81 e 82).

A primeira fábrica de conservas

Outro dado fundamental para o desenvolvimento desta parte, situada na extremidade do cais a nascente, foi a criação da primeira fábrica de conservas de sardinha na década de oitenta do séc. XIX situada no quarteirão (5) (figs 81, 82 e 83). A fábrica designava-se Delory, nome do seu proprietário Frederic Delory, de nacionalidade francesa. Para além do espaço ocupado pela fábrica a Câmara obrigou o proprietário a aterrar a zona envolvente, abrindo e aterrando uma rua que dava para uma rampa, bem como, para um cais.



fig. 83 Ao fundo estava situada a Fábrica Delory. (A.H.M.O.)

O Mercado do Peixe e o Mercado das Verduras

Em 1902 ficou decidido que o presidente da Câmara seria responsável por “entender-se com o Director das Obras Públicas sobre a confecção de um projecto e plano de um mercado para peixe e de outro para talhos e vendas dos outros géneros de consumo público, junto / aos cais;”⁷⁴

Dez anos depois, em 1911 anotou-se a necessidade de se construir os mercados, propondo-se a criação de um imposto sobre o peixe capturado, nas armações à valenciana e nos cercos americanos, e vendido na lota⁷⁵.

No que respeita ao capital necessário para a sua construção a Câmara ponderou a possibilidade de pedir um empréstimo de cinquenta contos de reis⁷⁶. Não se revelou a entidade a quem a Câmara iria pedir o empréstimo.

Em 1912 ficou decidido o local. Os mercados seriam construídos em terreno conquistado ao rio, em frente da Avenida 5 de Outubro⁷⁷. Foi aberto um concurso para arrematação da primeira empreitada de construção dos mercados de peixe e hortaliça que compreendia o aterro e alvenaria⁷⁸. A base de licitação foi de dezassete contos de reis.

No dia 5 de Outubro de 1912, aproveitando a comemoração do segundo ano da implantação da República foi lançada a primeira pá de terra no local onde os edifícios seriam construídos⁷⁹. De referir, no entanto que passado seis meses ainda não havia candidatos para o concurso de construção dos mercados, decidindo-se que fosse aberto novo concurso com o aumento de quinze por cento sobre a base de licitação de dezanove contos⁸⁰.

Em 1916 no dia um de Maio os Mercados começaram oficialmente a funcionar.

⁷⁴ Livro nº 10 de Actas, f. 235 v, Acta da sessão ordinária de 11 de Junho de 1902.

⁷⁵ Livro nº 11 de Actas, f. 1v e f. 2, 1911.

⁷⁶ Livro nº 11 de Actas, f. 7v e f. 8, Acta da sessão ordinária de 8 de Maio de 1911. A quantia também seria para a construção de uma estrada de circunvalação na Vila.

⁷⁷ Em 1896 a Câmara alterou uma série de nomes de ruas. O Cais passou para rua D. Carlos. Com a queda da monarquia a rua passou a Av. 5 de Outubro.

⁷⁸ Livro nº 11 de Actas, f. 52v e 54, Acta da sessão ordinária de 8 de Agosto de 1912.

⁷⁹ Livro de autos de inaugurações de obras, visitas oficiais, etc., f. 1v e f. 2 Auto de inauguração dos mercados de peixe e hortaliça da Vila de Olhão.

⁸⁰ Livro nº 11 de Actas, f. 80 v e f. 81, Acta da sessão ordinária de 24 de Abril de 1913.



fig. 84 Possivelmente a foto mais antiga do mercado do peixe. (A.H.M.O.)

Capítulo II

O Povoamento das hortas e das fazendas a poente das Igrejas

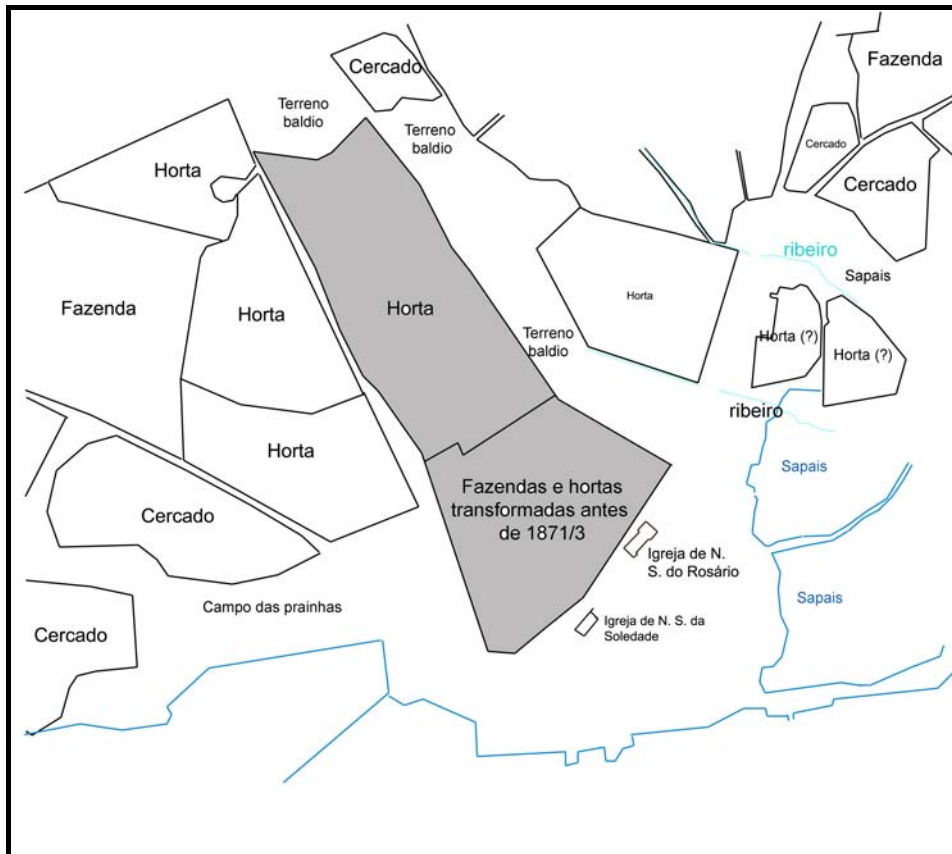


fig. 85 Esquema realizado a partir da Prancheta do levantamento topo-hidrográfico levado a cabo entre 1871 e 1873 na Vila de Olhão. Podemos verificar o predomínio de hortas, cercados e fazendas a Noroeste e a Norte da Vila. A área a cinzento é a área que iremos estudar neste capítulo.

Apresentação e contextualização

Após a apresentação e estudo, no capítulo anterior, dos bairros situados na baixa-mar a sul, abrimos um segundo capítulo acerca de uma nova área com outras características. Tal como os bairros, a nova área corresponde a um tempo próprio de evolução da vila, onde pudemos estabelecer dois grandes momentos. Num primeiro momento que terá ido até finais do séc. XVIII, a área ter-se-á caracterizado por uma certa ruralidade dado o elevado número de hortas, de cercas e de fazendas. A seguinte frase de Orlando

Ribeiro ilustra essa mesma realidade: “No Algarve, a par de algumas grandes aglomerações de pescadores, o que mais impressiona são as hortas, os favais à sombra do arvoredo, policultura intensiva que só se detém na borda da arriba ou lambida pela maré.”⁸¹ À exceção de um ou outro cercado, os restantes terrenos eram agrícolas, com sistemas de irrigação de água (poços, tanques e levadas).

É possível que, neste primeiro momento, se tivessem constituído alguns quarteirões juntos aos principais eixos.

Num segundo momento, de finais do séc. XVIII até à primeira metade do séc. XIX, as diversas cercas e hortas deixaram de ter importância como tal. O aumento da população e o desenvolvimento económico da vila constituíram fatores fundamentais para a sua transformação. Os terrenos acabaram por ser urbanizados. O grosso da urbanização é posterior aos bairros mais antigos da baixa-mar (Barreta e Sete Cotovelos) e contemporânea dos bairros mais recentes (Manuel Lopes e Gaibéu).



fig. 86 No interior do contorno pudemos verificar como se transformou a área cujas características seriam as que se apresentam nas hortas situadas no lado esquerdo. (mapa I.G.P.)

⁸¹ RIBEIRO, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1987, p. 125.

A área está situada a poente da Igreja Matriz e está delimitada pelos eixos: rua de S. Bartolomeu, rua da Soledade e o caminho do Alto do Pau Bolado (local onde o cemitério viria a ser construído).

A importância da transformação urbanística da área terá que ver com alguns pontos. Por um lado, tratar-se-ia do local onde haveria menos sapais, como tal o terreno seria mais propício a suportar construções sem necessitar de aterros. Por outro lado, à exceção da horta do Padre Thomaz, situada a nordeste, na rua da Feira, as restantes hortas estavam situadas a noroeste e longe do centro urbano.

Cabe-nos agora apresentar em pormenor a área propriamente dita com as suas diversas cercas e hortas. Embora já não estejam representadas no levantamento de 1871 a 1873 tentámos identificá-las a partir de elementos de Arquivo e através de uma análise da toponímia.

A sua apresentação e análise obedeceram a uma ordem cronológica, de acordo com as datas em que foram surgindo nos diversos documentos. No entanto essa data é meramente referencial tendo em conta que a origem da cerca, horta ou fazenda será anterior.

Os dois documentos mais antigos remontam ao séc. XVIII e revelaram-nos o seguinte. O primeiro diz respeito a uma cerca com terras de cultivo, junto à rua de S. Bartolomeu, que à data de 1778 era propriedade de José Martins Marracho. O segundo documento data de 1797 e refere a cerca da Fábrica da Igreja, situada na rua Nova do Campo da Feira. Os documentos datados do séc. XIX expõem também diversas cercas. Em 1809, um terreno junto à Igreja Matriz, que havia sido horta, propriedade de Manuel Luiz e sua mulher Catarina Mendes; Em 1832, a horta do Júdice, cujo proprietário era o Doutor Joaquim Manuel Júdice, como vem representada no levantamento de 1871/3; Em 1837 há referência ao campo da horta de João Filipe; E, por fim, em 1840, aparece a designação da cerca do Ferro situada ao Poente da Vila, do lado norte, próximo da rua Formosa e do Forte da Liberdade.

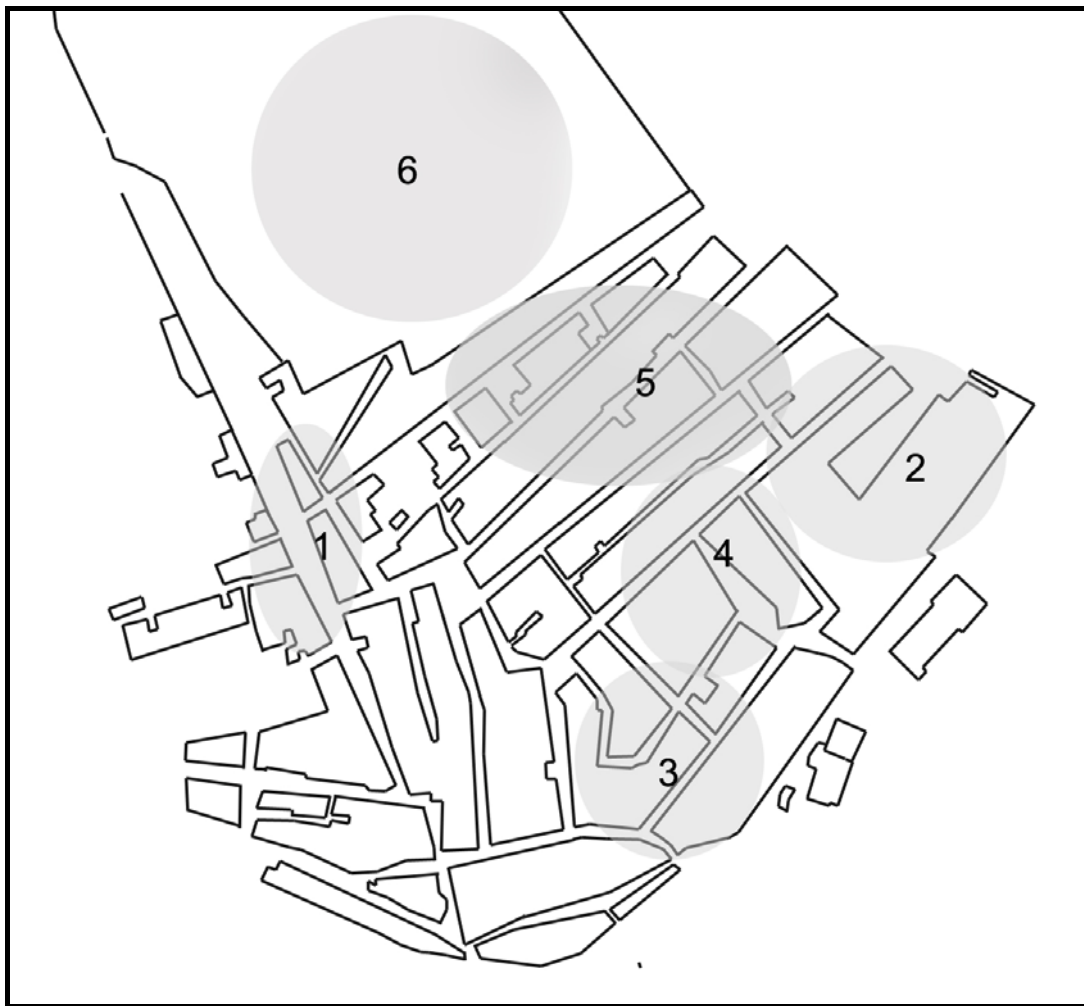


fig. 87 Possível localização das cercas a poente da igreja. Cerca de José Martins Marracho (1); a cerca da Fábrica da Igreja (2); o terreno de Manuel Luiz (3); o campo da horta de João Filipe (4); a cerca do Ferro (5) e a horta do Júdice (6). (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

A cerca de José Martins Marracho

Das cercas apontadas acima importa realçar qual o seu papel na evolução de Olhão. A primeira, a cerca de José Martins Marracho, localizada no fim da rua de S. Bartolomeu, junto ao lugar de Olhão e junto à estrada que ia para a aldeia de Estoi, tinha como limite umas grandes covas com água, fato que tornava o terreno impróprio para cultivo. O proprietário pretendia edificar casas junto à estrada. O requerimento foi feito à Câmara de Faro, tendo em conta que Olhão pertencia ao seu Termo. Desconhecemos

o número de casas edificadas. No entanto o Senado da Câmara considerou a obra útil porque perspectivava o aumento do Lugar⁸², bem como a expansão do respetivo eixo.

A cerca da Fábrica da igreja

No outro extremo da área estava situada a cerca da Fábrica da igreja. Ficava junto da rua Nova do Campo da Feira (atual primeiro troço da av. da República). A leitura de diversos documentos possibilitou a localização da cerca. Nas primeiras décadas do séc. XIX enquanto se discutia o sítio mais apropriado para a construção do Cemitério, designou-se “parte da Cerca da Fábrica unida às casas do prior [...]”⁸³; Em 1842, a referência ao terreno da Igreja tornou-se mais específica, através de um pedido de aforamento de “umas varas de terreno que existe ao lado do Norte do Passal ou cerca do Prior desta mesma Vila;”⁸⁴ E em 1846 quando se procedeu à delimitação de um terreno no campo da Feira, o seu limite era a Poente a rua Formosa, a Nascente a travessa que saia do Quintal do Prior, a Norte a rua corrente (julgamos ser o caminho em direcção ao Alto do Pau Bolado) e a Sul a cerca do Prior.

⁸² Processos de Emprazamento (1756-1809), título nº 3, “Auto de arrematação e aforamento de hum pedaço de terra mística ao lugar de Olhão, feita a José Martins Marraxo [...]”

⁸³ Registo de cobranças de foros (1797-1850), “Relação de indivíduos que pagam foros a este Concelho, com declaração dos foros anuais [...]”

⁸⁴ Livro de Actas nº 5, f. 94 v e 95, Acta da sessão de 15 de Julho de 1842.

Passal significa terreno anexo à Igreja ou residência paroquial para rendimento do pároco.



fig. 88 Localização da cerca da igreja. Observe-se os seus limites: a Norte, a rua Formosa e a Sul, a rua do campo da Feira. (mapa de 1862)⁸⁵

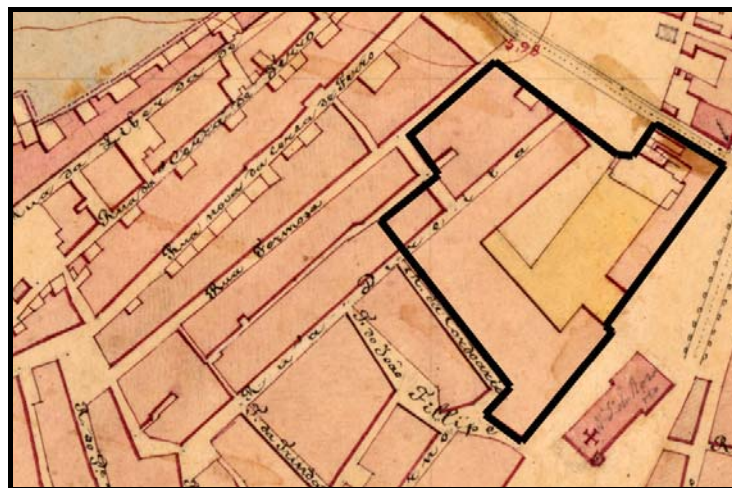


fig. 89 A mesma cerca (sublinhado) no mapa de 1871/3, a qual já tinha sofrido alterações. (mapa I.G.P.)

⁸⁵ Obras Públicas do Districto de Faro, Projecto definitivo do Ramal de Comunicação da Vila de Olhão com a estrada de Faro a Tavira. Planta, Perfil e tipo d'obra de arte. Direcção em Faro 14 de Março de 1862. Projectado por José Maria d'Almeida Garcia Fidié, Tenente de Engenharia. Aprovado por portaria de 17 de Junho de 1862. Copiado em 1 d'Outubro de 1866 por António Francisco de Britto.

A horta de Manuel Luiz

Da totalidade das cercas e das hortas, o terreno de Manuel Luiz e de sua mulher Catarina Mendes “que em outro tempo foi horta”⁸⁶, era aquele que se situava junto ao centro urbano, mais precisamente, junto à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário como o próprio documento refere. As dimensões do terreno seriam razoáveis pois permitiriam a construção de prédio de casas e ruas necessárias. Segundo os proprietários, a transformação do terreno apenas traria vantagens à Igreja e à população. À Igreja, pelas décimas que iria receber, tendo em conta que era a entidade detentora do foro, e à população, porque a vila ficava mais formosa.

Ressalvamos o fato de no documento os proprietários referirem que a sua horta estava cercada de casas, as quais, consideramos que remontavam ao séc. XVIII, tendo em conta que o documento data de 1809.

O local seria alvo de uma série de edificações, havendo a necessidade de em 1822 a Câmara proceder à demarcação dos adros da igreja, evitando a invasão de casas junto à Igreja Matriz⁸⁷.

O campo da horta de João Filipe

Perto da horta de Manuel Luiz, ficava o campo da horta de João Filipe. Ao contrário das outras hortas em que os limites e pontos de referência estão explicitados nos diversos documentos, neste caso ficamos a saber da sua existência a partir de uma postura de estacionamento das bestas em 1837 levada a cabo pela Câmara⁸⁸. Como era prática comum deixar os animais parados nas ruas impedindo a passagem da população, designou-se as ruas onde os mesmos deviam ficar presos. Os locais eram o largo da Feira, o campo da horta de João Filipe, as prainhas do Poente e Levante, os lugares da baixa-mar e o Pelourinho. Esta informação deixa ainda perceber outro dado importante:

⁸⁶ Processos de Foros (1759-1897) 1. 1759 -1871. “Provisão de Licença para um terreno de uma horta foreira à Igreja de Nossa Senhora do Rosário [...]”

⁸⁷ NOBRE, Antero, ob. cit., 1984, p.106.

⁸⁸ Livro nº 1 de Actas. “[...] Neste se acordou e se fez por postura que fica proibido o costume de deixar ficar as bestas paradas nas ruas desta Vila, pois que em muitas delas proíbe a passagem dos habitantes; e como tal ordenaram se fizesse público tal proibição e se designou as ruas onde as devem prender e são as do Largo da Feira, Campo da Horta de João Filipe, Prainhas do Poente e Levante; Lugares da Baixa-mar e Pelourinho, de muros abaixo, ficando condenado o dono de qualquer cavalgadura maior ou menor em cento e vinte reis por cabeça que for encontrada presa ou solta fora daqueles lugares.” Esta pequena transcrição pode auxiliar a entender os limites da Vila à data de 1837.

os diversos terreiros, ou espaços vazios, existentes na Vila à data de 1835. Tratavam-se de espaços mais amplos, que possibilitavam o estacionamento das bestas, bem como a passagem dos habitantes e como tal seriam pontos estratégicos de passagem no circuito da vila. Junto à área que nos encontramos a estudar neste capítulo esses espaços eram o largo da Feira perto da Igreja e o campo da horta de João Filipe, o qual não terá sido logo urbanizado tendo em conta esta nova função. Acrescente-se-lhe ainda, o dado toponímico visível nos mapas de 1871/3 e no mapa do séc. XXI (figs. 90 e 91).

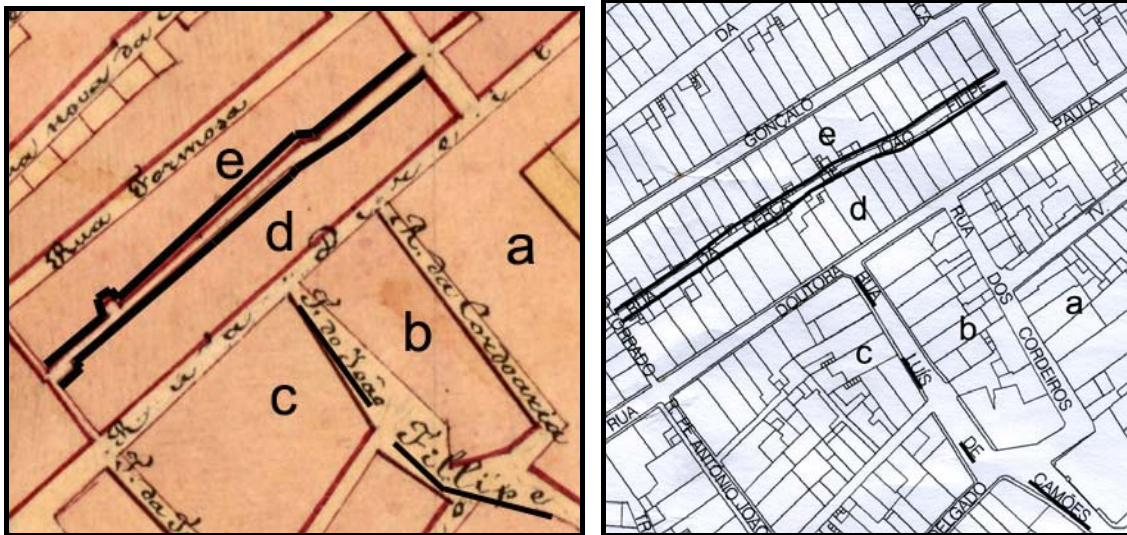


fig. 90 O mapa da esquerda situa a travessa do João Filipe entre os quarteirões (c) e (b). (mapa I.G.P.)

fig. 91 O mapa da direita situa a rua da cerca de João Filipe entre os quarteirões (e) e (d). Esta dupla toponímia em locais diferentes pode remeter para os limites do respetivo campo (mapa C.M.O. 2002)

A cerca do Ferro

Na fronteira com o campo da horta do João Filipe e com a cerca da Fábrica da Igreja estava situada a cerca do Ferro. Esta informação remonta à década de quarenta de oitocentos quando surgiu uma desavença com diversos moradores na cerca do Ferro, cujas casas davam para a travessa da rua Formosa⁸⁹. Existe ainda a possibilidade de a cerca do Ferro ser a cerca do defunto Capitão Lourenço Lopes tendo em conta a localização que surge na documentação, a qual estava próxima da rua Formosa e do Forte de Liberdade⁹⁰. Na eventualidade de ser a mesma cerca os proprietários na década de quarenta do séc. XIX eram os seus sobrinhos, José Joaquim Leonardo e António Leonardo da Graça. Estes pretendiam abrir, com autorização da Câmara, uma rua nova dentro da cerca cuja orientação seria a mesma dos eixos existentes. Consideramos que se tratava da rua nova da cerca do Ferro.

Através destes dados identificamos nesta área o mesmo tipo de atitude verificada nos bairros a sul: as campanhas surgiam de acordo com o interesse privado.

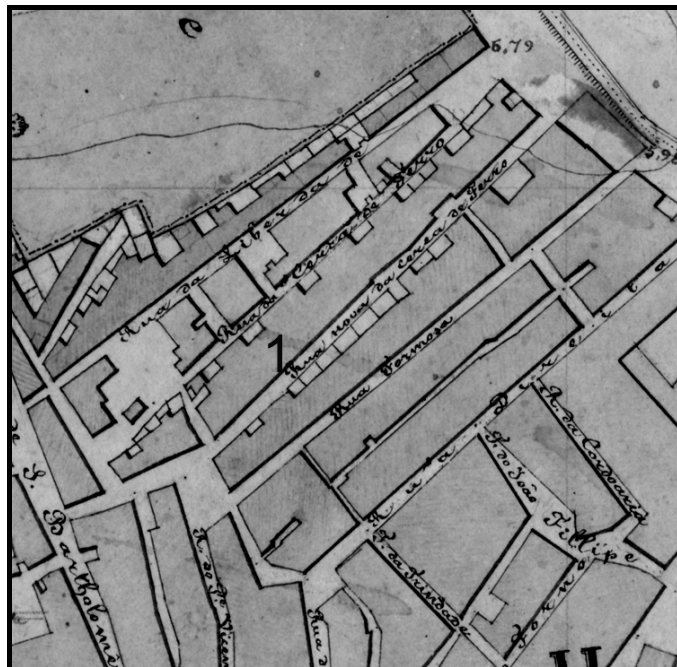


fig. 92 Rua Nova da cerca do Ferro (1) aberta por volta de 1855 e restantes ruas da cerca, rua da Liberdade e rua da cerca do Ferro. (mapa I.G.P.)

⁸⁹ Livro nº 5 de Actas, f.45 v e f.46, Acta da sessão de 25 de Janeiro de 1844.

⁹⁰ Livro nº 6 de Actas, f. 55 v e 56, Acta da sessão de 15 de Novembro de 1854.

A horta do Júdice

Das cercas apresentadas anteriormente a que se manteve durante o séc. XIX sem ser urbanizada foi a horta do Júdice. A horta pertenceu a Manuel Lopes Pescocinho, que a dividiu em três partes, ficando uma parte para si⁹¹. Vendeu uma parte a Lourenço da Parteira e outra parte a Domingos Lourenço Peixe Rei. Por sua vez, este último comprou a parte de Manuel Pescocinho e vendeu-a ao Doutor Joaquim Manuel Júdice⁹². Desconhecemos a data precisa da transferência de propriedade, no entanto, já estava na sua posse em 1832, segundo data de um requerimento feito pela esposa do Doutor Júdice à Câmara pedindo licença para endireitar o muro da sua fazenda “que era do defunto Lourenço da Parteira, que agora a possui”⁹³.

No ano de 1845, José Fragoas, Manuel Martins Morgado e João da Cruz Anzoleiro compraram três courelas da fazenda aos herdeiros do Júdice⁹⁴.

Não descuramos a possibilidade da horta possuir, na sua origem, dimensões maiores daquelas que pudemos observar no mapa de 1871/3, tendo em conta que a horta do Júdice foi apenas uma parte.

Consideramos ainda que a sua preservação durante o séc. XIX se deve ao fato das suas herdeiras (D. Ana Maria da Conceição da Cruz Santos e D. Mariana da Cruz Morgado) não chegarem a um consenso quanto à sua urbanização. Data de 1886 uma prorrogação de um aforamento a um cidadão que “enquanto não se resolvesse a pretensão dos donos da cerca do Júdice, contígua ao terreno pedido, que desejam nela construir casas e que, tendo de necessariamente de abrir ruas, pedem em troca do terreno, que para elas perdem, a concessão do que vai até ao ramal.”⁹⁵ Em 1888, as herdeiras protestaram contra a venda de terrenos baldios situados no campo do Cemitério, alegando que tinham direito à saída da sua cerca. A Câmara referiu claramente que se ignorasse o seu protesto⁹⁶. O fato de a horta se situar distante do centro também terá contribuído para uma tardia urbanização.

⁹¹ Livro de Actas nº 5, f. 68 e 68 v., Acta da sessão de 23 de Junho de 1845.

⁹² CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz in “Para o estudo das elites do Algarve no Antigo Regime, Fidalgos, nobres e demais privilegiados no poder concelhio”, remete para a seguinte informação acerca da família Júdice no Algarve a partir do séc. XVIII: “Família italiana de comerciantes estabelecida no Algarve na pessoa do Dr. José Júdice, natural de Génova ou Lisboa, [...]” 2003, p. 72.

⁹³ Livro nº 1 de Actas, f. 142 e 142 v., Sessão de 30 de Maio de 1832.

⁹⁴ Livro nº 5 de Actas, f. 68 e 68 v., Acta da sessão de 23 de Junho de 1845.

⁹⁵ Livro de Actas nº 9, f. 128 v., Acta da sessão de 15-12-86.

⁹⁶ Livro de Actas nº 9, f. 191 e 191 v., Acta da sessão de 11 de Julho de 1888.

Análise Urbana

Os eixos estruturadores do tecido urbano

Os eixos de ligação externa

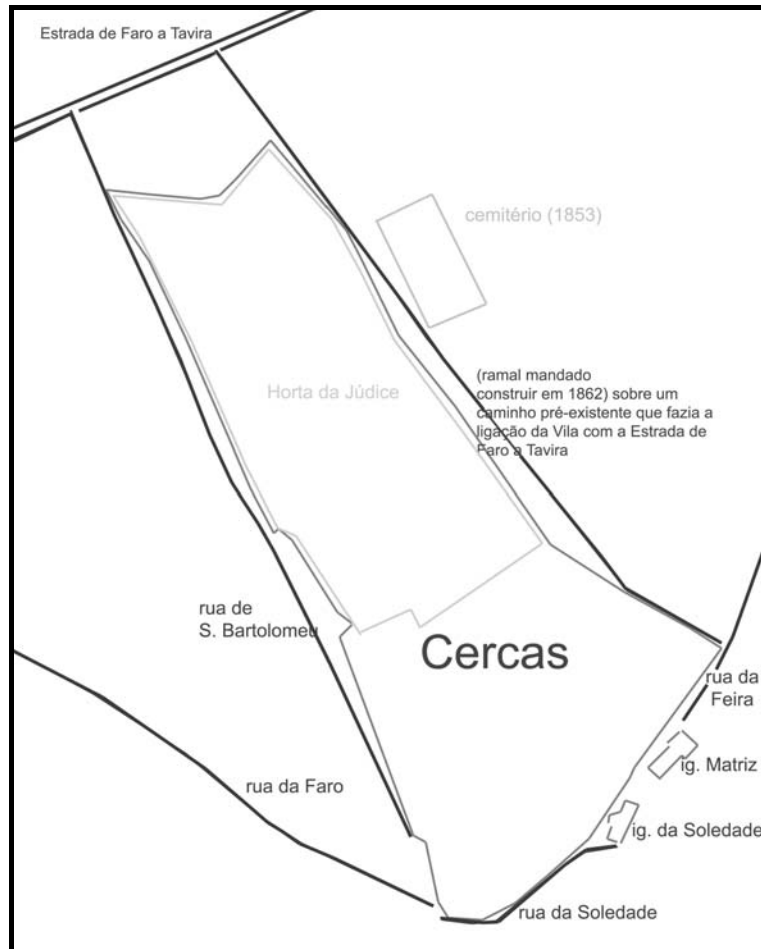


fig. 94 No esquema acima podemos observar os principais eixos e equipamentos junto às cercas e hortas. (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

Concluído o estudo sobre a localização das cercas e hortas, atentemo-nos agora sobre os principais eixos que se constituíram em torno da mesma área (fig. 94).

Embora na atualidade os eixos assumam características diferentes dada a evolução urbana, entre os finais do séc. XVIII e os meados do séc. XIX cumpriram funções de eixos exteriores, que tinham como particularidade fazer a ligação entre as freguesias

rurais e as principais cidades (Faro e Tavira) e com o centro de Olhão. Possuem uma linearidade que poderá ter a ver com a própria formação das cercas e das hortas. São os seguintes eixos: rua de Faro, rua de S. Bartolomeu, rua da Soledade, rua da Feira e o ramal cujo projecto data de 1862 e que dará origem à atual rua 18 de Junho. O terceiro capítulo é dedicado em exclusivo a um destes eixos, a rua da Feira. No presente capítulo importa evidenciar sobretudo a rua de S. Bartolomeu, a rua da Soledade e o ramal.

A rua de S. Bartolomeu

A rua de S. Bartolomeu fazia parte de um eixo que cobria uma grande área, desde a estrada de Faro a Tavira até ao seu limite a sul. Possivelmente chegava à Praia. Estabelecia a ligação entre a freguesia rural de S. Bartolomeu de Pechão e a freguesia de S. Martinho de Estoi. Trata-se de um dos eixos mais antigos, a comprová-lo estão uma série de foros relativos a habitações, datados de finais do séc. XVIII. Para além disso, possuía o nome de rua das cabanas de S. Bartolomeu, dado indicativo do primeiro tipo de habitação existente na Praia.

A rua da Soledade

A rua da Soledade não tem a mesma linearidade e extensão dos restantes eixos. Tratava-se do ponto de ligação entre a rua de Faro, a de S. Bartolomeu e a rua da Feira.

A toponímia adotada está relacionada com o fato de ser a rua utilizada para chegar à Igreja primitiva, cuja origem remonta a princípios do séc. XVII, como vimos.

A localização deste eixo, bem como da Igreja primitiva, é fundamental para entender o que seria o lugar de Olhão no séc. XVII. O eixo estava situado a sul da Igreja (tendo em conta a própria orientação da fachada do edifício) em direcção ao bairro da Barreta.

A sua morfologia de curva e contracurva deixa transparecer a pré-existência de barreiras, a norte, cercas e hortas algumas com propriedades, e a sul, a praia.



fig. 97 Esquema da área junto à rua da Soledade (a tracejado). (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)



fig. 98 Parte da rua da Soledade em direção à respetiva igreja. (foto de autor 2008)

O ramal de ligação da vila de Olhão com a estrada de Tavira a Faro

O ramal de comunicação da vila de Olhão à estrada de Faro a Tavira foi dos três eixos que referimos, o mais recente. Todavia, a sua génese patenteava-se num outro caminho fronteiro às cercas. Terminava junto ao que seria o único acesso à povoação praticável de verão e inverno na segunda década de oitocentos, tal como afirmou Antero Nobre⁹⁷. Os outros lados estavam rodeados por terrenos alagadiços, salgados, sapais cortados por valas e ribeiros.

Com a passagem das hortas e das cercas a uma realidade mais urbana, com ruas e quarteirões, durante a primeira metade do séc. XIX e com a inauguração do Cemitério a 1 de Novembro de 1853, esta nova área da vila assumiu outra importância. Em Outubro de 1866, o Vice-Presidente, ao dar conhecimento das necessidades do Concelho ao Governador Civil, enumerou-as “segundo a urgência em que a Câmara as tem: Primeira, a construção de dois ramais que liguem esta Vila com a estrada de Faro a Tavira, considerando inadiável a do que, passando próximo do Cemitério se

⁹⁷ NOBRE, Antero, ob. cit., 1984, p. 110.

encaminha na direcção de Faro, e cujo traçado se acha aprovado e autorizado pelo Governo”.⁹⁸

No entanto, em Março de 1896, o ramal ainda não estava totalmente concluído, tal como comprova a proposta do vereador Pessoa “para se mandar proceder à continuação, a macadame do ramal da estrada até ao fim da rua Formosa;”⁹⁹



fig. 99 O ramal (sublinhado à direita da horta do Júdice). (mapa I.G.P.)

⁹⁸ Livro das Actas nº 7 de 11 Janeiro de 1864 e Sessões de Câmara Municipal de Olhão, f. 94 v e 95, Acta da sessão extraordinária de 15 de Outubro de 1866.

⁹⁹ Livro de Actas nº 10, 1891 – 1902, f. 98 v e f. 99, Acta da sessão ordinária de 11 de Março de 1896.

Os eixos de ligação interna

A rua Formosa e a rua Direita

À parte o que acima fizemos menção, analisámos outros dois eixos com características diferentes. Tratam-se da rua Formosa e da rua Direita. São, numa primeira impressão eixos de ligação interna. No entanto, a rua Direita, na tradição urbanística portuguesa cumpria uma função fundamental. Era o eixo que conduzia as populações do exterior para o centro da vila. Antero Nobre, que partilhava da mesma ideia, afirmava que na década de 30 do séc. XIX a rua Direita seria o caminho mais fácil e mais a direito para entrar na vila em direcção ao centro e em direcção aos bairros. Como tal, na sua origem a rua Direita teve funções diferentes daquelas que veio a assumir pouco tempo depois. A corroborar esta característica comum à rua Direita, acrescenta-se-lhe o fato de junto a ela existir o campo da horta de João Filipe, local onde a população deixava as bestas estacionadas, para em seguida se deslocar ao centro.

Através da observação das imagens (figs. 100 e 101) verificámos que na primeira imagem relativa ao mapa de 1862, a rua Direita possuía dimensões inferiores àquela que se apresenta na segunda imagem relativa ao mapa de 1871/3.

Através dos dados da *Estatística da População de 1868* aferimos que a rua Direita possuía um número de fogos muito inferior ao da rua Formosa (28 fogos para 77 fogos). Por outro lado, a rua Formosa foi a rua da vila com maior número de fogos nesse mesmo ano.

No *Rol de Confessados de 1887* a diferença do número de fogos é menor (60 fogos na rua Direita para 83 fogos na rua Formosa). Num período de 19 anos o aumento de número de fogos na rua Direita (32) foi superior ao da rua Formosa (7). Logo a expansão da rua Formosa ocorreu, sobretudo, até à década de sessenta de oitocentos e a expansão da rua Direita ocorreu, principalmente, a partir da mesma década até à década de oitenta inclusive. No entanto, a rua Formosa apenas foi calçetada em finais do séc. XIX¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Livro de Actas nº 10, 1891 – 1902, f. 63 e 63 v, Acta da sessão ordinária de 27 de Junho de 1894.

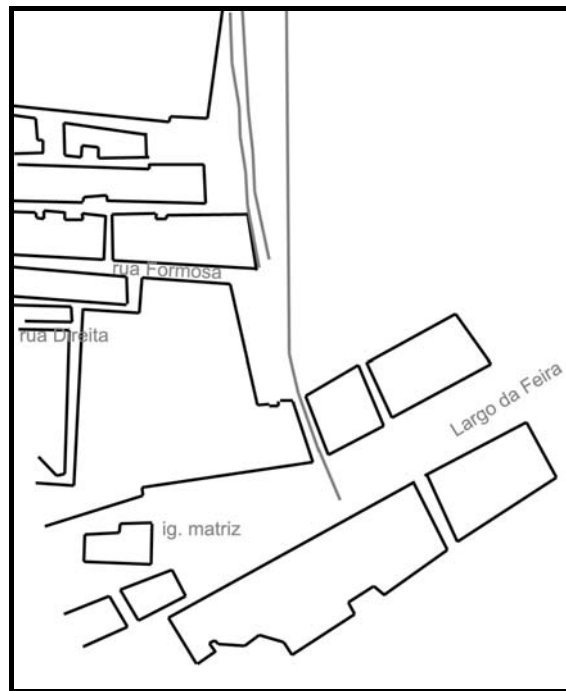


fig. 100 Esquema realizado a partir do mapa de 1862.

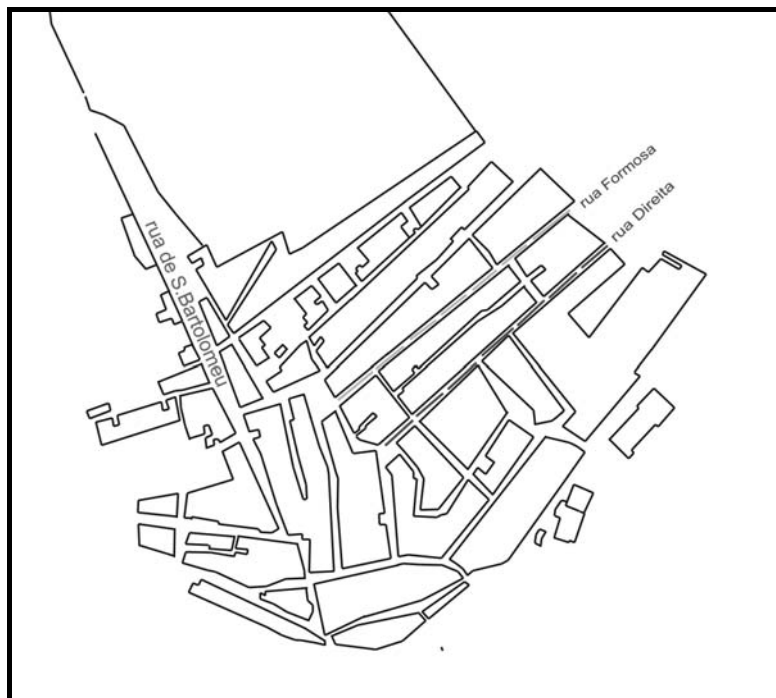


fig. 101 Rua Formosa (tracejado cinzento-claro) e rua Direita (tracejado cinzento-escuro). (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

As ruas da cerca do Ferro

Para além dos dois eixos acima indicados que se situavam mais a sul, outros eixos se foram constituindo no interior das cercas e das hortas consoante se foi verificando a sua urbanização. Tratam-se da rua da Liberdade, da rua da cerca do Ferro e da rua nova da cerca do Ferro. De referir que a toponímia utilizada é a que está presente no mapa de 1871/3.

Não pudemos precisar a data de abertura de cada uma delas, à exceção da rua nova da cerca do Ferro cuja data terá sido por volta de 1854. No entanto o dado toponímico: “nova” é indicador que terá havido outra rua anterior à rua nova, a qual pressupomos que terá sido a rua da cerca do Ferro.

No que diz respeito à rua da Liberdade, a sua toponímia deve-se à existência de um Forte intitulado da Liberdade construído durante as guerras miguelistas na década de trinta do séc. XIX para defesa da povoação.

A edificação de habitações nas ruas acima descritas será anterior à década de quarenta de oitocentos. A comprová-lo está um requerimento de um proprietário a pedir autorização para endireitar e alinhar as suas casas na cerca do Ferro, que remontava à década de quarenta, portanto depreendemos que a habitação na cerca seria anterior¹⁰¹. Aquando as lutas liberais, na década de trinta, algumas habitações terão servido como pontos de defesa e, como tal, acabaram por ser destruídas. Segundo Antero Nobre, os responsáveis tiveram que requerer auxílio ao Governo dada a dimensão dos danos causados¹⁰².

¹⁰¹ Livro nº 4 de Actas, f. 18 e 18 v, “Acta da sessão de quatro de Novembro de mil oitocentos e quarenta”.

¹⁰² <http://www.olhao.web.pt/Textos/HistoriaBreveOlhao.pdf>

Outras ruas

Houve ainda outros eixos com características comerciais, que estavam relacionados com uma pequena indústria e que se situavam a sul da rua Direita, junto às igrejas. A atestar essa realidade está a própria toponímia: rua das Ferrarias, rua do Forno¹⁰⁴ e rua das Cordoarias¹⁰⁵. A primeira rua terá que ver com a existência de oficinas de ferreiros e ferradores, a segunda está relacionada com a existência de um forno público para cozer o pão e a última está relacionada com a indústria de cordas e cabos.

Não descuramos a possibilidade de esta área se ter desenvolvido para abastecer a nova área habitacional.

Data de finais de oitenta e princípios de noventa do séc. XIX o macadame das ruas de D. Pedro V e do Forno. Bem como o calcetamento da rua da Cordoaria, rua do Padre Vicente e a travessa da rua Direita.

Apresentadas as cercas e as principais ruas vejamos agora em particular a evolução dos quarteirões e do loteamento. No entanto consideramos importante fazer um ponto de situação.

¹⁰⁴ Livro de Actas nº 1, f. 96, Auto de Vereação em 2 de Maio de 1829. O Capitão José Fernandes pretendeu edificar um forno na Vila em 1829 e acordou-se que seria de utilidade pública. Apenas fizemos referência porque esse forno podia estar localizado na Rua do Forno. A estatística de 1868 utilizava o termo rua do Forno Novo e o Mapa de 1871/3 utilizava o termo Rua do Forno.

¹⁰⁵ Esta rua coloca uma certa reticência. Embora representada no mapa de 1862 está designada como rua da Cerca de S. Filipe. Identificamo-la como rua das Cordoarias apenas a partir de 1868 na Estatística da população.

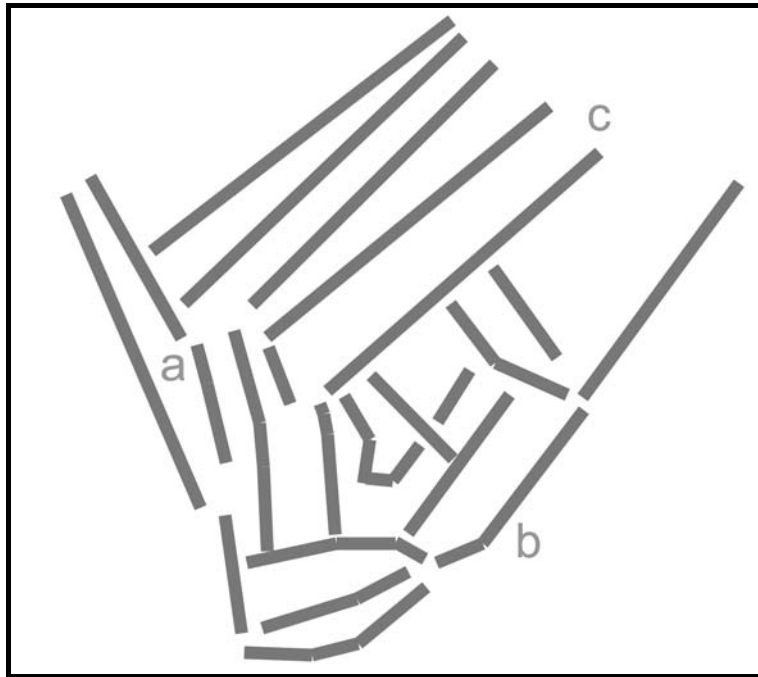


fig. 103 Variação formal da malha urbana. (mapa/esquema realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

Com o apoio da imagem apresentada anteriormente pudemos apurar alguns dados importantes para o processo evolutivo da área. Ocorreu uma variação formal da malha urbana em três zonas fundamentais. A zona (a) que possui uma série de eixos e quarteirões com orientação paralela à rua de S. Bartolomeu. A zona (b) que se caracteriza pela série de eixos e quarteirões criados também a partir de um outro eixo importante, a rua da Soledade. E, por fim, a zona (c), cuja orientação dos diversos eixos e quarteirões, consideramos ser paralela com a cerca do Ferro e com a horta do Júdice. Em termos cronológicos a evolução terá ocorrido a partir da zona (a), seguida da zona (b) e ultimada na zona (c).

Como tal é de ponderar que os primeiros quarteirões terão surgido junto aos principais equipamentos (Igreja da Soledade) e eixos (rua de S. Bartolomeu e rua da Soledade) no séc. XVIII.

Os quarteirões

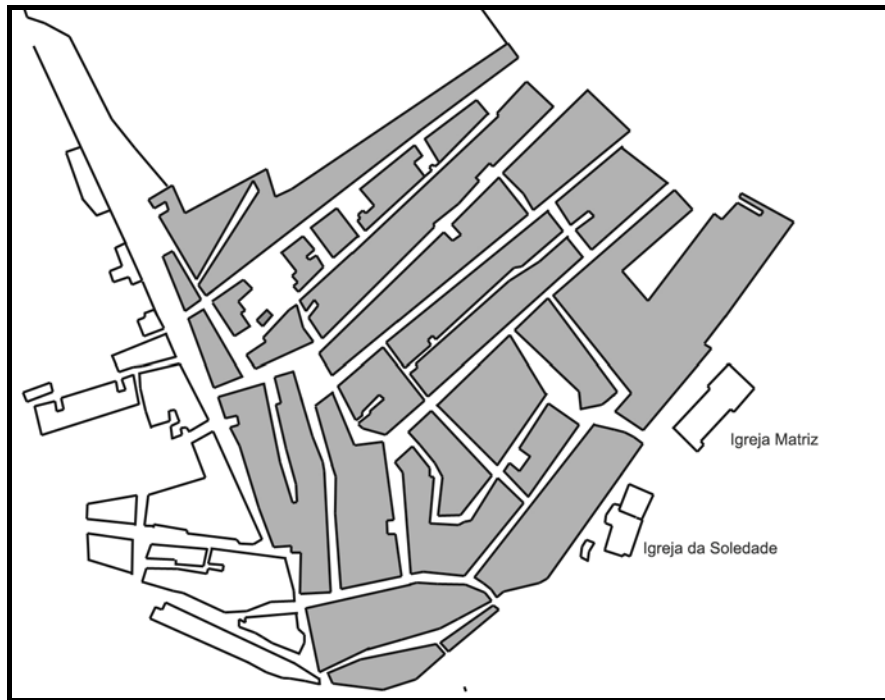


fig. 104 Panorâmica geral dos quarteirões existentes na área em estudo. (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

Através da observação da imagem aferimos que a morfologia subjacente nesta área é nitidamente diferente da área estudada no capítulo anterior. No que diz respeito à dimensão, os quarteirões são relativamente grandes. Na forma são retangulares, alongados e quadrangulares. E na orientação, os eixos assumem uma posição paralela à rua onde estão situadas as igrejas e perpendicular face aos eixos externos. Por último, aponte-se a regularidade da malha urbana que está patente nas três zonas, embora predomine claramente na zona (c).

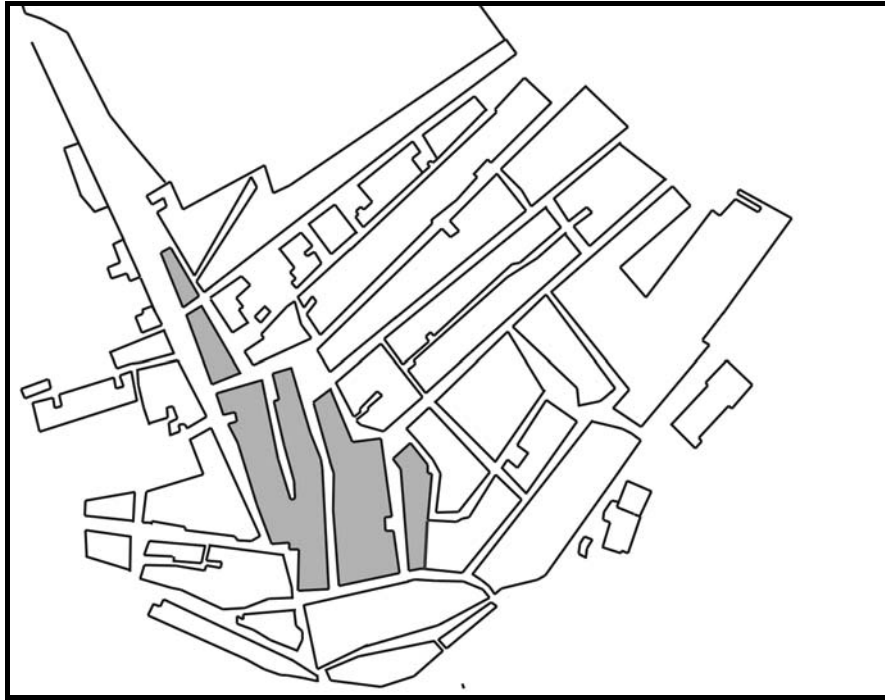


fig. 105 Quarteirões pertencentes à zona (a). (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

Dos quarteirões pertencentes à zona (a) apurámos que alguns possuem uma dimensão pequena e outros possuem uma dimensão grande. No que concerne à forma, predominou a forma retangular alongada. É possível que vigore nesta zona uma certa espontaneidade na edificação dos primeiros quarteirões relacionada com a pré-existência da rua de S. Bartolomeu. A espontaneidade está patente no fato de as faces maiores dos quarteirões darem para a rua de S. Bartolomeu. A dinâmica de crescimento do tecido terá ocorrido a partir de uma repetição de quarteirões face ao primeiro.

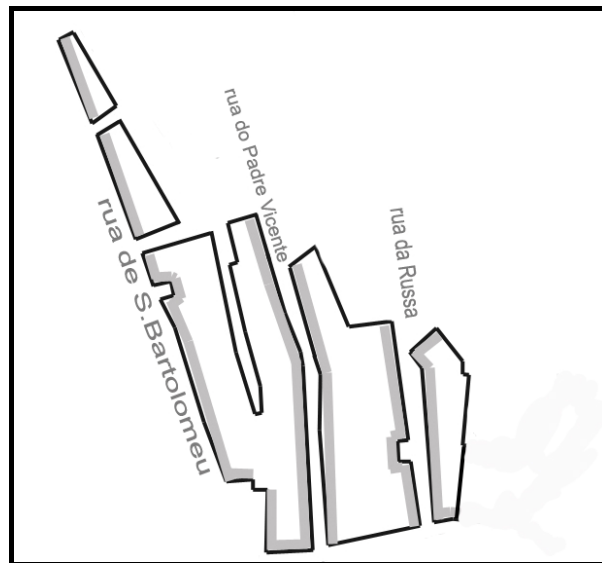


fig. 106 Quarteirões pertencentes à zona (a), com as frentes marcadas a cinzento e respetiva toponímia utilizada em 1871/3. (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

Através da imagem (fig. 106) corroboramos que se respeitou uma configuração coerente das frentes e das traseiras dos lotes. As frentes dão todas para as ruas principais e as traseiras estão situadas para um beco ou no interior do quarteirão.

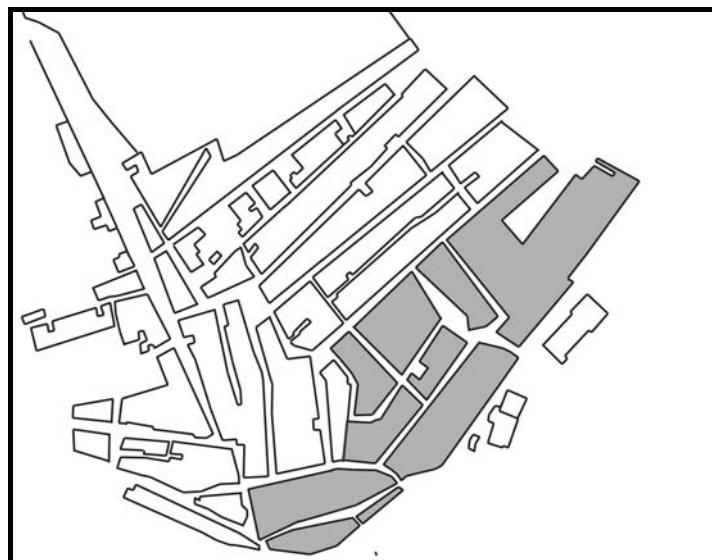


fig. 107 Quarteirões pertencentes à zona (b). (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

Os quarteirões representados possuem tamanho médio e grande (fig. 107). A sua forma é variada. Alguns quarteirões apresentam forma retangular, outros poligonais e outros quadrangulares. De notar que das três zonas é a mais irregular, fato que pode estar relacionado com o traçado e existência de diversas cercas e hortas.

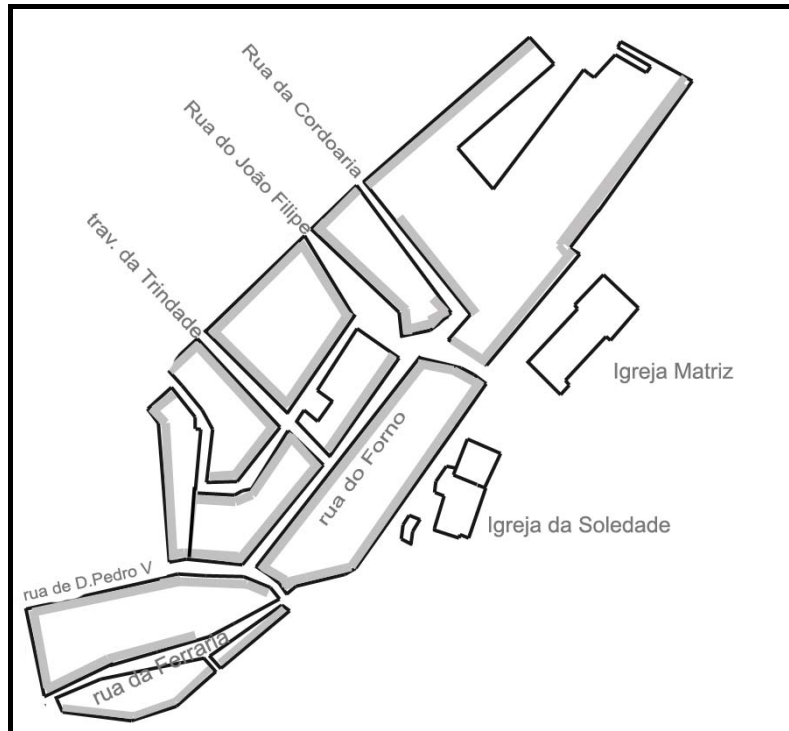


fig. 108 Quarteirões pertencentes à zona (b), com as frentes marcadas a cinzento e respectiva toponímia utilizada em 1871/3. (mapa realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3, I.G.P.)

Houve também nesta zona (fig. 108), tal como na zona (a) uma constituição coerente das frentes e das traseiras na maioria dos quarteirões. As frentes estavam situadas nas principais ruas e as traseiras estavam situadas no interior do quarteirão.

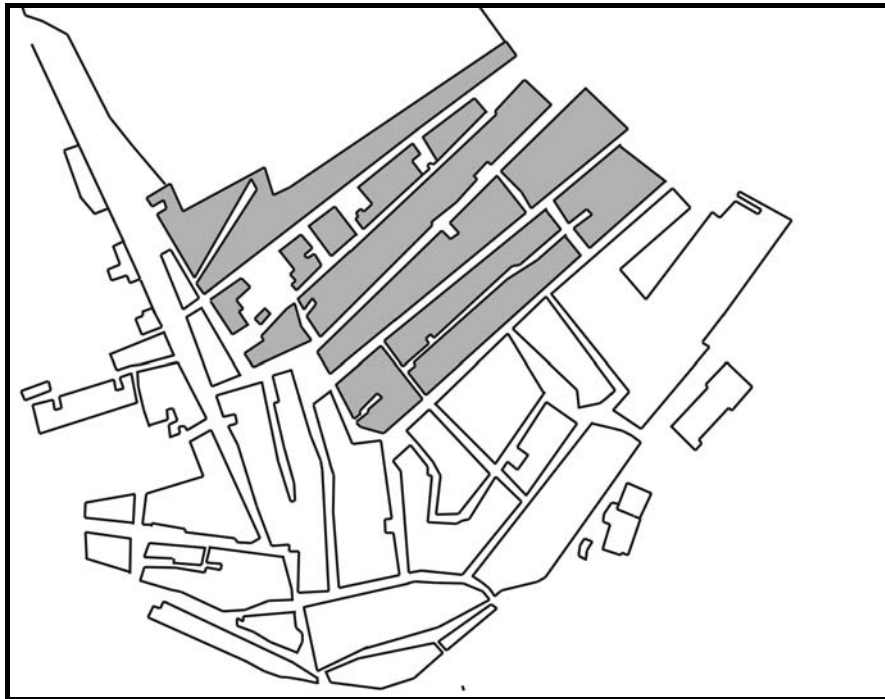


fig. 109 Os quarteirões pertencentes à zona (c) representam o coroar da adopção do urbanismo ortogonal.

Os quarteirões (fig. 109) possuem tamanho médio e grande. A sua forma retangular alongada é, em relação às outras zonas a mais regular.

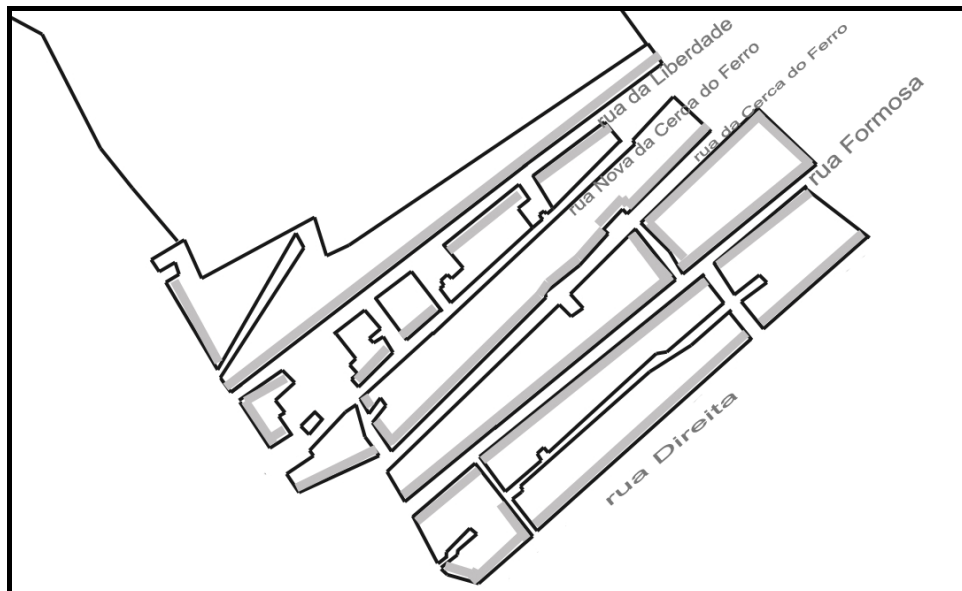


fig. 110 Frente dos quarteirões da zona (c) com as frentes marcadas a cinzento e respectiva toponímia utilizada em 1871/3.

No que diz respeito às faces dos quarteirões, grosso modo, notámos que estão situadas a sul e as traseiras estão situadas a norte, fato indicador que uma rua seria constituída num dos lados de quarteirões com apenas frentes e, no outro lado de quarteirões com traseiras. A exceção ocorreu na rua Formosa tendo em conta que apenas possui frentes. As traseiras ou quintais, quer da rua Formosa quer da rua Direita, possuem travessa que acompanha o quarteirão mais central de ambas as ruas. Trata-se do único quarteirão cujas traseiras possuem uma travessa apenas com esse fim.

O loteamento e a tipologia do edificado



fig. 111 Perspetiva geral do loteamento da área em estudo (parte I). (mapa C.M.O. 2002)



fig. 112 Perspectiva geral do loteamento da área em estudo (parte II). (mapa C.M.O. 2002)

No que concerne ao estudo sobre o loteamento, devemos referir que, salvo raras exceções relacionadas provavelmente com alguma construção de início do séc. XX, tal como aconteceu com os lotes de grandes dimensões situados juntos à atual rua 18 de Junho e outros situados no interior da área em estudo, a maioria dos lotes possui uma coerência admirável tendo em conta que se tratou de uma área urbanizada a partir de finais do séc. XVIII até meados do séc. XIX. Numa perspectiva de rentabilização do terreno optou-se por um tipo de loteamento em banda em que se verificou uma modulação evidente na dimensão e proporção do lote. Muito dificilmente não terá existido um projecto, um plano para uma área onde existe uma clara racionalização de um processo de construção.

Passamos a apresentar como se traçou a correspondência entre a estrutura do loteamento e a tipologia do edificado.

No quarteirão situado na rua de S. Bartolomeu (fig. 115), ainda de meados do séc. XIX, houve a implementação de uma política de construção de controle de custos visível na uniformização da fachada com platibanda única e num ritmo dos vãos de porta - janela.



fig. 118 Frente de uma parte de um quarteirão da atual rua da cerca. (fotografia A.H.M.O.)

Ao contrário do quarteirão situado na rua de S. Bartolomeu, no quarteirão da rua da cerca (fig. 118) predominou uma certa ambivalência na dimensão das platibandas. Esse fato poderá estar relacionado com campanhas de obras posteriores.

A utilização dos telhados de tesouro como cobertura na casa de entrada continuava a ser comum em casas construídas ao longo do séc. XIX. Nos quarteirões mais antigos (fig. 120), houve, inicialmente, um claro predomínio de telhados de tesouro. A açoteia está situada no centro do lote, entre o telhado e o quintal. Observou-se a mesma situação de coexistência de telhados de tesouro e de açoteia na própria habitação na localidade próxima de Olhão, na Fuzeta (fig. 124).

Posteriormente, verificou-se, a construção de um piso, o mirante, sobre a açoteia. A cobertura em telha não voltava a ser utilizada (fig.122) predominando o ladrilho na constituição do mirante que surgia sem ornamentação.

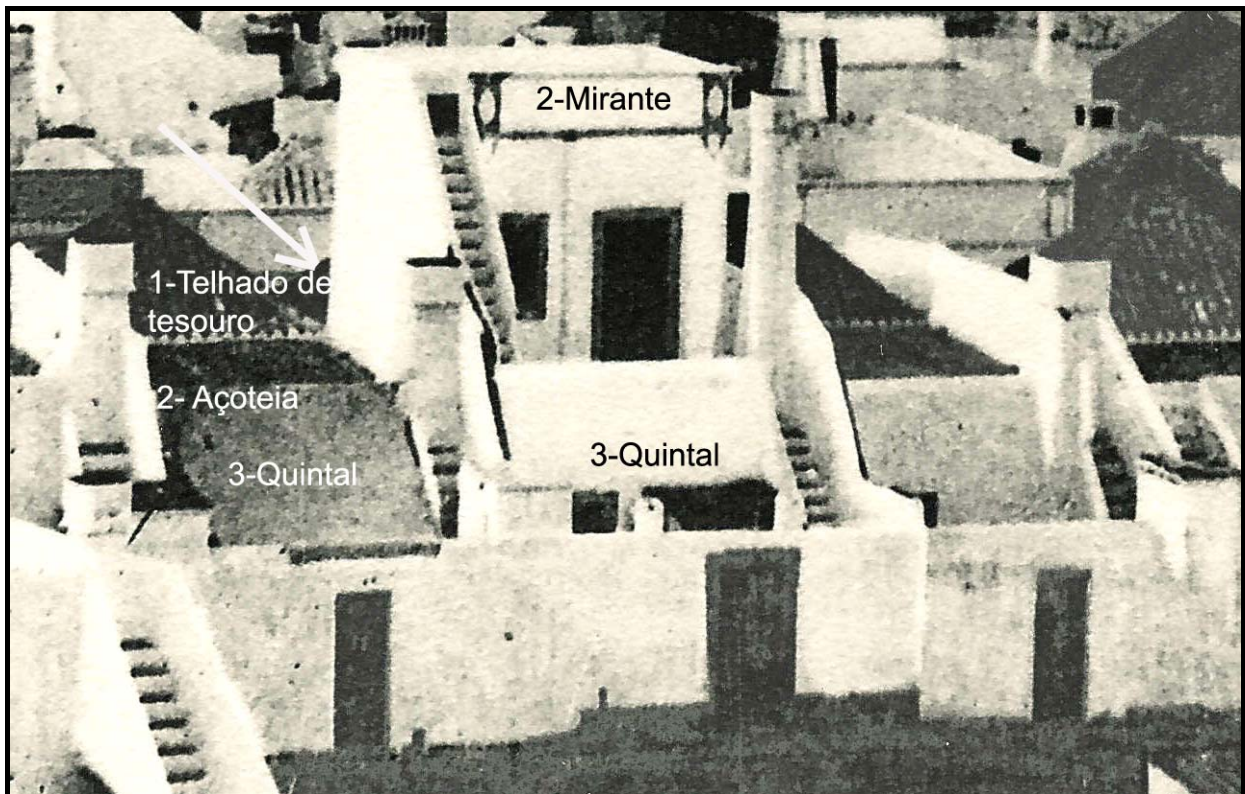


fig. 119 À esquerda o lote inicial. À direita a transformação com construção de um piso sobre a açoteia e manutenção do telhado de tesouro. (A.H.M.O.)



fig. 120 Fotografia de data posterior e de um ângulo oposto à anterior fotografia. Ainda se pode observar a existência de um certo número de lotes com telhados de tesouros. Todavia a utilização das platibandas que escondem os telhados tornam-se uma constante. Ao fundo é nítido o predomínio dos mirantes (A.H.M.O.).



fig. 121 Nesta fotografia, da mesma área, e também posterior à antecedente verificámos que os telhados de tesouro desapareceram por completo dando primazia à utilização das açoteias e dos mirantes. (foto A.H.M.O.)

Através da observação das imagens anteriormente representadas constatamos que a construção do mirante, nesta parte de Olhão, é um fenómeno do séc. XX. No entanto o poeta João Lúcio em 1905, na obra *O meu Algarve*, fez referência aos “mirantes de neve erguidos”, às “ruas brancas que se torcem” e ao espaço “esguio e apertado”¹⁰⁶. Descrição que remete claramente para os bairros mais antigos e a uma data anterior ao séc. XX, tendo em conta a data do texto.

¹⁰⁶ João Lúcio citado por Alberto Iria, in “O Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração”, (Subsídios para a história de mareantes e pescadores do Algarve), Mensário das Casas do Povo, 1955-1956.

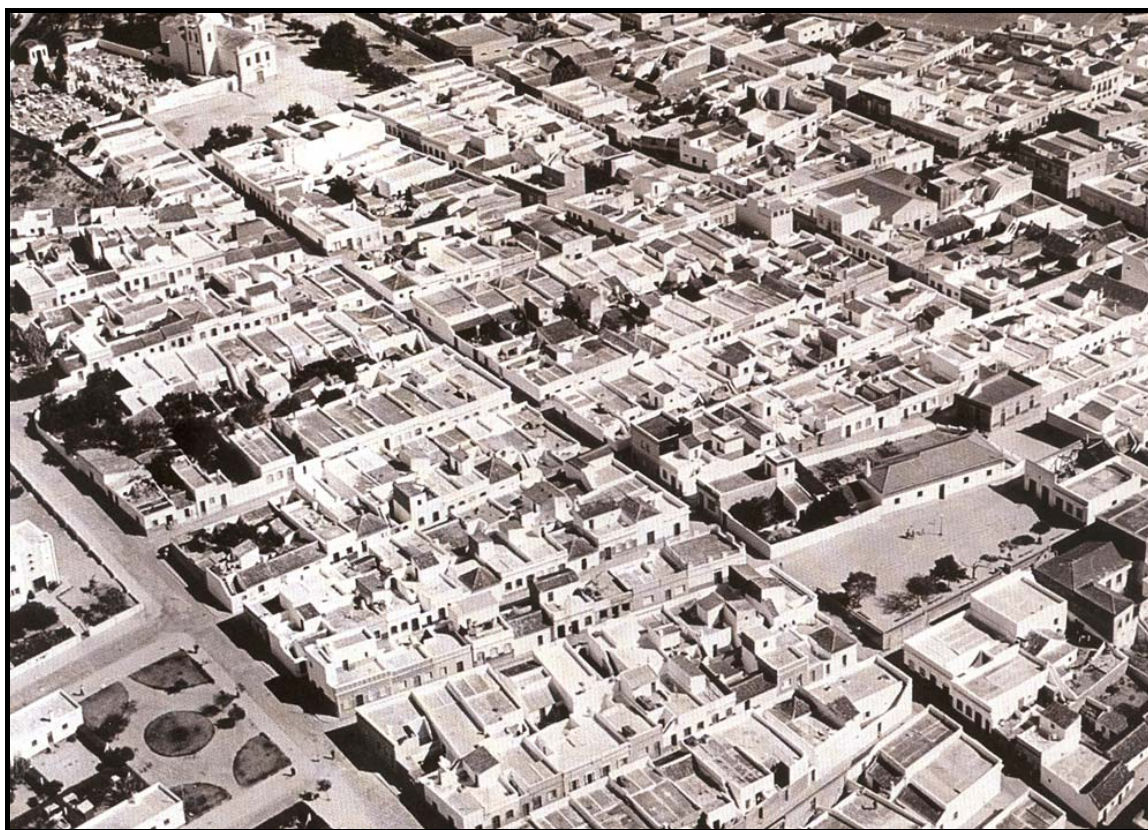


fig. 122 Vista parcial da Fuzeta, anos 50, autor desconhecido¹⁰⁷.



fig. 123 Telhados de tesouro na Fuzeta.(ampliação da fotografia anterior)

¹⁰⁷ Imagem retirada da obra: *Algarve visto do céu*, p.158.

Apresentada a área, os eixos, os quarteirões, os lotes e a tipologia do edificado terminamos com duas descrições prediais de habitações situadas na rua Formosa no ano de 1871, que nos parecem ser representativas da maioria das habitações: “Prédio urbano sito na Rua Formosa da Vila de Olhão e freguesia da mesma; consta de uma morada de casas com casa de entrada, dois quartos casa de jantar, cozinha, quintal com cavaliçã e poço [...]”¹⁰⁸ e “Prédio Urbano sito na rua Formosa da Vila de Olhão e freguesia da mesma, [...] compõe-se de uma casa de entrada, três quartos, cozinha, corredor e quintal com poço e saída para a rua da Cerca do Ferro [...]”¹⁰⁹.

Ocorreu nesta área, tal como nos bairros da baixa-mar, uma intensificação da área construída, não pelo fundo, porque grande parte dos lotes mantiveram o quintal até à atualidade, mas no piso superior onde se construiu, na maior parte dos casos, os mirantes, e, noutros casos procedeu-se à ocupação da totalidade da açoteia.

¹⁰⁸ Processos de Foros, 1759-1897, 2. 1871-1897: “Em onze de Fevereiro de mil oitocentos e setenta e um [...]”

¹⁰⁹ *idem*, *ibidem*.

Capítulo III

Da rua da Feira ao Passeio Público

Apresentação e contextualização

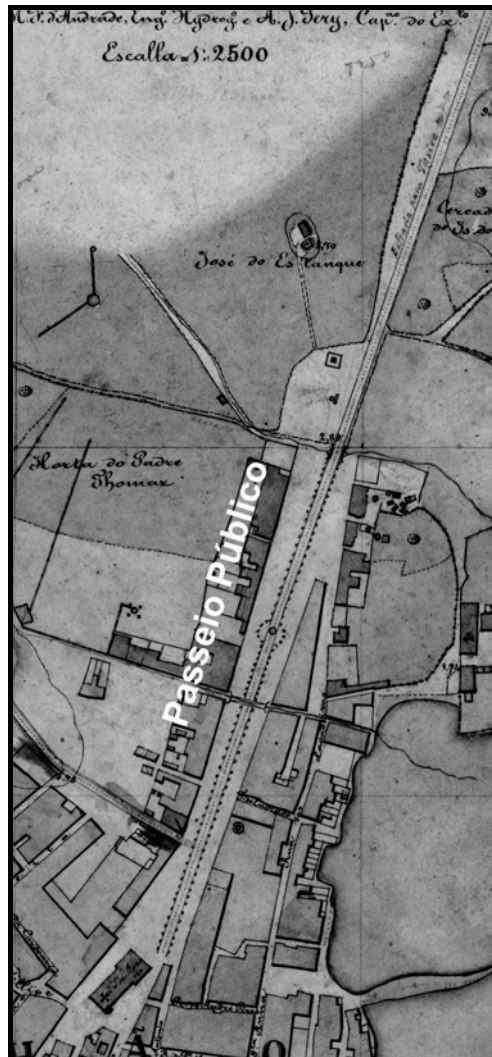


fig. 124 O Passeio Público. (mapa I.G.P.)

A área de estudo deste capítulo está representada nas atuais avenidas da República (antigo Passeio Público) e Bernardino da Silva (antiga estrada de Quelfes).

Importa primeiro fazer um ponto de situação sobre o que anteriormente se analisou e o que agora se apresenta.

No seguimento dos casos estudados nos capítulos anteriores, o primeiro sobre o povoamento da praia e o segundo sobre o povoamento das hortas e das fazendas a poente das igrejas apurámos que a evolução urbana de Olhão, *grosso modo*, seguiu a seguinte orientação: sul (núcleo habitacional junto à baixa-mar), noroeste (cercas, hortas e fazendas) e norte (Passeio Público).

De notar que a passagem de uma área para a outra não se procedeu de forma estanque. Observámos na leitura de documentação de arquivo a concomitância temporal de algumas acções urbanísticas nas diferentes áreas, embora a Câmara procurasse a não simultaneidade das mesmas acções por uma questão orçamental.

Em jeito de síntese relembramos que no primeiro caso de estudo revelámos um bairro de pescadores situado na praia cuja evolução, embora limitado pelas barreiras naturais soube encontrar um traçado regular. No segundo caso, as diversas cercas e hortas transformaram-se em arruamentos e áreas habitacionais conjuntas através de uma nova concepção de espaço urbano que culminará com a campanha de requalificação da rua da Feira, futuro Passeio Público, a partir da segunda metade do séc. XIX cuja apresentação e estudo se expõe a seguir.

Após este pequeno ponto de paragem e reflexão apresentamos e analisamos a área que se segue. Trata-se das atuais av. da República e av. Bernardino da Silva, embora a nossa atenção incida sobre a av. da República pela sua importância na evolução urbana de Olhão durante o séc. XIX. Ainda no séc. XVIII foi um terreiro, mais tarde foi um passeio público e por fim foi uma avenida acompanhando assim a própria evolução geral da freguesia de Olhão.

A atual av. Bernardino da Silva, situada entre o poço e a estrada de Faro para Tavira (atual EN 125), possuiu inicialmente características de um caminho exterior ao núcleo. No levantamento de 1871/3 o eixo designava-se “Estrada para Tavira” mas também era conhecido por estrada de Quelfes. Em 1926, passou a avenida num prolongamento do eixo da av. da República. Os edifícios, algumas habitações unifamiliares e prédios, ambos com lotes extensos, terão começado a ser construídos pouco tempo antes.

As duas avenidas formavam um eixo linear de grandes proporções cujo traçado era o mais curto para aqueles que vinham de Quelfes e Moncarapacho, freguesias rurais situadas a nordeste e a este de Olhão, bem como para os que vinham da cidade de Tavira e se deslocavam para a baixa-mar.

Numa retrospectiva urbana conseguida através da leitura de dois documentos que demarcaram os limites da freguesia de Olhão, um de 1695 e o outro de 1722, constatamos que no primeiro documento que estabeleceu a criação da freguesia de Olhão, em Julho de 1695, a rua não fazia parte dos seus limites.

Os principais pontos dinâmicos em finais do séc. XVII em Olhão eram a praia com excelentes condições para os barcos e com o núcleo de cabanas, uma ermida a norte do povoado e um poço público com água potável fora da freguesia no extremo da futura rua da Feira ¹¹⁰. O poço terá contribuído para uma maior circulação e concentração de pessoas para o abastecimento de água potável.

Passados 27 anos, em 1722, o número de habitantes na praia aumentou consideravelmente ¹¹¹ verificando-se a necessidade de se efetuar um segundo documento para demarcação dos novos limites da freguesia, que chegavam então junto a um cabeço situado por cima do poço ¹¹². Portanto o eixo fazia parte da freguesia, mas não fora descrito no documento, por razões que desconhecemos.

À data de 1722 havia sete anos que a Igreja Matriz tinha sido construída. O edifício que simbolizava a criação da freguesia de Olhão e sua desanexação da freguesia de Quelfes estava situado num terreiro que viria a ser fundamental para o desenvolvimento do eixo e área em redor.

¹¹⁰ Documentação de 1691 comprova a realização de casamentos na ermida de Nossa Senhora do Rosário de Olhão (Igreja primitiva) de pessoas naturais e residentes na praia do Olhão. Documento do livro de registos paróquias da freguesia de Quelfes situado no Arquivo de S. Vicente de Fora consultado por MASCARENHAS, J. F., *Acerca da antiguidade das freguesias de Quelfes e Pechão e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Olhão e sua primitiva confraria*, 1987, p.8.

¹¹¹ Este acontecimento deverá estar relacionado com o fato de na praia ter sido autorizado a construção de casas a partir de 1715.

¹¹² “Deitando uma linha direita desde o moinho da parte do levante, que hoje possuem Manuel Viegas da Baixa – Mar, António Mendes Mestre e outros, até um cabeço que fica por cima do poço desse lugar, onde se pôs um marco [...]” citado por NOBRE, Antero, ob. cit., 1984, p.37.

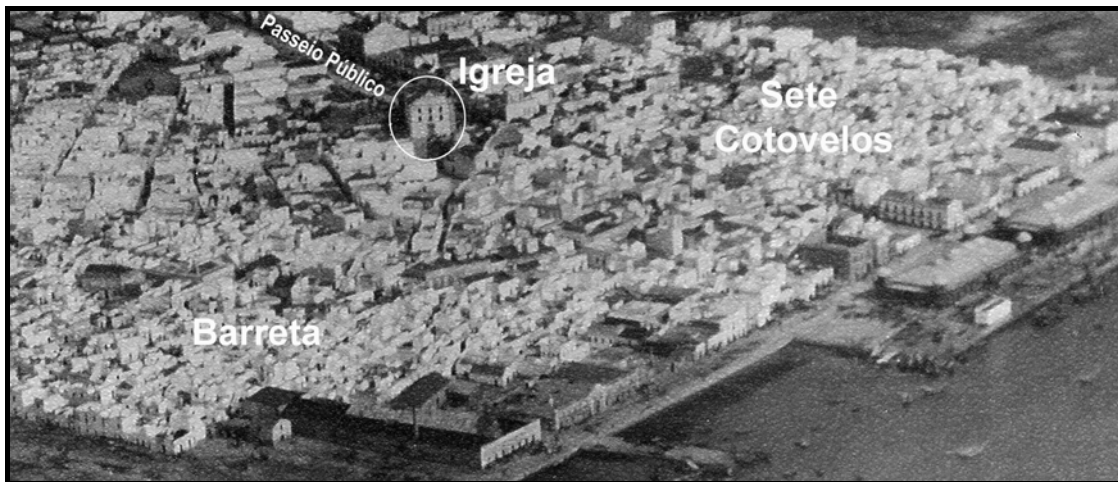


fig. 125 A Igreja de Nossa Senhora do Rosário. (A.H.M.O.)

Na leitura das Memórias Paroquiais de 1758, escritas pelo Prior Dr. Sebastião de Sousa ficámos a saber que a paróquia “estava situada quase no princípio do lugar pela parte do norte” fato que nos remete para os seus limites habitacionais que à data se cingiriam junto à Igreja. A norte da Igreja estavam situadas as fazendas, as hortas e as cercas.

A Feira

Para além dos elementos existentes mencionados acima foi acrescentado um outro elemento de importância comercial que terá contribuído também para a expansão da área: as Feiras. Realizadas em torno da Igreja Matriz e na área envolvente, o primeiro alvará da criação da Feira de Olhão foi emitido no ano de 1753, no entanto é possível que tenham começado algum tempo antes de forma espontânea. Através da leitura de alguns dos documentos mais antigos consultados no Arquivo Histórico Municipal de Olhão, percebemos que em Setembro de 1797 o eixo se designava rua nova junto à cerca da fábrica da Igreja e, passado menos de um ano, em fevereiro de 1798, designava-se: rua nova do campo da Feira. Esta última toponímia acabou por ser a que foi utilizada durante grande parte do séc. XIX¹¹³.

¹¹³ Processos de Foros (1797-1850) Registo de cobranças de foros (1797-1850).

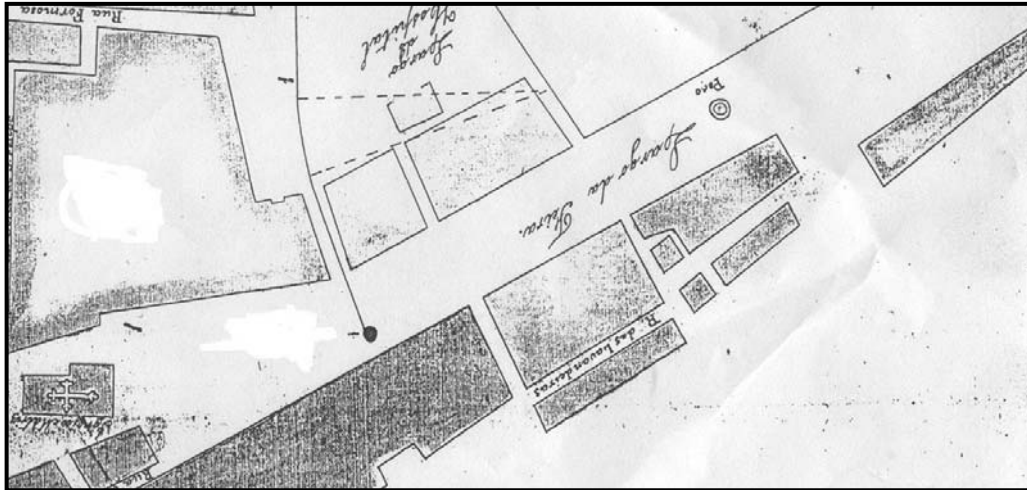


fig. 126 Segundo a cópia deste mapa¹¹⁴ o largo da Feira chegaria ao poço novo.

As feiras funcionavam num terreno aberto situado em redor e nas traseiras da Igreja, que possuía as funções de rossio, um espaço público não projectado. As feiras e mercados perduraram neste espaço até finais da década de setenta de oitocentos, data em que foram transferidos para o largo das prainhas na parte litoral oeste da Vila aonde havia um grande terreiro com as infra estruturas necessárias¹¹⁵. Este dado vem confirmar que a rua da Feira já não podia suportar este tipo de acontecimentos por falta de espaço e por estar a assumir outra importância urbana para a vila.

Acrescente-se-lhe que a urbanização das diversas cercas na parte noroeste, ao longo das primeiras décadas do séc. XIX e a consolidação urbana da baixa-mar, a partir da segunda metade do séc. XIX, contribuiu também para que o espaço vazio constituído ao longo da rua da Feira começasse a ser alvo de maiores atenções por parte da Câmara e do Administrador do Concelho, que periodicamente se deslocava à Vila.

O Passeio Público

Coube à Câmara o papel de primeiro interveniente na valorização da grande área que se estendia ao longo da rua da Feira. Em traços gerais compreendia uma acção estratégica de higienização e construção de infra-estruturas elementares para o seu

¹¹⁴ Obras Públicas do Distrito de Faro, Projecto definitivo do Ramal de Comunicação da Vila de Olhão com a estrada de Faro a Tavira. Planta, Perfil e tipo d'obra de arte. Direcção em Faro 14 de Março de 1862. Projectado por José Maria d'Almeida Garcia Fidié, Tenente de Engenharia. Aprovado por portaria de 17 de Junho de 1862. Copiado em 1 d'Outubro de 1866 por António Francisco de Britto.

¹¹⁵ Livro de Actas nº 8, f.36, Acta da sessão de 25 de Setembro de 1872.

desenvolvimento urbano. Tal acção ia ao encontro de alguns requerimentos de proprietários de fazendas e de habitações particulares que testemunhavam o péssimo estado da rua. O tema de discussão nas Sessões de Câmara passou a ser as obras que teriam de realizar nos poços velho e no novo. As obras estavam projectadas desde finais da década de trinta de oitocentos. Pretendia-se arranjar o poço velho e construir um caminho em calçada até ao poço novo, permitindo à população um melhor acesso a este equipamento, porque no Inverno se tornava intransitável.

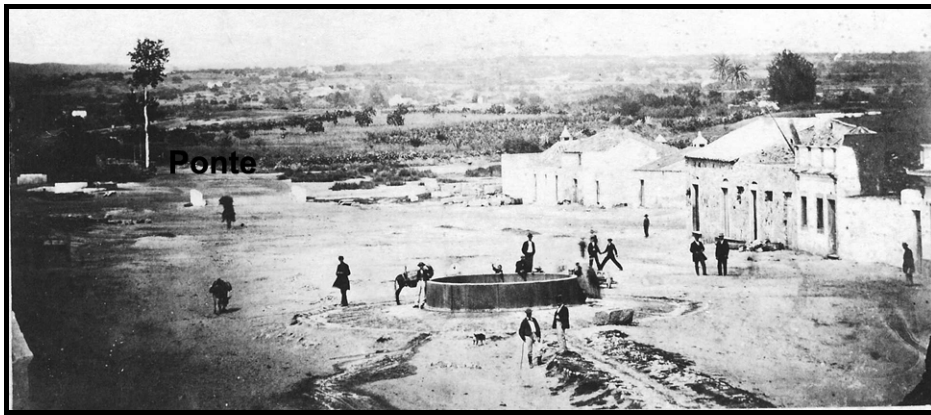


fig. 127 Extremo da rua da Feira com o poço novo ao centro. É possível verificar o mau estado do eixo. Fotografia tirada ainda no séc. XIX. (A.H.M.O.)

No entanto, à semelhança do que ocorreu com outras obras públicas, a Câmara não possuía a quantia necessária para a totalidade das obras e apenas pode resolver parte do problema.

Dos dois poços existentes, o poço velho e o poço novo que terá sido aberto em 1842¹¹⁶ (fig. 128), foi decidido no ano de 1864 que o primeiro seria tapado passando a ser um chafariz para as cavalgadas beberem¹¹⁷. Passados oito anos a obra ainda não estava concluída.

O mau estado do largo e rua da Feira continuou a ser tema de preocupação nas diversas Sessões da Câmara. Os responsáveis consideraram importante proceder ao aterro da área, que se compunha de terrenos alagadiços por onde passavam dois ribeiros e cuja cota era inferior em relação às restantes áreas. A título de curiosidade o

¹¹⁶ Livro de Actas nº 4, f. 90 v, Acta da sessão do dia nove de Junho de 1842.

¹¹⁷ Livro de Actas nº 7, f.31 v, Acta da sessão extraordinária de 26 de Setembro de 1864.

transporte das pedras foi executado com os carros particulares de alguns indivíduos da vila porque a entidade pública não possuía equipamentos próprios.

No seguimento do projecto de criação de novas infra-estruturas para a vila, em 1865 foi iniciada a construção do Passeio Público, equipamento fundamental para a requalificação da área¹¹⁸. Inserido numa perspectiva iluminista e romântica que privilegiava o elemento vegetal pela sua importância para a saúde fisiológica e psicológica da população, os responsáveis autárquicos procuraram responder a essa nova atitude através de uma política de ordenamento, embelezamento e de saneamento do espaço público da vila. O espaço em questão compreendia o largo da Feira e expandir-se-ia até junto à ponte no extremo norte. Iria possuir duas filas de árvores ao jeito das grandes avenidas e *boulevards* existentes nas principais cidades portuguesas e europeias.

Tomámos conhecimento através das Actas das Sessões de Câmara que a plantação de árvores havia começado antes. Em 1864, o vice-presidente considerou que deveria ser feita uma segunda tentativa de plantação “havendo mais cuidado com a escolha das árvores e com as covas”¹¹⁹.

O Passeio não foi construído na sua totalidade. Apenas uma parte, o 1º troço, o qual começava junto à Igreja e chegava ao poço (centro do passeio) foi concluído. O segundo troço foi iniciado em 1896.

A sociedade em Olhão estava a mudar e espelhava o despertar para a contemporaneidade. Um dos edifícios que protagonizou essa nova realidade, situado junto à Igreja Matriz e no início do Passeio Público foi a Recreativa Olhanense, que viria a ser frequentado por certa elite da vila.

¹¹⁸ Livro de Actas nº 7, f. 38, Acta da sessão de 8 de Fevereiro de 1865.

¹¹⁹ Livro de Actas nº 7, f. 6v, Acta da sessão de 9 de Março de 1864.



fig. 128 O edifício ao centro na fotografia estava localizado na rua da Feira. Foi mandado construir possivelmente na primeira metade do séc. XIX como habitação particular. Em 1858 o edifício passou a Sociedade Recreativa Olhanense. (A.H.M.O.)

A fotografia (fig. 129) foi tirada antes de 1865 uma vez que o Passeio Público ainda não tinha sido construído. O próprio edifício não estava concluído pois o torreão no lado direito não existia.

Para além deste edifício construído como habitação particular outros edifícios com certo porte burguês começavam a surgir no Passeio Público, sobretudo junto à Igreja Matriz, zona nobre por natureza. Pertencentes a comerciantes e proprietários, algumas habitações foram alvo de alinhamentos e outras, pelo seu mau estado foram totalmente demolidas e construídas de novo.

Em 1873, o 1º troço do passeio estava arborizado de modo uniforme com calçada junto às principais habitações¹²⁰. Todavia, as obras prolongaram-se pelo séc. XX (fig. 130).

A Feira foi mudada de local para um novo terreiro na parte ocidental da vila, dado que as suas características como equipamento público já não se encaixavam na nova concepção de espaço urbano compreendido no Passeio Público. No seguimento da reestruturação, a toponímia foi alterada passando de rua da Feira para Passeio D. Luís em 1877 e conjuntamente foram encomendados dez candeeiros para a sua iluminação¹²¹.

¹²⁰ Livro de Actas nº 8, f. 43 v, Acta da sessão de 28 de Fevereiro de 1873.

¹²¹ Livro de Actas nº 8, f. 140, Acta da sessão de 21 de Março de 1877.

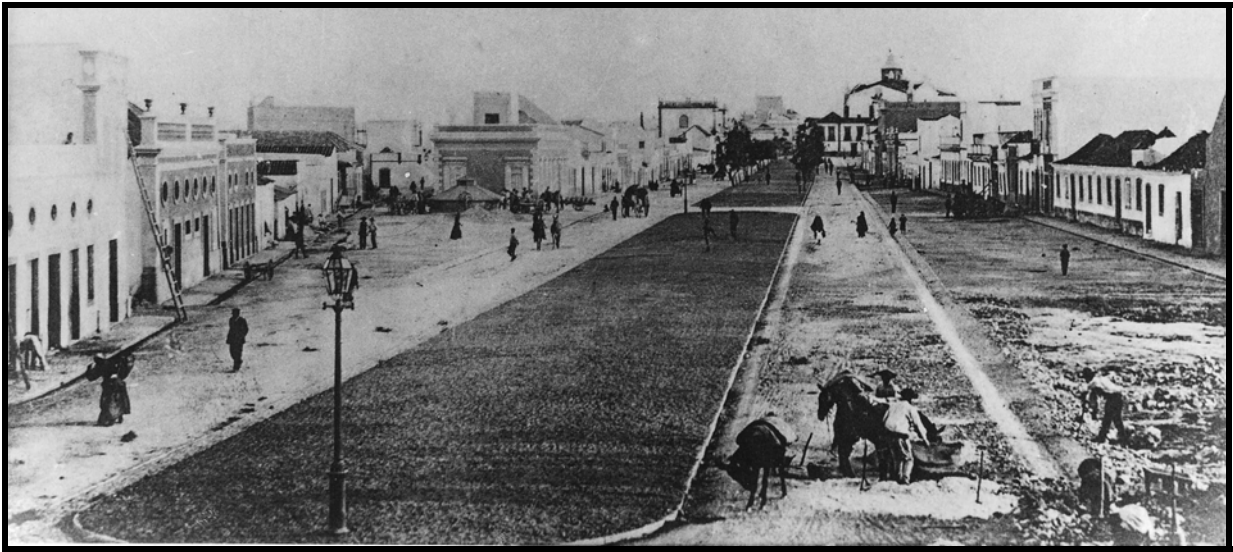


fig. 129 O Passeio D. Luís possivelmente na segunda década do séc. XX. (A.H.M.O.)

O Jardim

Em 1878 a Câmara achou por bem que se preparasse um terreno junto ao chafariz (antigo poço), local abundante em água, e nele fosse criado um viveiro de árvores e se construísse uma casa para um guarda que ficaria responsável por encher depósitos de água para abastecimento da população e guardar o arvoredo necessário para a continuação do Passeio¹²².

¹²² Livro de Actas nº 8, f. 208 v, Acta da sessão de Câmara de 20 de Novembro 1878.



fig. 130 O Jardim foi construído junto ao poço velho tendo em conta a sua proximidade com a água (à direita, o poço foi transformado em chafariz). (A.H.M.O.)

No entanto, e como síntese da reestruturação do espaço urbano pensou-se, passados alguns anos, na preparação de um jardim murado junto a um baldio próximo ao chafariz¹²³. Para a sua concretização teria que se expropriar parte de um terreno de uma horta de um particular¹²⁴. O jardim iria possuir também um gradeamento e um portão. Pela observação das fotografias notámos que o lado direito do jardim possuía um pequeno muro ao redor. É provável que o lado esquerdo do jardim tenha sido preparado posteriormente.

O Jardim Público não estava previsto no mapa de 1871/3, como tal não podemos descurar a possibilidade de ter nascido a partir do viveiro de árvores de forma espontânea e não como parte do projecto inicial. Contudo houve o cuidado de o integrar de forma coerente no Passeio.

¹²³ Livro de Actas nº 10, f. 33 e 33 v, Acta da sessão ordinária de 19 de Abril de 1893.

¹²⁴ Livro de Actas nº 10, f. 36, Acta da sessão ordinária de 24 de Maio de 1893.



fig. 131 Fotografia do Jardim Público designado Jardim João Serra. Fotografias tiradas a partir de 1942, ano em que o coreto foi inaugurado. (A.H.M.O.)

Junto ao elemento vegetal surgiu o coreto, inaugurado em 1942, tornou-se um complemento paisagístico indispensável nos jardins onde frequentemente havia concertos musicais. Segundo Antero Nobre o coreto estava ladeado por espelhos de água.

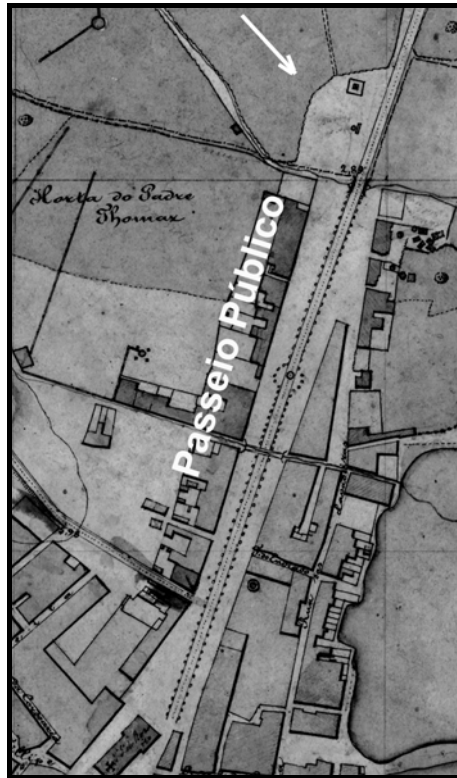


fig. 132 Projetou-se o Passeio Público mas o Jardim não existia. A seta remete para a sua localização. (mapa I.G.P.)

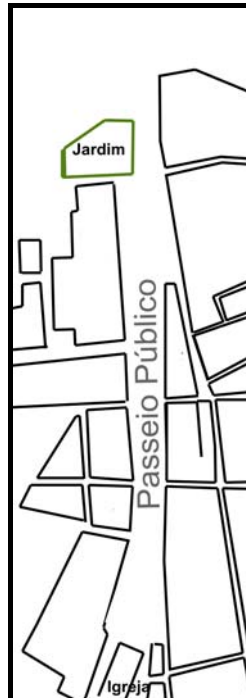


fig. 133 Através deste esquema feito a partir de uma fotografia aérea das primeiras décadas do séc. XX, conseguimos visualizar a localização correta do Jardim face ao seu entorno.

Análise Urbana

Os quarteirões

Após a apresentação e contextualização da requalificação da rua da Feira para Passeio Público atente-se no estudo dos primeiros quarteirões que surgiram e a sua dinâmica de evolução.

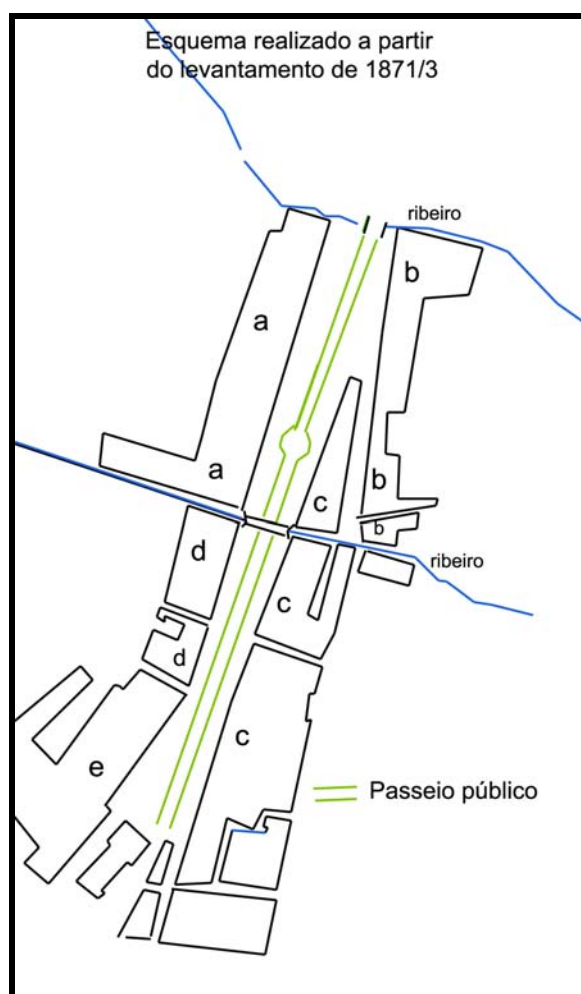


fig. 134 Esquema realizado a partir do levantamento topográfico de 1871/3.

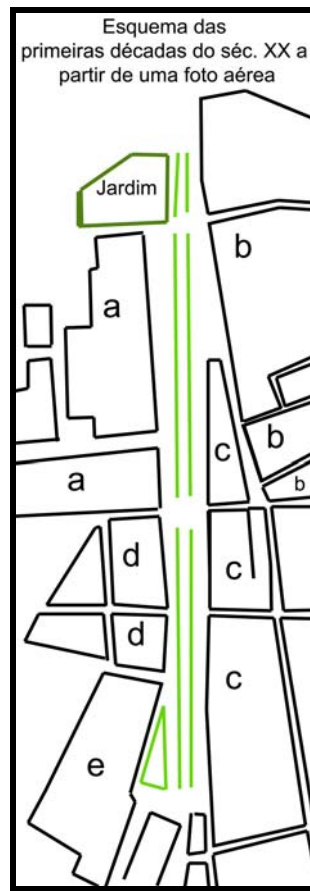


fig. 135 Esquema realizado a partir de uma fotografia aérea, com data posterior a 1925.

Traçámos dois esquemas com a ajuda de dois documentos iconográficos, o levantamento realizado entre os anos de 1871/3 (fig. 135), e uma fotografia aérea (fig. 136) posterior a 1925 (nota sobre a data: o Jardim João Lúcio, triângulo junto ao quarteirão (e) foi inaugurado em 1925 e já estava presente na fotografia).

Na leitura dos dois esquemas verificámos que houve modificações em relação ao projecto inicial (fig. 135). A grande modificação está relacionada com o elemento água. Os ribeiros e as pontes desapareceram dando lugar a ruas e o poço novo no centro do passeio foi tapado em 1898. Tais acontecimentos poderão estar relacionados com fatores de saúde pública e com a nova noção de espaço público.

Vejamos então a questão morfológica. Consideramos a hipótese de os primeiros quarteirões se terem desenvolvido junto aos principais equipamentos, os quais assumiam posições extremas: o poço, na parte mais a norte, e a igreja, na parte mais a sul. A mais valia da parte sul assentava no centro social e religioso propriamente dito e na proximidade com a baixa-mar. Entre estes dois equipamentos, a ponte situar-se-

iam algumas hortas e cercas com algumas habitações, que originariam os quarteirões designados com a legenda **(a)**. Na parte situada a este havia terrenos alagadiços, tal como já fizemos menção atrás. No entanto os diversos aterros possibilitaram o aparecimento de novos quarteirões **(c)**.

Grande parte dos quarteirões possui forma regular. As frentes maiores dos quarteirões davam para o Passeio e as partes menores, as frentes laterais, davam para as travessas. O único quarteirão um pouco diferente dos restantes foi o quarteirão **(c)**, cuja forma não se pode dissociar do quarteirão **(b)**, que poderá ter sido um dos primeiros a ser construído.

É um quarteirão com uma orientação diferente dos restantes. Embora, afastado do centro religioso, o quarteirão situava-se num ponto estratégico. Nas suas extremidades havia dois ribeiros, o poço velho, num primeiro momento e o poço novo aberto em 1832. Podemos ainda verificar a existência das últimas cabanas existentes em Olhão confirmadas por Antero Nobre, as quais deveriam ter sido demolidas em 1869. No entanto, uma pequena amostra ainda ficou patente no mapa (fig. 137). Junto a elas uma série de reservatórios de água (poços ou tanques), elementos que corroboravam a importância do quarteirão.

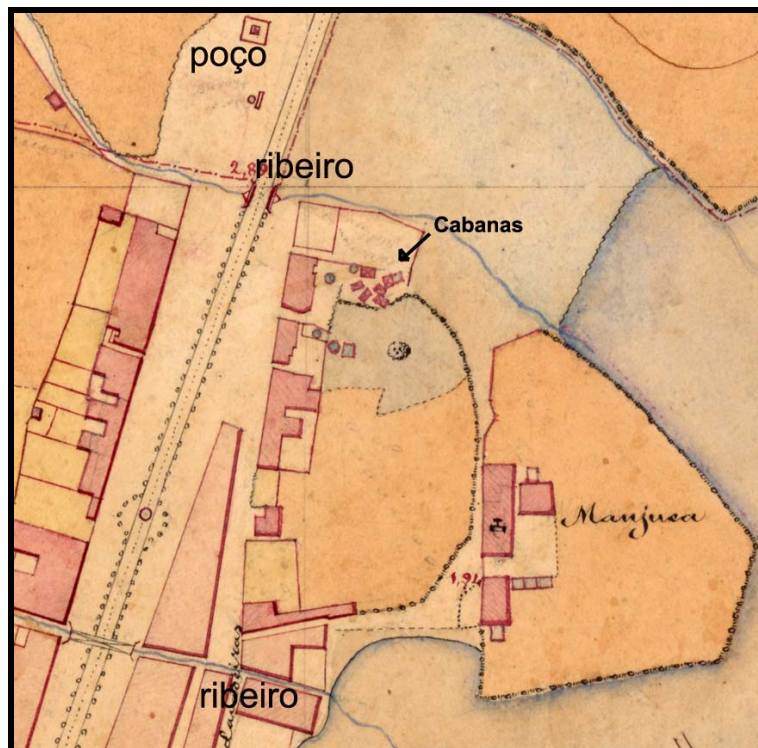


fig. 136 Cabanas representadas no mapa de 1871/3 (mapa I.G.P.)

Os eixos

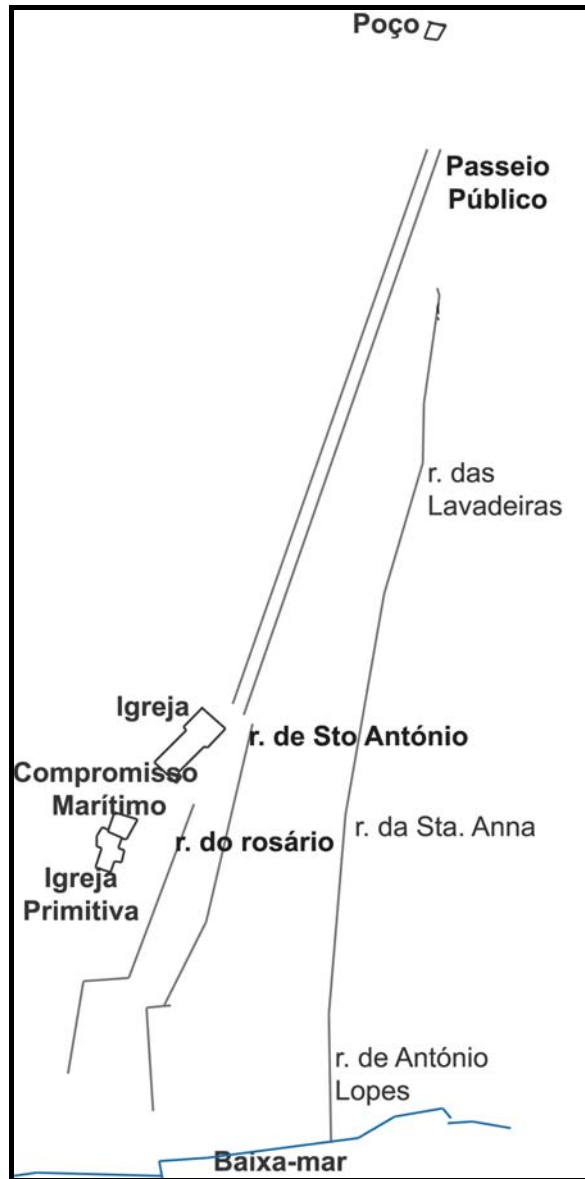


fig. 137 Principais eixos com parentesco formal com o Passeio Público. (esquema realizado a partir do mapa de 1871/3)

Foi estabelecida uma malha urbana contínua e de tipo linear e ocorreu a continuidade de alguns eixos (fig.138). Da esquerda para a direita: rua do Rosário, rua de Santo António, estas duas situadas mais a sul e um grande eixo constituído pelas ruas de António Lopes, Santa Anna e Lavadeiras. Todos desembocavam no Passeio Público. Dos três consideramos que a génese do Passeio terá vindo da rua do Rosário. Trata-se de um eixo central que se estruturou junto aos principais equipamentos religiosos e foi desenvolvendo características comerciais desde data remota. O Passeio terá sido um

prolongamento natural deste eixo que acompanhou assim a expansão da vila para norte a partir do séc. XIX. A título de curiosidade a rua do Rosário foi a primeira rua da vila a ser calçetada no ano de 1838, fato que testemunha a sua importância¹²⁵.

Para além da rua do Rosário importa ressaltar o grande eixo linear (fig.139) que foi traçado a partir da baixa-mar a sul nas traseiras do bairro dos Sete Cotovelos até ao poço situado a norte, que se constituiu pelas ruas António Lopes, Santa Anna e Lavadeiras. Estamos perante um dos eixos mais antigos de Olhão, cujas referências em documentos de arquivo remontam a finais do séc. XVIII.

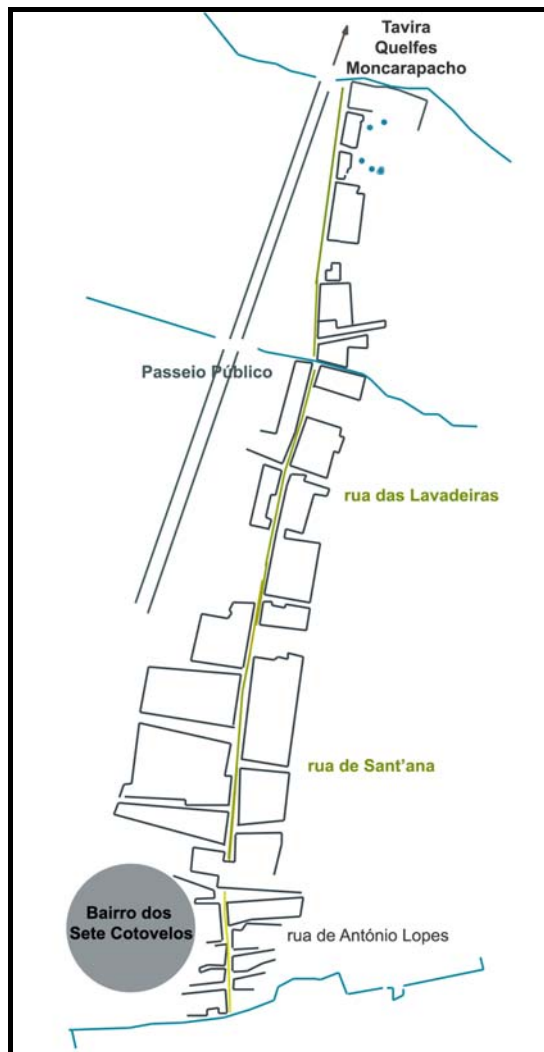


fig. 138 Esquema do extenso eixo linear. (esquema realizado a partir do mapa de 1871/3)

¹²⁵ Livro nº 2 , f. 70 v e f. 71, Sessão de 28 de Julho de 1838.

A sua génese está relacionada com o fato de ser um grande eixo que foi delineado por ser o percurso mais curto e possível entre o exterior do lugar de Olhão e a praia com o moinho do Levante ou do Sobrado. De referir que este tipo de eixo assume normalmente características comerciais, por nele haver grande circulação de pessoas. No entanto tal não aconteceu. É um eixo claramente com funções habitacionais. O grande pólo de desenvolvimento comercial estava situado no centro e a oeste da baía-mar. Por outro lado, os diversos cais a levante em finais do séc. XIX ainda estavam por reestruturar enquanto a parte oeste estava concluída com a construção dos cais e da praça do peixe¹²⁶.

O loteamento e a tipologia do edificado

Ao contrário dos quarteirões, observámos que o Passeio D. Luís apresentava um leque variado na dimensão dos lotes (fig. 140).

Junto à Igreja Matriz estão situados os lotes de maiores dimensões. Compostos de forma individual dão a entender que se tratavam de campanhas isoladas de reestruturações de casas ou construídas de raiz como pudemos verificar nalguns requerimentos feitos à Câmara por parte de alguns particulares abastados a partir da década de sessenta do séc. XIX. Embora tenham procurado respeitar o alinhamento do Passeio notámos que as novas fachadas possuíam uma linguagem eclética que testemunhavam uma nova classe de cidadãos mais abastados, ao contrário da maioria das habitações térreas existentes que se compunham ao longo do Passeio.

¹²⁶ Vide Capítulo I



fig. 140 O tracejado (de nossa autoria) delimita a atual extensão do lote da Recreativa (A). Junto à Recreativa desenvolveu-se uma outra habitação (B) (mapa C.M.O.)

Junto ao edifício da Recreativa assistiu-se à transformação de uma habitação, durante o séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX, que poderá ser um exemplo do que aconteceu a tantas outras habitações. Atente-se na evolução da pequena habitação nas seguintes imagens.



fig. 141 O edifício da Recreativa Rica, à direita, corresponde a um grande lote e, à esquerda, a pequena habitação que no mapa acima corresponde ao lote B. (A.H.M.O.)

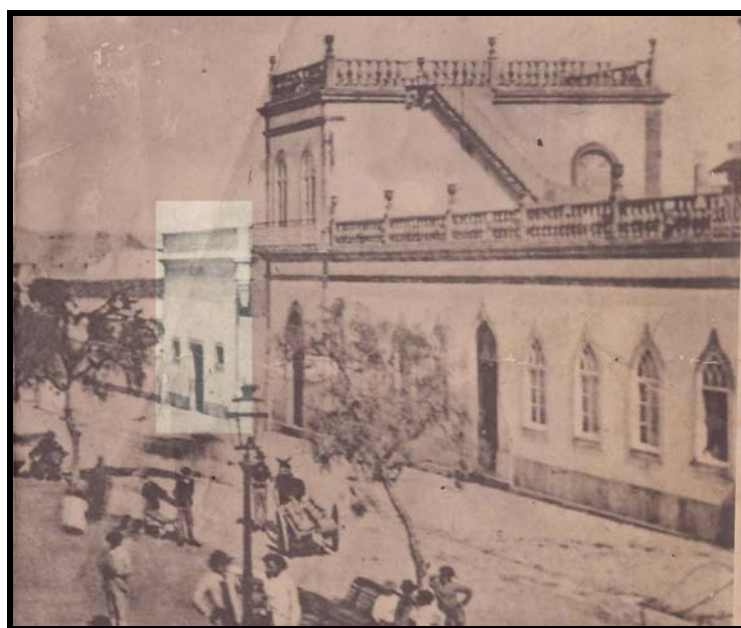


fig. 142 Tentativa de alguma nobilitação da habitação (lote B) com a construção da platibanda e da cornija. No entanto manteve os dois pequenos vãos. (A.H.M.O.)



**fig. 143 O edifício foi totalmente reestruturado. A fachada assume características ecléticas.
(A.H.M.O.)**

Nas ruas situadas a este do Passeio, os lotes (fig.145) possuem dimensão menor e uma modulação evidente nalguns quarteirões, onde ocorreu uma repetição de sucessivos elementos por justaposição em banda. Embora em menor número também aconteceu o mesmo cenário na parte central e norte do Passeio D. Luís. Os lotes são acentuadamente retangulares e desenvolvem-se em profundidade ocupando a extensão do quarteirão. Mais tarde ocorreu a subdivisão dos lotes e conseqüente descaracterização da rua que inicialmente de fundos passava, nalguns casos, a ser frente.



fig. 144 Modulação de alguns lotes (círculo branco) sobretudo os de pequena dimensão numa das ruas paralelas ao Passeio Público. (mapa C.M.O. 2002)

No que diz respeito à função dos lotes pudemos afirmar que no Passeio Público predominaram os lotes com funções habitacionais em prol dos lotes com funções comerciais, quer na vertente lote térreo quer na vertente lote com dois pisos. Neste último caso seria de esperar que a situação se invertesse dado a polivalência do lote mas só nalguns casos pontuais é que o piso térreo foi utilizado para o comércio.

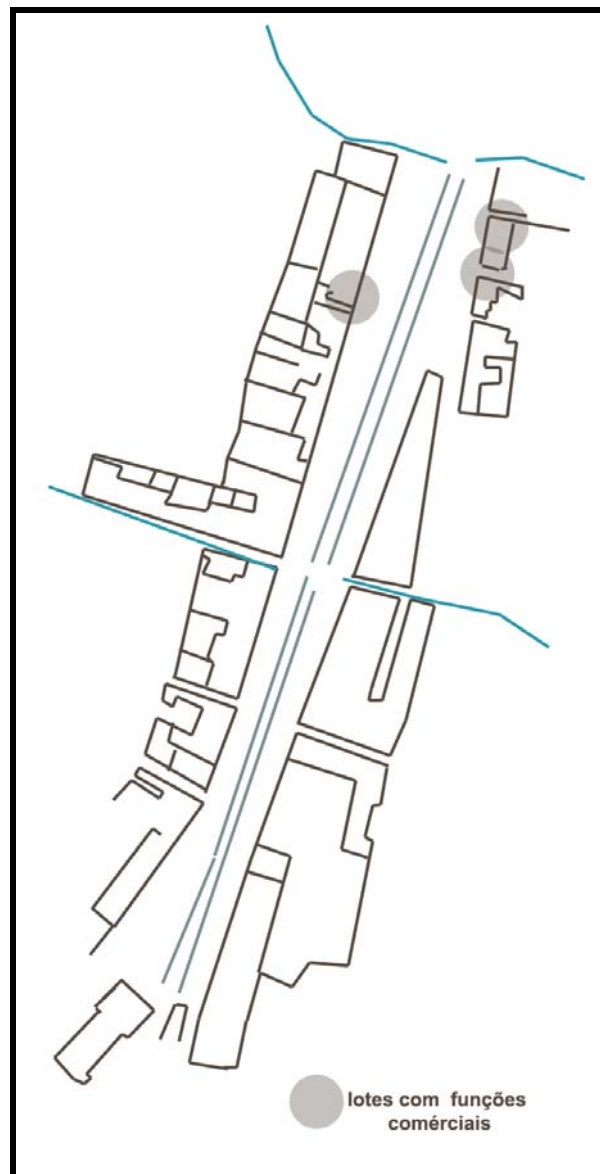


fig. 145 A partir do mapa de 1871/3 materializámos este esquema o qual, juntamente com as fotos abaixo, nos permitiu afirmar que o Passeio Público assumiu uma vertente habitacional em prol da comercial que ficou limitada a alguns lotes situados na parte norte. Essa situação poderá ter a ver com o fato de ser um ponto de concentração populacional.

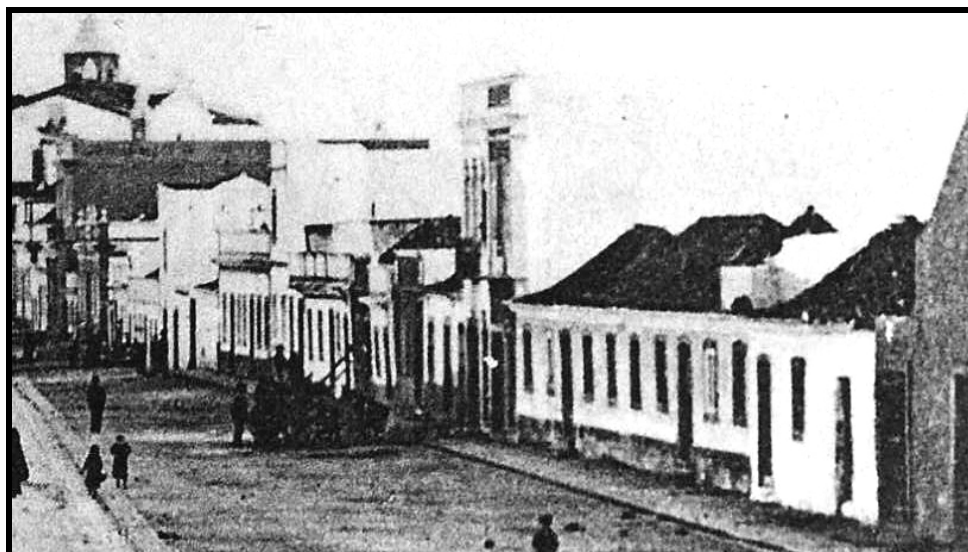


fig. 146 Frente oeste do Passeio Público nas primeiras décadas do séc. XX. A maioria das habitações ainda são térreas e com cobertura de telhado de tesouro. (A.H.M.O.)



fig. 147 Grande parte da frente oeste do Passeio Público. A fotografia é da segunda metade do séc. XX. Aparentemente continuava a haver um predomínio da valência habitacional. (A.H.M.O.)



fig. 148 Frente este do Passeio Público junto à ponte. Os lotes são térreos. As fachadas mais escuras correspondem a habitações e as mais claras correspondem a comércio. (A.H.M.O.)



fig. 149 Frente este do Passeio Público. À exceção dos lotes mencionados acima, situados junto à ponte, os restantes, sobretudo os que estão em primeiro plano possuem características habitacionais. Nesta fotografia tirada algum tempo depois da primeira notámos que houve alterações nalguns lotes em que foram construídos um piso superior e, nesse caso, o piso térreo foi utilizado para a componente comercial. (A.H.M.O.)

Após a análise das diversas imagens e do esquema podemos afirmar que apenas se notou algum desenvolvimento comercial no quarteirão situado no extremo norte na frente este do Passeio, o qual consideramos que se deve ao fato de constituir um ponto de concentração populacional (inicialmente o poço, as entradas e as saídas da vila junto à ponte, o Jardim Público, o Hospital, logo do outro lado da ponte, e mais tarde o comboio e a estação das camionetas).

No entanto, à entrada do séc. XX o pólo comercial da vila ainda estava concentrado junto à baixa-mar e na rua do Rosário.



fig. 150 Rua do Rosário. (A.H.M.O.)

Embora não tenhamos dado desenvolvimento ao estudo da av. Bernardino da Silva, resta-nos referir que apenas a partir do início do séc. XX começaram a surgir os primeiros lotes de grandes dimensões de habitações unifamiliares relacionadas com o desenvolvimento económico da indústria conserveira, ao sabor de um gosto particular diverso.

Em baixo podemos testemunhar alguns exemplos desse tipo de habitação. Destacando aqui a Vila Garrocho, que surge nas imagens abaixo em dois contextos diferentes. A imagem da esquerda está mais próxima da sua origem, que remonta a um período anterior à criação da avenida. A habitação está circundada por vegetação diversa, cujo fim devia possuir carácter lúdico.

A imagem da direita corresponde a um período, possivelmente finais da década de oitenta princípios da década de noventa. A habitação estava à venda e algum tempo depois seria deitada abaixo para dar lugar a um prédio multifamiliar de grande porte. Tratou-se de uma situação repetida em toda a extensão da avenida, originando um declínio na qualidade arquitectónica dos diversos edifícios.

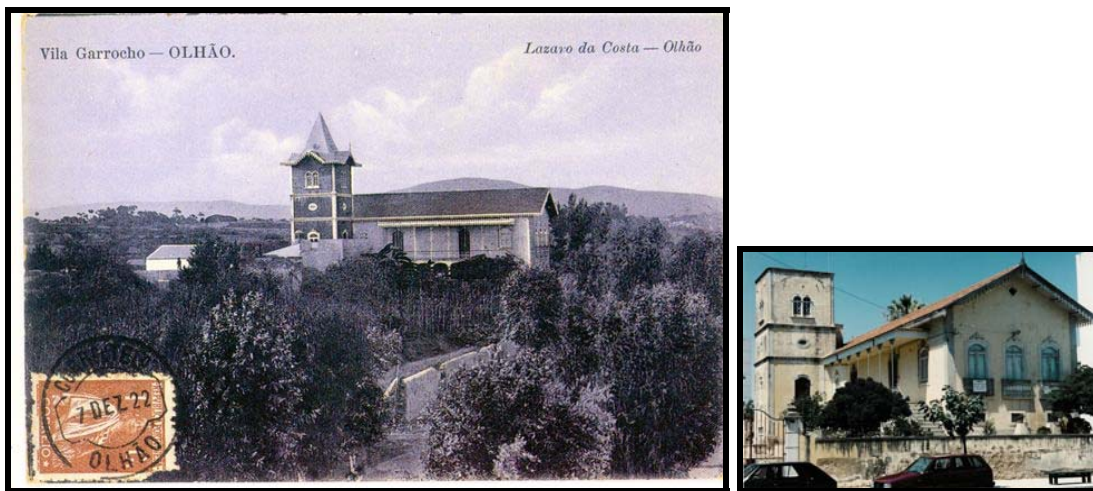


fig. 151 “Vila Garrocho” habitação tipo veraneio situada na face oeste da av. Bernardino da Silva.
(A.H.M.O.)



fig. 152 Habitação no 1º piso e comércio no piso térreo, possivelmente do primeiro quartel do séc. XX, na qual se conjugou uma série de linguagens estéticas onde o elemento decorativo é uma constante (foto DGMN).



fig. 153 Outro exemplo de uma habitação unifamiliar construída no início do séc. XX, na qual se destaca alguns elementos de Arte Nova (azulejos na cornija da fachada) e elementos ecléticos (a fonte antecedendo o piso nobre, a escadaria dupla, o muro com as guaritas, entre outros), os quais estão relacionados com a imagem de poder que o proprietário pretendia conquistar.

Em jeito de conclusão verificámos que o Passeio D. Luís nasceu do prolongamento da rua do Rosário e a av. Bernardino da Silva, cuja inauguração remonta ao ano de 1926, nasceu da expansão para norte do Passeio D. Luís. Embora os três eixos partilhem o mesmo propósito, a ligação dos diversos aglomerados urbanos situados no exterior com a baixa-mar, cada um deles teve um tempo próprio de evolução, que é coincidente com as principais fases da evolução urbana de Olhão abordadas ao longo desta dissertação.

No que diz respeito à rua do Rosário cabe-nos evidenciar dois momentos de evolução. Num primeiro momento caracterizou-se pelo seu traçado secundário em relação aos restantes eixos existentes, os quais tinham uma orientação paralela à baixa-mar e neles se posicionavam as frentes maiores dos quarteirões. Por outro lado as frentes menores dos mesmos quarteirões davam para a rua do Rosário.

Num segundo momento, o eixo passou a assumir uma maior importância. As frentes maiores dos quarteirões davam para a rua e junto a ela constituíram-se os principais equipamentos do séc. XVIII (Igreja Matriz e o Compromisso Marítimo).

A passagem formal da rua do Rosário para o Passeio D. Luís é claramente observável. O mesmo não se pode dizer do Passeio em relação à av. Bernardino da Silva cuja largura do eixo é bastante semelhante.

O que aparentemente é menos regular no Passeio é a estrutura formal dos quarteirões, que possuem a face maior direccionada para o Passeio, eixo principal e estruturador da restante malha urbana. As suas dimensões e formas diferem de uns quarteirões para os outros. Por outro lado, os quarteirões existentes na avenida constituíram uma malha urbana ortogonal.

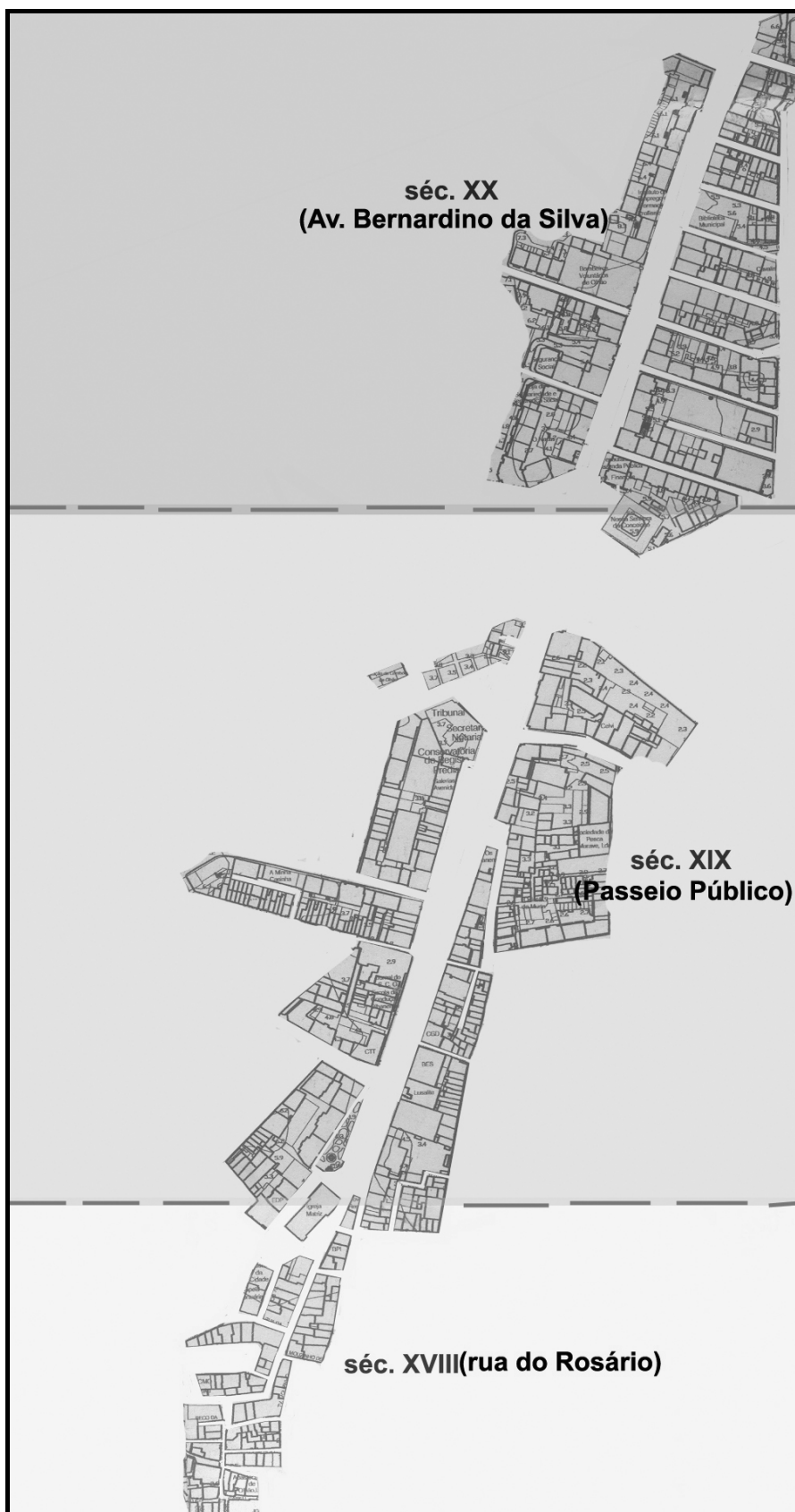


fig. 154 Síntese da evolução urbana dos três eixos ao longo de três séculos. (adaptação do mapa C.M.O. 2002)

Conclusão

Na presente dissertação procurámos apresentar e estudar a ocupação e evolução urbana de Olhão.

Apresentámos as três áreas. A primeira área foi a praia do Olhão e toda a baixa-mar, a segunda área foi a área situada a poente das Igrejas de Nossa Senhora do Rosário e da Soledade. Por último, a terceira área foi o Passeio Público situado na atual av. da República.

Estudámos as três áreas. Na praia do Olhão verificámos que de um aglomerado de cabanas, formado a partir do séc. XVII, começou a ser construído o bairro da Barreta e o bairro dos Sete Cotovelos, áreas habitacionais.

Outros bairros foram surgindo na baixa-mar, a partir do séc. XIX, o bairro do Pelourinho, junto à Alfândega, com funções administrativas e habitacionais e os bairros do Manuel Lopes e do Gaibéu no lado poente da Alfândega, uma frente urbana com funções comerciais/industriais e habitacionais.

Uma nova área foi alvo de diversas campanhas urbanísticas entre os finais do séc. XVIII e as primeiras décadas do séc. XIX. Espaço anteriormente ocupado por hortas, cercas e fazendas que acabaram por desaparecer dando lugar a inúmeros quarteirões e eixos, criando uma nova área habitacional com alguma indústria (cordoaria, ferraria e fornos de pão). Possivelmente, a expansão desta área esteve relacionada com a sobrelotação dos bairros da baixa-mar.

A terceira área corresponde a um grande eixo, que de início era um caminho que fazia a ligação entre as freguesias rurais, sobretudo, com S. Sebastião de Quelfes, e a praia do Olhão. A sua expansão terá sido contemporânea da construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1698-1715). Com o aumento da freguesia até ao poço (limite norte da av. da República) começaram a aparecer as primeiras habitações junto ao caminho onde também já existiam algumas hortas no lado oeste. No lado este havia sobretudo sapais e terrenos alagadiços. A feira passou a ser realizada neste local em meados do séc. XVIII e em pleno séc. XIX, passou a ser Passeio Público.

Das três áreas estudadas, e em jeito de balanço, evidenciamos o seguinte:

No bairro da Barreta, situado entre o mar a sul, os sapais a oeste e as hortas e cercas a norte, sempre que o terreno o permitiu, houve o cuidado em estabelecer uma malha

urbana tendencialmente regular, com um tipo de loteamento uniforme e habitações com medidas normalizadas. Porém, houve situações em que tal não aconteceu. Apontamos alguns motivos. São espaços onde se cruzavam diversos eixos e permaneceram como vazios espontâneos. São espaços onde se encontravam os extremos de alguns quarteirões e houve dificuldade em criar soluções para o entorno. Por último, são vazios em que se retirava umas varas para a construção ou acrescento de um lote.

O aspecto caótico e irregular do bairro e área em redor não está patente na estrutura urbana, mas na estrutura do lote, cujo processo evolutivo aconteceu de acordo com a necessidade do seu proprietário. De início o lote retangular ter-se-á composto de casa térrea e quintal. A casa térrea possuiria uma casa de fora, cozinha e uma alcova nalguns casos. Começa a haver uma disposição para a subdivisão do lote nos fundos e na criação de um piso superior, formando-se um cenário que visto de cima parecia um amontoado de pequenas habitações, os mirantes, que se sobrepuseram umas em relação às outras.

No que diz respeito ao tipo de cobertura, não podemos afirmar qual o tipo predominante nas primeiras casas, fato esse que implicava um estudo mais pormenorizado que está por desenvolver, de forma a se poder entender uma série de questões em torno das açoteias.

Tomando como base a observação do arquivo de fotografias antigas sobre Olhão, que se situam entre os finais do séc. XIX até à primeira metade do séc. XX, pudemos afirmar que houve vários tipos de cobertura, cada um com uma função. Telhados de tesouro (cobertura existente em casas de fora. Identificámos um junto à Barreta, inúmeros na área a poente das Igrejas e no Passeio Público, e vários no bairro dos Sete Cotovelos), telhado de uma água (pequenos anexos que se foram acrescentando sobre a açoteia. No bairro dos Sete Cotovelos houve inúmeros exemplos. Observou-se alguns na Barreta). Por último, a açoteia (cobertura com o sistema de dormentes que terá sido utilizado na Barreta; cobertura total com abóbada de berço abatida, em armazéns situados no bairro do Manuel Lopes e do Gaibéu, e nalgumas habitações na área a poente das Igrejas; cobertura da casa de fora com abóbada de perfil esférico em habitações na área a poente das Igrejas; cobertura com abóbada de perfil esférico em cada divisão –quartos, cozinha- com exceção da casa de fora que possuía telhado de tesouro, em habitações situadas a poente das Igrejas e numa habitação situada na rua

do Solposto; coberturas de lajes de betão situadas nas açoteias das três áreas em data que rondará as primeiras décadas de novecentos).

Em termos gerais, e tendo como referência a observação das fotografias que apenas deixam antever o que existia no momento em que foram tiradas, afirmamos que houve um predomínio de açoteias nos bairros da Barreta e dos Sete Cotovelos. E houve um predomínio de telhados de tesouro nas áreas a poente das cercas e na rua da feira. De referir que ambos coexistiram na mesma habitação. O telhado de tesouro foi utilizado na casa de fora e a açoteia foi utilizada em todas as divisões.

Tanto na área correspondente ao povoamento das cercas como na área correspondente ao Passeio Público, a cobertura de telhado de tesouro desapareceu por completo dando lugar às açoteias. Por outro lado quando não desapareceu ficou escondido atrás das platibandas. Trata-se de um fenómeno que aconteceu sobretudo a partir das primeiras décadas do séc. XX. Na eventualidade de ter ocorrido o mesmo fenómeno de passagem de telhado de tesouro para a açoteia nos bairros da Barreta e dos Sete Cotovelos, pensamos que terá sido anterior ao séc. XX, porque nos primeiros anos de novecentos já João Lúcio divulgava na sua poesia a peculiaridade das açoteias.

Se o uso massificado das açoteias nos bairros advém do contacto dos pescadores de Olhão com os portos do norte de África em finais do séc. XVIII, então as açoteias são um fenómeno que se desenvolveu ao longo do séc. XIX. Curioso é notar que em meados do mesmo século se constrói utilizando a cobertura em telha, como por exemplo as habitações no bairro do moinho da Barreta.

Um outro fator, de ordem prática teria que se ter em conta: a questão do espaço. Tendo em conta a reduzida dimensão do lote e o pouco espaço existente nas ruas, a açoteia tornava-se o logradouro, local onde se preparava as lides da pesca e as atividades quotidianas.

Deixamos ainda outra dúvida em relação a um elemento estrutural. Porque é que o mirante se localiza no centro ou nos fundos do lote e não à frente? Será que na frente das habitações da Barreta e dos Sete Cotovelos, tal como nas habitações da área das cercas, também havia telhados? Poderá o traçado das casas dessa área das cercas ter sido influenciado por um modelo pré-existente na Barreta?

À parte as dúvidas que ficam para reflexão, estudámos ainda outros pontos. No bairro dos Sete Cotovelos os lotes possuíam uma dimensão maior do que os da Barreta e os

vãos eram ornamentados com motivos florais, em oposição aos da Barreta que eram lineares e, embora tivessem um ou outro motivo, ele era regular. Esse fato poderá ser um dado indicador de maior poder económico existente no bairro dos Sete Cotovelos.

Na segunda área aferimos que houve um processo, de cerca de cinquenta anos, decorrido na passagem de uma área rural para uma área urbana. É uma grande área habitacional, onde predominou o lote retangular alongado, constituído por casa de entrada, com cobertura de telhado de tesouro e restante cobertura em açoteia. O logradouro tinha escada de acesso à açoteia, poço e muros altos com porta.

A primeira e a segunda área partilham da mesma tipologia de lote. Na segunda área também se construiu um primeiro piso, o mirante, sobre a cobertura de açoteia, mas os logradouros continuaram a existir como tal. A manutenção deste espaço poderá ter a ver com questões sanitárias e por se tratar de habitações de maiores dimensões.

A particularidade da terceira área, o Passeio Público, é a existência de um projecto. Como se referiu nas Actas de Sessão de Câmara, houve uma estratégia de intervenção urbana para o respetivo espaço que procurava solucionar uma série de questões: o saneamento básico, a circulação e a estética da vila.

Por fim, verificou-se nos três casos, e decorridos três séculos, a persistência de uma tipologia de habitação popular, onde se preservou algumas normas estruturais, espaciais e decorativas que se evidenciavam pela simplicidade formal. Embora situado no litoral, a praia do Olhão estava rodeada de inúmeras propriedades agrícolas onde há algum tempo se aplicavam este tipo de normas.

A tipologia de casa térrea acabou por se transformar. A prosperidade económica levou a algumas alterações na fachada, escondeu-se o telhado de quatro águas com a platibanda e construiu-se mirantes e contra-mirantes com platibandas também ornamentadas.

Foi nossa preocupação, num dado momento, esquecer tudo aquilo que se dizia e se escrevia sobre Olhão. Uma série de frases feitas e de quadros típicos foram postos de parte. Esquecemos as açoteias, esquecemos a cidade com bairros de ruas sinuosas e estreitas, de cariz islâmico, de planta mourisca, as ruas que faziam lembrar uma Medina. Procurámos Olhão através da observação e análises de mapas, através do estudo da documentação de arquivo. A certa altura os pré-conceitos tornaram-se elementos sem importância face ao que começava a surgir. Se pensávamos que Olhão

surgiu de modo caótico, como as cabanas, tal não correspondia à verdade. Nem as cabanas terão tido uma disposição irregular, nem os primeiros quarteirões terão sido dispostos da mesma forma. O espaço urbano começou a ser estruturado a partir de uma relação coerente e equilibrada com o entorno. O mar, as hortas e os sapais tornaram-se condicionantes para o desenvolvimento das três áreas, embora também tenha havido a capacidade de contornar essas dificuldades.

Os pontos acima enumerados constituem o nosso contributo para o caso de estudo. Tendo como título: “Evolução Urbana ...”, não se pretendia uma investigação profunda sobre as áreas, mas importava evidenciar qual o papel de cada área no contexto urbano geral. Porém, notámos que a área situada na antiga praia do Olhão se revelava plena de complexidades e especificidades que obrigaram a um estudo mais pormenorizado.

Pensamos que a realização deste trabalho abre a porta a uma multiplicidade de estudos que são necessários levar a cabo, em qualquer uma das áreas estudadas, tal como noutras que ficaram por estudar.

Fontes

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Olhão

Fundo documental da C. M. O.

– Património – Património da Câmara

Órgão do Município Câmara Municipal

Actas das Sessões das Vereações, 1826-1951 /34 livros:

Livro nº 1 de Actas de 28 de Agosto de 1826 a 16 de Agosto de 1837

Livro nº 2 de Actas de 19 de Agosto de 1837 a 19 de Dezembro de 1838

Livro nº 3 de Actas de 19 de Dezembro de 1838 a 1 de Julho de 1840

Livro nº 4 de Actas de 1 de Julho de 1840 a 9 de Agosto de 1842

Livro nº 5 das Actas da Câmara Municipal do Concelho de Olhão de 9 de Agosto de 1842 a 22 de Julho de 18[?]

Livro nº 6 de Actas de 22 de Julho de 1851 a 11 de Janeiro de 1864

Livro das Actas nº 7 de 11 Janeiro de 1864 e Sessões de Câmara Municipal de Olhão.

Livro das Actas nº 8 de 1871 a 1874

Livro das Actas nº 9

Livro de Actas nº 10, 1891 – 1902

Livro de Actas nº 11 de 1911 a 1913

Autos de inauguração de obras, visitas oficiais, etc.

Livro de autos de inaugurações de obras, visitas oficiais, etc.

Livro nº 2 Mapa da população do Concelho d'Olhão feito pelos Parochos no anno de 1862

Processos de Emprazamento (1756-1809)

Autos de Vistoria

[uma capilha] – Auto das obrigações a que se submete a Câmara Municipal para mandar construir um cais ou muro de resguardo no local e segundo a respectiva planta, que abrigue a povoação das inundações provenientes das grandes marés – 1866

Autos de Vistoria (1847-1873)

- Autos de Vistoria, medição, confrontação e avaliação de uma porção de terreno no sítio das Prainhas desta Vila de Olhão a requerimento de Manuel António, marítimo desta mesma Vila.

-Autos de vistoria para aforamento de uma porção de terreno desta Vila feito a requerimento de Joaquim António da Silva Reis, oficial de Carpinteiro da ribeira, residente na mesma Vila.

-Autos de vistoria, medição e avaliação de um terreno baldio sito no lugar das prainhas desta Vila a requerimento do Doutor Joaquim José Lopes desta mesma Vila.

-Autos de Vistoria, medição, avaliação e aforamento de um terreno no bairro do moinho desta Vila a requerimento de João Batista Pepe.

Processos de Foros (1797-1850)

Registo de cobrança de foros (1797-1850)

Registo de títulos de foros (1827-1937)

Processos de aforamento (1844-1914)

Autos de Vistoria, demarcação, medição e avaliação de foros (1847-1873)

Reconhecimento de foros (1849-1872)

Registo de cobranças de foros (1797-1850)

Relação de títulos de foros (1827-1837)

Processos de aforamentos (1844-1880-1914)

Recenseamento da população -Estatística da população da Vila de Olhão de 1868

Rol de Confessados da Freguesia da Vila de Olhão no ano de 1887, contendo toda a população nela existente nos meses de Janeiro a Fevereiro do dito ano

Obras de Consulta

AA VV, *Arquitetura Popular em Portugal*, Lisboa, Associação Arquitetura Portuguesa, 3ªed., 1988.

BENEVOLO, Leonardo, *As origens da urbanística moderna*, Lisboa, Editorial Presença, s.d..

BONNET, Charles, *Memória sobre o Reino do Algarve, Descrição Geográfica e Geológica*, (Trad. de Maria Armanda T. Ramalho Viegas, 1990) Vila Real de Santo António, 1850.

BRANDÃO, Raul, *Os Pescadores*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1986.

CALDAS, João Vieira, CALDAS, João Vieira, *A Arquitetura Rural do Antigo Regime no Algarve*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), vol. I., Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, 2007.

CALLIXTO, Carlos Pereira, “A Fortaleza de São Lourenço da Barra de Faro”, in *Anais do Município de Faro*, nº VIII, Faro, C. M. Faro, 1978.

CARVALHO, Sérgio Luís, *Cidades Medievais Portuguesas - Uma introdução ao seu estudo* -, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

CASCÃO, Rui, “Demografia e sociedade” in *História de Portugal*, vol. V, (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 425-439.

CASCÃO, Rui, “Vida quotidiana e sociabilidade” in *História de Portugal V* vol. (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 517-541.

CAVACO, Carminda, *O Algarve Oriental – As Vilas, o Campo e o Mar*, vol.2, Faro, Gabinete do planeamento da região do Algarve, 1976.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, *Da Vila Cercada à Praça de Guerra, Formação do Espaço Urbano em Almeida, (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

CORREIA, José Eduardo Horta, “A importância da Arquitetura de Programa na História do Urbanismo Português”, in *V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Faro, Universidade do Algarve, F.C.S.H., D.H.A.P., 2001, pp.161-169.

CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz, “Para o estudo das elites do Algarve no Antigo Regime, Fidalgos, nobres e demais privilegiados no poder concelhio” in *Tabardo*, nº 2, Lisboa, Universidade Lusíada / Livraria Bizantina, 2003, p.72.

CRAVINHO, Ana, “Arquitetura Vernácula no Algarve – Diferentes sub-regiões, diferentes tipos de edificadros” in *Revista Pedra & Cal* nº 25, Janeiro-Março, 2005.

CRUZ, Glenda Pereira da, “Permanência e renovação da urbanística medieval portuguesa no Brasil” in *Actas do Colóquio Internacional – Universo Urbanístico Português 1415-1822-*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

FEIO, Mariano, *Le Bas Alentejo et l’Algarve*, Évora, Instituto Nacional da Investigação Científica, 1983.

FONSECA, Fernando Taveira da, “Elites e classes médias” in *História de Portugal V* vol. (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.459-477.

GIRÃO, A. de Amorim, *Lições de Geografia Humana*, Coimbra, 1936.

GIRÃO, A. de Amorim *Geografia de Portugal*, 3ª ed., Porto, Portucalense Editora, 1960.

IRIA, Alberto, “O Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração (Subsídios para a história das Corporações de mareantes e pescadores do Algarve) ” in *Mensário das Casas do Povo*, nº112, 115,116,118,118,120,121,123, 124, Outubro de 1955 a Outubro de 1956.

IRIA, Alberto, *Da importância geo-política do Algarve na defesa marítima de Portugal nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976.

JORGE, Filipe (fotografia), PESSOA, Fernando Santos, BERNARDES, João Pedro, CORREIA, José Eduardo Horta, COSTA, Miguel Reimão, GUERREIRO, João Pinto, (textos) in *Algarve visto do céu*, Faro, Argumentum Edições, 2005.

LAPA, Albino, *Olhão __ A «Sempre Moira» e o Compromisso dos Pescadores*, Lisboa, 1975.

LOPES, Francisco Fernandes, “Olhão” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XIX, Lisboa/ Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada., s.d.,pp. 293-302.

LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve*, 1º Vol., Algarve em Foco Editora, 1841.

LOPES, Maria Antónia, “Os pobres e a assistência social” ” in *História de Portugal*, V vol. (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 501-515.

MADEIRA, Teresa, ”Estudo morfológico da cidade de S. Tomé no contexto urbanístico das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa” in *Actas do Colóquio Internacional – Universo Urbanístico Português 1415-1822-* , Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1660-1773*, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1988.

MARTINS, José António de Jesus, *Olhão, uma Aldeia de Pescadores em 1790 (aspectos Socioeconómicos)*, V. R. S. A., edição do Autor, 1994.

MASCARENHAS, J. Fernandes, *Acerca da Antiguidade das Freguesias de Quelfes e Pechão e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Olhão e sua Primitiva Confraria*, Olhão, Separata de “A Voz de Olhão”, Por Terras do Algarve, Ensaios de História e Arqueologia, 1987.

MATEUS, Isa, “A Igreja de São Sebastião de Quelfes” in *Anais do Município de Faro*, vols. XXVII / XXVIII, Faro, C.M. Faro, 2000, pp. 225-293.

MENDES, António Rosa, “Um documento precioso” in *O Manuscrito de João da Rosa*, Edição atualizada e anotada, Olhão, C.M. de Olhão, 2008, pp. 3-6.

MENDES, J. Amado, “Evolução da economia portuguesa” in *História de Portugal V* vol. (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 315- 323.

NEVES, José, *Estudos Geográficos e Históricos sobre Faro e a Formação Lagunar do Sotavento Algarvio*, Torres Novas, Gráfica Almodina, 1981.

NOBRE, Antero, *Estudos Algarvios, Do “ Logo do Olham” à “Vila do Olhão da Restauração”*, Lisboa, Casa do Algarve, 1959.

NOBRE, Antero, *O Termo de Olhão*, Olhão, Edição do Autor, 1974.

NOBRE, Antero, *A População Olhanense. Sua Origem e Evolução*, Olhão, A voz de Olhão, 1983.

NOBRE, Antero, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, Olhão, A voz de Olhão, 1984.

NOBRE, Antero, *Cronologia Geral da História de Olhão da Restauração*, Olhão, A voz de Olhão, 1985.

NOBRE, Antero, *Opúsculos Históricos de Olhão*, (coord. científica de António Rosa Mendes) Olhão, Município de Olhão, 2008.

OLIVEIRA, F. X. Ataíde de, *Monografia do Concelho de Olhão*, (s.l.), Editora in Foco, 1906.

OLIVEIRA, Marta (coord.) “O desenho da cidade: contribuição para o seu estudo” in *Actas do Colóquio Internacional – Universo Urbanístico Português 1415-1822-*, Lisboa, *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*, 2001.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1987.

RIBEIRO, Orlando, “Açoteias de Olhão e telhados de Tavira – Influências orientais na arquitetura urbana” in *Geografia e Civilização – Temas Portugueses*, 3ª ed., Lisboa, Livros Horizonte Lda, 1992, pp. 53-146.

ROSSA, Walter et alii, “Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico” in *V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Faro, Universidade do Algarve, F.C.S.H., D.H.A.P., 2001, pp. 61-80.

SALGUEIRO, Teresa Barata, *A Cidade em Portugal, Uma Geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1992.

SOUTO, Henrique, “A Pesca: Condicionalismos e Evolução”, in Raquel Soeiro de Brito (dir.) *Portugal Perfil Geográfico*, Lisboa, Referência, Editorial Estampa, 1994, pp. 180-195.

VAQUINHAS, Irene Maria e CASCÃO, Rui, “Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa” in *História de Portugal V* vol. (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.441-457.

VAQUINHAS, Irene Maria, “O Campesinato”, in *História de Portugal V* vol. (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 479-491.

VASCONCELLOS, J. Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vol. VI, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda – Lisboa, 1975, pp.279- 293.

